

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**O SETOR PRIMÁRIO DE SANTA MARIA NA
PERSPECTIVA DO RURAL: A REESTRUTURAÇÃO
DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Talita Luiza de Medeiros Ferro

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

O SETOR PRIMÁRIO DE SANTA MARIA NA PERSPECTIVA DO RURAL: A REESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

por

Talita Luiza de Medeiros Ferro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de concentração em Meio Ambiente e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O SETOR PRIMÁRIO DE SANTA MARIA NA PERSPECTIVA DO
RURAL: A REESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS**

elaborada por
Talita Luiza de Medeiros Ferro

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA

Meri Lourdes Bezzi, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Giancarla Salamoni, Prof.^a Dr^a. (UFPel)

Carmem Rejane Flores Wizniewsky, Prof.^a Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 08 de fevereiro de 2008

Neste início de século, marcado por maravilhosas inovações tecnológicas e perturbadores questionamentos sobre o futuro, o resgate do passado torna-se indispensável ao melhor entendimento do presente e à busca de alternativas mais adequadas para o futuro.

José Newton Marchiori, 1997.

Dedico este trabalho aos meus pais e meu irmão por se constituírem diferentemente enquanto pessoas, igualmente belas e admiráveis em essência, estímulos que me impulsionaram a buscar vida nova a cada dia, meus agradecimentos por terem aceito se privar de minha companhia, pelos estudos concedendo a mim a oportunidade de me realizar ainda mais.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida e pela coragem de persistir;

À Universidade Federal de Santa Maria, que possibilitou a concretização desta pesquisa científica;

À Prof.^a Dr.^a Meri Lourdes Bezzi, pela orientação, confiança, amizade, seriedade e compreensão necessárias à realização deste trabalho. O meu profundo sentimento de respeito e admiração. E, principalmente pela sua capacidade de ensinar muito mais que teorias, mas pelos valores éticos, morais e preparar também para a vida;

À CAPES, pela concessão de recursos financeiros para a realização do Curso de Pós-Graduação em Geografia e o desenvolvimento da pesquisa;

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Geociências pelos conhecimentos vinculados ao trabalho;

À Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município e à EMATER pela disponibilidade das informações imprescindíveis para a realização desta dissertação;

Aos colegas do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários/NERA especialmente a Ana Claudia pela colaboração, convívio;

À minha família, especialmente meus pais, meu irmão e ao Rodrigo, todo amor e gratidão, a vocês, que além do carinho e paciência souberam apoiar-me nas dificuldades;

À amiga Helena, pela amizade, também pela contribuição através do convívio, da presença, do empenho, e principalmente, pelas sugestões necessárias à construção e realização deste trabalho. A minha "prima" e amiga Aline Rodrigues, pelas conversas, sugestões, amizade e companheirismo. A Helena e a Aline, também agradeço o exemplo de dedicação;

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

O SETOR PRIMÁRIO DE SANTA MARIA NA PERSPECTIVA DO RURAL: A REESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

AUTORA: TALITA LUIZA DE MEDEIROS FERRO
ORIENTADORA: MERI LOURDES BEZZI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 08 de Fevereiro de 2008.

O setor primário constituiu-se a base econômica do Rio Grande do Sul, representado, pela agricultura e a pecuária. Em decorrência da importância das atividades primárias na organização socioespacial do Estado gaúcho, o setor primário de Santa Maria também contribuiu para seu desenvolvimento econômico, juntamente com os outros setores (secundário e terciário). Entretanto, este setor assume importância no Município, uma vez que sua produção destina-se, predominantemente, à demanda da população local. Desse modo, a pesquisa teve como preocupação central analisar a organização espacial de Santa Maria através do setor primário, uma vez que sua contribuição é expressiva na produção agropecuária do Estado e no desenvolvimento econômico do Município. Nessa linha de raciocínio os objetivos específicos buscaram: (a) analisar o processo de formação e ocupação de Santa Maria-RS e sua influência na atual organização espacial, verificando a situação da pecuária e da agricultura; (b) Identificar as distintas atividades introduzidas e desenvolvidas no setor primário do Município e, sua contribuição no desenvolvimento local/regional; (c) Verificar as transformações e a conseqüente reestruturação do espaço rural de Santa Maria, buscando identificar os fatores responsáveis por essas mudanças. Considerações metodológicas dividiram o trabalho em fases. Inicialmente, realizou-se uma ampla revisão bibliográfica referente à temática em estudo. Posteriormente, a coleta de dados em fontes primárias (trabalho de campo) e secundárias via dados do IBGE. O trabalho de campo realizou-se através da aplicação de instrumento de pesquisa, ou seja, elaborou-se um roteiro de entrevista direcionado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município e EMATER. A fase final consistiu-se na análise e interpretação dos dados coletados. Como resultado desta pesquisa, observa-se que o espaço rural de Santa Maria concentra-se nos distritos e as principais atividades primárias assentam-se na agricultura, através das lavouras temporárias de soja e arroz e na pecuária, com destaque para o gado bovino de corte. Contudo a dinamização desse setor produtivo ocorreu pela manutenção da matriz produtiva tradicional e inserção de novas atividades impulsionando a economia local. Os novos contornos econômicos são representados principalmente pelo turismo rural e a diversificação na produção agrícola, com os hortifrutigranjeiros, com localização pontual em alguns distritos. A produção destina-se, principalmente à população local sendo, o setor primário o principal fornecedor dos produtos do município em estudo.

Palavras-chaves: Espaço Rural; Setor Primário; Desenvolvimento Rural, Organização do espaço.

ABSTRACT

Dissertation of Master's degree
Geography Post-graduation Program
Santa Maria Federal University

THE BASIC SECTOR IN SANTA MARIA RURAL VIEW: THE RESTRUCTURE OF MANUFACTURING ACTIVITIES.

Author: TALITA LUIZA DE MEDEIROS FERRO

Advisor: MERI LOURDES BEZZI

Date and Defense Place: Santa Maria, February 08 de 2008.

The basic sector formed the economic base of RS represented, by the agriculture and the cattle raising. Because of the emphasis of the basic activities in the organization socio spatial of the gaúcho State, Santa Maria basic sector also contributed for its economic development, next to other sectors (secondary and third). Meanwhile, this sector takes over emphasis in the municipal district, once that its production is applied, mainly, to demand of the place population. So that, the search had as principal apprehension to analyze the basic organization of Santa Maria through the basic sector, due its contribution in the agriculture and the cattle raising of the State and the economic development of the municipal district. According this thought liner the specific aims obtained: (a) analyze the process of formation and occupation of Santa Maria-RS and its influence in the actual spacial organization, checking the situation of cattle raising and agriculture; (b) Identify the different activities, introduced and developed in the basic sector of the municipal district and, its contribution in the place/regional development; (c) Check the changes and the result restructure of Santa Maria rural area, searching to identify the responsible factors for these changes. Methodological reflection divided the work in fazes. Firstly, accomplished a great bibliographic review about the topic in study. Later, the information collection in basic sources (area work) and in a second moment with IBGE dies (information). The area work realized through of the appliance of searching instrument, like this, elaborated an interview schedule to the Rural. Development Secretary of the Municipal District and EMATER. The final faze was formed whit the analysis and explanation of the information collections. What means in this search, we notice that Santa Maria Rural Area is concentrated in the district and the main basic activities are based in the agriculture, through the provisory agriculture of soybean and rice and in the cattle, raising, mainly the bovine cattle. However the dynamic of this productive sector occurred by the support of the original source and the inserction of the new activities stimulating the place economy. The new economic profiles are represented mainly by the Rural tourism and variety in the agricultural production, with vegetable and fruit, with precise localization in some district. The production is destined, mainly to the place population, end the basic sector is the main furnisher of the products in the municipal district in study.

Key-words: Rural Space; Basic Sector; Rural Development; Space Organization;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – Localização do município de Santa Maria no Rio Grande do Sul	15
ILUSTRAÇÃO 2 – Fluxograma representativo dos Procedimentos Metodológicos	19
ILUSTRAÇÃO 3 – Localização da Microrregião Geográfica de Santa Maria	58
ILUSTRAÇÃO 4 – Municípios que compõem a MRG de Santa Maria	59
ILUSTRAÇÃO 5 – Divisão distrital do município de Santa Maria	62
ILUSTRAÇÃO 6 – Mapa Hidrológico de Santa Maria	65
ILUSTRAÇÃO 7 – Mapa do Relevo de Santa Maria	67
ILUSTRAÇÃO 8 – Distribuição dos nativos no Rio Grande do Sul	70
ILUSTRAÇÃO 9 – Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul	77
ILUSTRAÇÃO 10 – Lavoura de arroz no distrito de Arroio Grande	82
ILUSTRAÇÃO 11 – Lavoura temporária nos distritos de Santa Maria	83
ILUSTRAÇÃO 12 – Lavoura Permanente nos distritos de Santa Maria	84
ILUSTRAÇÃO 13 – Planta de soja em seu estágio de desenvolvimento	86
ILUSTRAÇÃO 14 – Lavoura de soja no distrito de Santa Flora	86
ILUSTRAÇÃO 15 – Principais hortaliças e frutíferas produzidas nos distritos de Santa Maria	88
ILUSTRAÇÃO 16 – Cultivo de hortaliças no distrito de Arroio Grande	89
ILUSTRAÇÃO 17 – Vista parcial da horta familiar	89
ILUSTRAÇÃO 18 – Plantação de Eucalipto no distrito de São Valentin	93
ILUSTRAÇÃO 19 – Pecuária nos distritos de Santa Maria	95
ILUSTRAÇÃO 20 – Criação Extensiva em Santa Maria.....	97
ILUSTRAÇÃO 21 – Rebanho Bovino em Santa Maria	97

ILUSTRAÇÃO 22 – Paisagem Rural típica no distrito de Santo Antão	100
ILUSTRAÇÃO 23 – Paisagem rural no distrito de Arroio Grande	100
ILUSTRAÇÃO 24 – Pesque-Pague no distrito de Boca do Monte	101
ILUSTRAÇÃO 25 – Estação Experimental no distrito de Boca do Monte	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Extensão territorial e contingente populacional dos distritos de Santa Maria	61
TABELA 2 – Área ocupada pelas propriedades rurais no RS	76
TABELA 3 – Classificação dos Imóveis Rurais	79
TABELA 4 – Distribuição dos Imóveis Rurais de acordo com a composição fundiária	79

LISTA DE ANEXOS

Questionário direcionado à Secretária de Desenvolvimento Rural, Subprefeituras dos Distritos e EMATER	118
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS	22
1.1 A estruturação do espaço produtivo de Santa Maria e sua dinâmica organizacional no contexto regional	22
1.1.1 As definições do espaço rural e urbano	22
1.1.2 A Estrutura fundiária como fator de organização espacial	29
1.1.3 O desenvolvimento do setor primário na formação socioespacial de Santa Maria	34
1.1.4 As transformações do setor primário do Rio Grande do Sul: a Modernização da agricultura	46
1.1.5 Multifuncionalidade e organização do espaço: o Turismo Rural como alternativa para o desenvolvimento no campo	51
2 CARACTERIZAÇÃO FISIAGRÁFICA E FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL DE SANTA MARIA	57
2.1 As bases fisiográficas e socioespaciais como fatores de desenvolvimento do setor primário santamariense	57
2.2 As bases históricas para formação socioespacial de Santa Maria	68
3 PERFIL DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA MARIA	75
3.1 Organização da terra e as características da produção agropecuária	75
3.1.1 Estrutura fundiária e o setor primário de Santa Maria	75
3.1.2 A Agricultura como base produtiva do setor primário de Santa Maria	80

3.1.3 A pecuária no município de Santa Maria	94
3.2 A reestruturação das atividades produtivas do setor primário de Santa Maria	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Esta cidade de aspecto claro e festivo, em meio a cerros, é Santa Maria, encruzilhada ferroviária e cultural. Seu progresso nestes últimos anos tem sido extraordinário. Rejuvenesceu com o sangue novo que lhe injetaram, representado pelos milhares de estudantes de suas muitas escolas e colégios, bem como de sua florescente universidade, que no futuro há de rivalizar com as mais importantes do País.

Érico Verríssimo, 1964.

A análise espacial centrada na organização do espaço produtivo viabiliza a inter-relação entre os setores da economia, uma vez que, as áreas produtivas compreendem, muitas vezes, a integração entre os produtos do campo e da cidade.

Os setores econômicos classificam-se em função da operacionalidade das análises, procurando torná-las objetivas e facilitar sua aplicação. Entretanto, essa subdivisão da economia em setores não significa que esses se encontrem isolados e independentes, pois as exigências do mercado e, principalmente, do capital os tornam próximos e extremamente inter-relacionados, à medida que constituem um complexo sistema produtivo.

Nesta perspectiva, a problemática dessa pesquisa centra-se em analisar e compreender a configuração espacial de Santa Maria, enfatizando a complexidade do setor primário e sua influência na sua organização espacial do Município, a medida em que se relaciona com os demais setores da sua economia.

Como objetivos intrínsecos a pesquisa tem-se: (a) analisar o processo de formação e ocupação de Santa Maria-RS e sua influência na atual organização espacial, verificando a situação da pecuária e da agricultura; (b) Identificar as distintas atividades introduzidas e desenvolvidas no setor primário do Município e, sua contribuição no desenvolvimento local/regional e (c) Verificar as transformações e a conseqüente reestruturação do espaço rural de Santa Maria, buscando identificar os fatores responsáveis por essas mudanças.

O município de Santa Maria, localiza-se na porção central do estado do Rio Grande Sul, e apresenta uma população de 269.893 habitantes, distribuídos em uma área de 1.780 Km². (IBGE, 2000). (FIGURA 1).

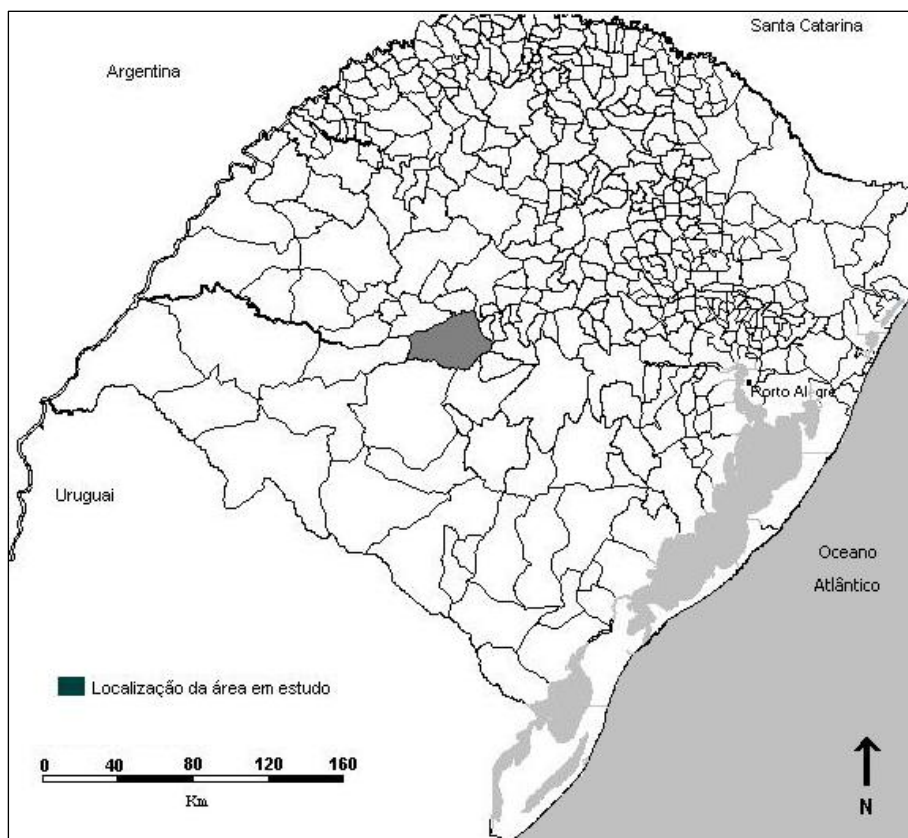


Figura 1: Localização do Município de Santa Maria no Rio Grande do Sul
 Fonte: FEE, 1997.
 Org.: FERRO, T., 2007.

Salienta-se que a importância dessa temática reside na complexidade da organização do espaço rural do Município nas relações estabelecidas com o urbano, como setor responsável pela demanda da produção local. Tal nível de relacionamento implica na reorganização do espaço produtivo santamariense via novas atividades que se materializam no espaço rural, objetivando sua dinamização. Essas atividades contemplam a agropecuária, com a inserção de novos produtos e, também, outras atividades produtivas, não ligadas a matriz produtiva tradicional.

A compreensão da organização rural de Santa Maria pressupõe um resgate dos processos de ocupação e povoamento, através de uma visão dialética, que possibilitou apreender a sua gênese e evolução até a sua atual configuração socioespacial. Esse resgate permitiu entender questões importantes, referentes a representatividade atual dos setores econômicos para Santa Maria, no qual tem-se o setor terciário como o mais significativo no que tange a sua economia.

Diante disso, pode-se dizer que, o setor terciário predomina como a principal atividade econômica de Santa Maria, caracterizando-o em nível regional, uma vez que esse município tornou-se um importante pólo atrativo na área da saúde, comércio, educação e militar. Por conseguinte, o setor primário contribui significativamente para o desenvolvimento local e regional, ocupando a segunda posição na economia do município, seguido pelo setor secundário, que apresenta um reduzido número de indústrias e circulação monetária frente aos demais setores.

A inter-relação entre o setor primário, secundário e terciário no município em análise demonstra o grau de interdependência entre eles, e o espaço rural e o espaço urbano. O capital e a demanda do mercado regem as reestruturações e a inserção de novas dinâmicas produtivas no espaço santamariense à medida que representam as novas diretrizes produtivas em nível regional e global, fazendo com que o espaço local se reorganize para se adequar a realidade proposta.

Diante da reorganização espacial teve-se como meta, analisar o espaço produtivo de Santa Maria, com ênfase para as atividades primárias. Procurou-se, com isso, responder a alguns questionamentos intrínsecos a essa temática em estudo, tendo como diretriz o perfil do rural no município em análise na atualidade. Através da análise dos resultados pode-se obter as respostas necessárias para se compreender os fatores e os atores atuantes na materialidade das formas e no desempenho das funções.

É importante salientar que, a análise regional deve ser entendida dialeticamente, uma vez que esta permite o entendimento das transformações que ocorreram do Município e que possibilitaram a definição da atual organização do espaço produtivo local.

Nesta perspectiva, muitos estudos que evidenciam a organização do espaço em Santa Maria têm sido realizados, nas mais diversas linhas de pesquisas geográficas. Entretanto a dinâmica espaço-tempo é responsável por constantes reestruturações e reflete a necessidade de atualizações nas análises socioeconômicas. Além disso, esse estudo procurou contemplar diversos aspectos que se relacionam a organização do espaço rural santamariense, com ênfase para a contribuição sociocultural.

Nesse contexto, essa dissertação estruturou-se em capítulos, de acordo com os objetivos propostos. Assim, o *capítulo 1* organizou-se mediante a revisão conceitual que alicerçou o embasamento teórico-metodológico para a

operacionalização da pesquisa, através do resgate de conceitos balizadores como: setor primário, além de abordar questões referentes sobre espaço rural, modernização da agricultura, estrutura fundiária, desenvolvimento rural, entre outros.

O *capítulo 2*, refere-se as bases fisiográficas e históricas, como fatores primordiais para o entendimento e desenvolvimento do setor primário de Santa Maria, através da compreensão das potencialidades naturais, assim, como das limitações impostas pela relação sociedade-natureza. Desse modo, fez-se um resgate dos principais aspectos físico-naturais e da localização do município em análise no contexto local e regional, bem como das bases históricas de povoamento e colonização, que organizaram o espaço produtivo santamariense em um primeiro momento de sua história evolutiva.

No *capítulo 3*, procurou-se traçar o perfil do setor primário de Santa Maria, no qual abordou-se questões como a organização da terra e as características da produção agropecuária. Nesse sentido, primou-se pela estrutura fundiária e as atividades que constituem-se na matriz produtiva tradicional do campo santamariense, centrada na agricultura (arroz e a soja) e na pecuária (bovinos de corte). Entretanto, em face da reestruturação produtiva do setor primário de Santa Maria, fez-se uma análise das principais atividades que se desenvolvem no rural, mas que não estão ligadas a sua matriz produtiva tradicional, como a extração de areia, o turismo rural, a produção de carvão e a atividade oleira.

Com base na fundamentação teórica, na qual se arrolou os principais conceitos orientadores, no resgate das bases fisiográficas e na evolução sociocultural do espaço santamariense fizeram-se algumas considerações a respeito da questão organizacional primária intrínseca ao contexto local e regional santamariense. Ao se tecer essas considerações tiveram-se como base os questionamentos referentes a real contribuição do setor primário para a economia do Município. Buscou-se resgatar os aspectos fundamentais para entender a organização do mesmo, além de apontar e refletir sobre questões referentes às perspectivas de dinamizar o desenvolvimento local e regional dessa unidade territorial gaúcha.

Através desses subsídios, a pesquisa procurou enfatizar o setor primário na perspectiva do rural de Santa Maria, tendo em vista a reestruturação das atividades produtivas, através das distintas atividades que se desenvolvem no mesmo. Desse modo, analisou-se a organização do espaço rural com ênfase para o setor primário de Santa Maria, procurando contribuir para o entendimento de questões relativas as

transformações econômicas e, as perspectivas que se abrem frente ao dinamismo do município como pólo regional.

Mediante essas proposições de estudo, justifica-se a realização dessa pesquisa, a qual permitiu elaborar o diagnóstico e a posterior análise do setor primário santamariense, prevendo a utilização de seu espaço produtivo, na busca da melhoria das condições socioeconômicas da população localizada nos seguintes distritos: (1º) Sede; (2º) São Valentim; (3º) Pains; (4º) Arroio Grande; (5º) Arroio do Só; (6º) Passo do Verde; (7º) Boca do Monte; (8º) Palma; (9º) Santa Flora e (10º) Santo Antão, possibilitando conhecer a realidade que se manifesta através da do setor primário).

De acordo com as diretrizes de estudo, a construção dessa pesquisa, direcionou-se para a investigação do setor primário de Santa Maria e estruturou-se metodologicamente em etapas, procurando viabilizar o caminho investigativo que orientou a análise desse município no contexto regional gaúcho. Assim, procurou-se enfatizar porções menores do espaço municipal, especificando algumas particularidades intrínsecas aos seus distritos, onde se desenvolvem as atividades primárias. (FIGURA 2).

Inicialmente, fêz-se um amplo levantamento bibliográfico para estabelecer o referencial teórico-metodológico do trabalho, através de bibliografias específicas sobre a temática em estudo. Estabeleceram-se, então, os conceitos orientadores, suportes teóricos, que fundamentaram a pesquisa.

A concepção de setor primário constituiu-se no conceito-chave, a espinha central do trabalho, pois se refere a essência da linha de pesquisa rural. O entendimento do “que é setor primário” torna-se imprescindível para identificar e classificar as principais atividades desenvolvidas no espaço rural, pois o homem, como agente dinamizador, ocupa concretamente o espaço, criando-o e recriando-o através de novas atividades produtivas, de acordo com suas necessidades e o próprio fluir da realidade.

Diante da complexidade da concepção de setor primário seu resgate tornou-se necessário para a compreensão da dinâmica organizacional do espaço rural, uma vez que, o mesmo é o principal fornecedor de matérias-primas, não atreladas somente a agropecuária.

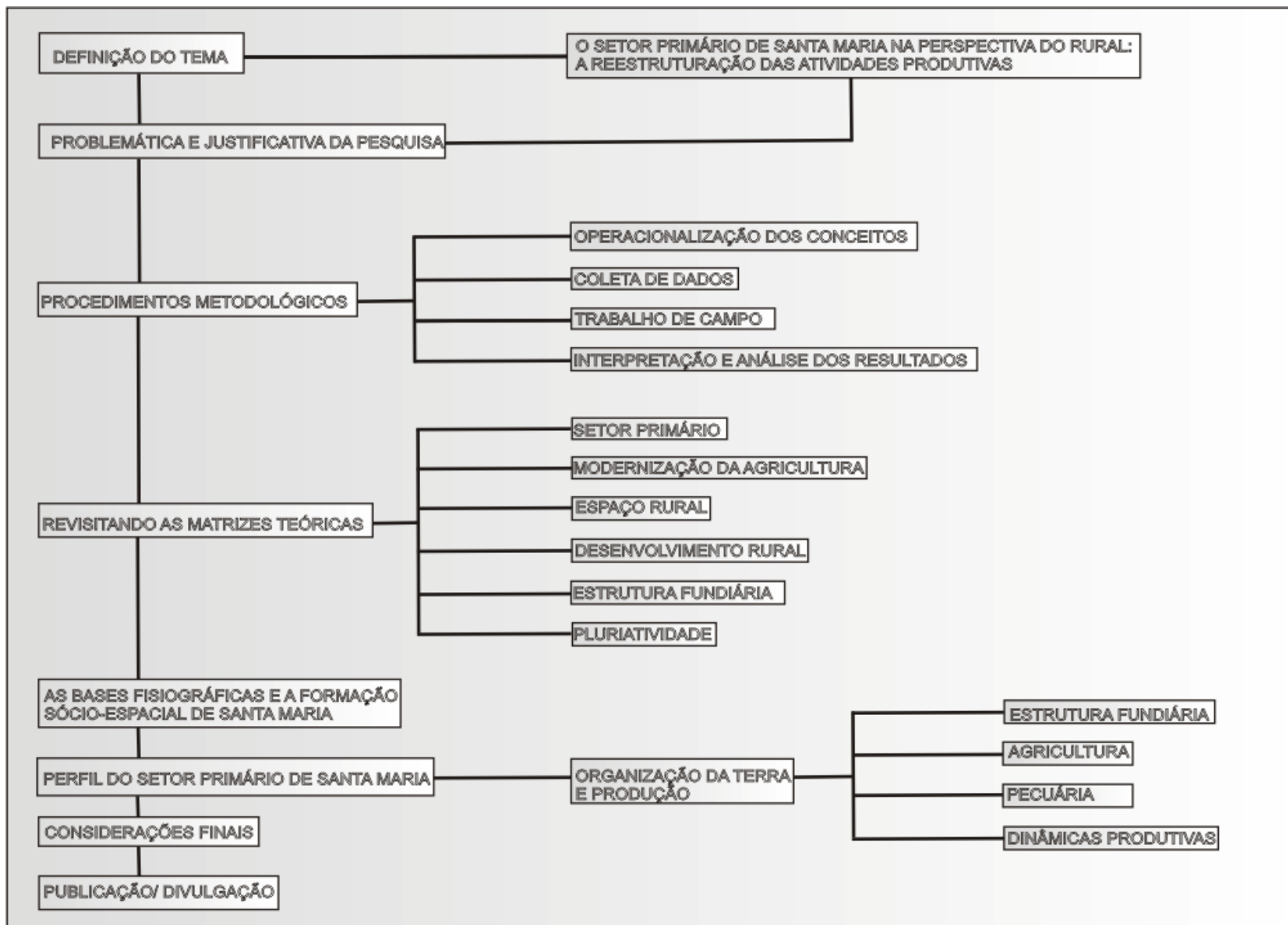


Figura 2: Fluxograma representativo dos Procedimentos Metodológicos.

O segundo conceito resgatado centra-se na concepção de espaço rural, pois as atividades primárias encontram-se, predominantemente, situadas nesse espaço no município em estudo. Já, a modernização da agricultura constituiu-se no terceiro conceito norteador abordado nessa pesquisa, uma vez que, esse processo acarretou profundas modificações no espaço rural em suas relações com os demais setores econômicos.

Ao se abordar a temática rural no município de Santa Maria tornou-se necessário resgatar a formação da estrutura fundiária e conceitos como módulo fiscal e módulo rural, para que se pudesse obter o correto entendimento da organização e da distribuição da terra de acordo com a dimensão das propriedades.

Procurando compreender as novas dinâmicas produtivas que se desenvolvem e reorganizam o espaço rural, abordou-se questões relativas a pluriatividade, com ênfase para o turismo rural.

Definidas as matrizes teóricas, a segunda etapa da pesquisa consistiu na coleta de dados relativos as principais produções primárias desenvolvidas no município em análise. Desse modo, foram coletados dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo agropecuário de 2005. Em posse desses dados, pode-se identificar a principal produção primária santamariense e estabelecer o roteiro para realizar o trabalho de campo.

Neste sentido, a terceira fase da pesquisa esteve relacionada ao trabalho de campo, com intuito de observar “in loco” a problemática em estudo, ou seja, verificar a principal produção primária e as novas atividades inseridas no espaço produtivo de Santa Maria. Neste sentido, elaborou-se um questionário, instrumento de pesquisa, com questões específicas sobre a temática desta investigação, direcionados a Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal e, também, as subprefeituras localizadas nos distritos que compõe o município em estudo Além desses órgãos, também, visitou-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Ressalta-se que, a partir da definição da matriz produtiva de cada distrito que compõe o Município, via dados secundários, estruturou-se um banco de dados referente aos principais produtos cultivados na agropecuária, além das novas cadeias produtivas que se desenvolvem no setor primário de Santa Maria.

Esse banco de dados foi operacionalizado através da confecção de tabelas, previamente elaborada no software Word, no qual fez-se a relação entre as unidades produtivas, representadas pelos distritos, bem como a sua produção. Salienta-se que, o trabalho de campo procurou evidenciar *como*, *quando* e *onde* se localizam as áreas mais expressivas da produção primária santamariense, bem como, a sua relação com os demais setores econômicos.

Nesse sentido, foram visitados os dez distritos que compõem o município de Santa Maria. Assim, visitou-se as subprefeituras e, também, capturou-se fotografias que demonstrassem as atividades desenvolvidas no setor primário de Santa Maria e sua conseqüente organização do espaço produtivo.

Ao se visitar os distritos do município procurou-se evidenciar as distintas atividades primárias desenvolvidas, bem como sua localização e relação ao contexto municipal, a qual apresenta influência na organização socioespacial do seu entorno, com ênfase para a tradicional área de pecuária e da colonização, a sudoeste e nordeste de Santa Maria, respectivamente.

Os subsídios teóricos atrelados aos dados coletados e ao embasamento empírico proporcionado pela realização do trabalho de campo, permitiu a realização do perfil do setor primário de Santa Maria, onde classificou-se as atividades agropecuária de acordo com a cultura predominante, bem como, as outras atividades não ligadas a matriz produtiva tradicional.

Nesta perspectiva, aliando os conceitos aos dados coletados e a observação “in loco”, pode-se interpretar e analisar a atual configuração socioespacial de Santa Maria, com ênfase para as principais atividades primárias desenvolvidas no município.

1 REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS

Difícilíssima tarefa a de descobrir a origem da fundação de uma cidade, quando ela assentou seus muros por entre o atropelo das correrias e o crepitar do mosquete.

Catão Vicente Coelho, 1914.

O presente capítulo busca um resgate teórico dos principais conceitos norteadores da pesquisa. Assim, as matrizes teóricas estruturaram-se mediante a revisão conceitual que serviu de embasamento teórico-metodológico para a operacionalização dessa pesquisa.

1.1 A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO DE SANTA MARIA E SUA DINÂMICA ORGANIZACIONAL NO CONTEXTO REGIONAL

1.1.1 As definições do espaço rural e urbano

A relação sociedade-natureza origina distintos níveis de desenvolvimento econômico, os quais se refletem na organização do espaço produtivo, via atividades mais significativas de acordo com o setor predominante, primário, secundário e terciário. Pode-se dizer que, diante da iminente expansão do setor secundário, o espaço rural ainda exerce influência mediante sua contribuição para a economia dos países de forma geral, como fornecedor de matérias-primas para a indústria.

Tal situação no Rio Grande do Sul é resultante dos fatores históricos de povoamento e colonização que organizaram o espaço produtivo gaúcho e tornaram a pecuária, em um primeiro momento e, a agricultura, em um segundo momento, as bases econômicas que alicerçaram as suas atividades produtivas ao longo de sua evolução socioeconômica.

A atual configuração produtiva do espaço riograndense consiste, justamente, no acúmulo de técnicas em tempos distintos, onde cada etnia imprimiu no espaço

suas preferências, via cultura específica, materializando na paisagem atividades econômicas singulares.

Partindo da concepção de cultura de Cosgrove (1988), entendida como um conjunto de crenças e valores cunhados no seio de um grupo social, guiando suas atitudes em relação ao meio natural e aos seus semelhantes, tem-se uma das formas de explicar as distintas formas organizacionais que permeiam o espaço, uma vez que, a cultura serve como um fio condutor e um fator de distinção mediante diferentes formas de interagir com os recortes espaciais.

Abordar o espaço sob o enfoque organizacional pressupõe compreender a relação sociedade-natureza e “tudo” o que existe entre o natural e o humano e que permite esse relacionamento, originando formas específicas, que denunciam a origem de quem às moldou.

Nessa perspectiva, enquadra-se o Rio Grande do Sul, que encontra na interface sociedade-natureza a explicação para a atual organização do seu espaço produtivo. Em momentos específicos, a inserção de etnias no território gaúcho demarcou as regiões produtivas¹ Paralelamente, a sua evolução no tempo e no espaço, sempre acompanhada por políticas públicas² que visavam regulamentar o espaço rural gaúcho, foi reorganizando suas atividades produtivas.

A organização do espaço rural gaúcho definiu-se em virtude de culturas específicas, resultado de um longo processo de ocupação territorial, gerando paisagens diferenciadas. Essas refletem a vocação do setor produtivo atrelado às potencialidades naturais e denotam a importância dessa categoria de análise no espaço uma vez que a mesma é responsável pela visibilidade das formas. Tal visão pode ser ressaltada dentro de uma nova concepção de se pensar o espaço. (SANTOS, 1988).

Tem-se na paisagem uma das formas de se perceber o espaço rural gaúcho e de se observar a diversidade socioeconômica do campo, com destaque para a

¹ De acordo com a proposta de regionalização geoeconômica para o Estado gaúcho, originaram-se sete regiões geoeconômicas de acordo com o principal produto agropecuário, ou seja, o produto mais significativo para a economia dos municípios que compõem cada região. Essa regionalização reflete os aspectos histórico-culturais de inserção étnica atrelada às técnicas e as preferências trazidas por cada povo que compôs o Rio Grande do Sul. (BEZZI et al, 2006).

² A legislação desempenhou papel crucial na estruturação do espaço produtivo gaúcho, num primeiro momento, concedendo terras, através de sesmarias que originaram as grandes propriedades pecuaristas do sul e oeste riograndense e que serviram para legitimar a posse da terra e, posteriormente, instituindo as bases legais para a implantação das colônias agrícolas no nordeste e norte gaúcho, que condicionaram o imigrante a se tornar um colono no Rio Grande do Sul. (ROCHE, 1969).

dicotomia entre a Campanha e a porção nordeste e norte do Estado, considerando a escala regional. O sul pecuarista e o norte e nordeste agrícola refletem, respectivamente, os processos de povoamento do sul, via estâncias e charqueadas e a colonização, via implementação da atividade agrícola em pequenas propriedades. A evolução espaço-temporal riograndense permitiu a reorganização do seu espaço produtivo, onde velhas formas se revestiram de novas funções.

Com intuito de se adequar às exigências do capital e as necessidades produtivas, a grande propriedade pecuarista cedeu espaço para a agricultura³, atestando a produtividade e a função social da terra. Desse modo, a agricultura expandiu-se pelo Rio Grande do Sul avançando sobre estruturas seculares, pautadas na grande propriedade pecuarista.

O contexto regional se reflete, nitidamente, no município de Santa Maria, onde a dicotomia grande e pequena propriedade se materializam no espaço local. A posição geográfica do Município, no centro do Estado atrelada aos fatores históricos de povoamento, em que se instalaram grandes propriedades pastoris, bem como de colonização (pequenas propriedades) que implantou a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, como região agrícola próxima, fizeram com que o município em análise apresentasse algumas particularidades no que se refere a sua organização espacial, tanto no rural quanto no urbano.

Desse modo, tem-se nos distritos santamarienses o reflexo da evolução histórica da estrutura produtiva regional. A oeste e ao sul do município prevalecem as grandes propriedades e a leste, as pequenas, seguindo a influência das áreas produtivas circunvizinhas.

Nesse contexto, salientam-se as potencialidades locais e a diversificação da produção primária, ao mesmo tempo em que representam o potencial para o desenvolvimento socioeconômico das populações que organizam esse espaço. Entretanto, para relacionar a potencialidade natural com o desenvolvimento socioeconômico, é preciso compreender o(s) significado(s) que a mesma apresenta no espaço rural.

³ A cedência de espaço para a agricultura, através da redução de áreas da pecuária, sob forma de arrendamento permitiu ao pecuarista seu *status quo* permanecendo a grande propriedade. Tal processo denomina-se de despecuarização espacial. Esse processo constituiu-se em uma forma de manter a posse da terra e garantir o desenvolvimento de atividades produtivas sobre a mesma, justificando o desempenho de sua função social. (BEZZI, 1985).

O desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, sempre esteve atrelado às atividades desenvolvidas no espaço rural, caracterizadas pela pecuária e agricultura, transferindo tal tendência para o município de Santa Maria. Atualmente, a população urbana gaúcha é superior à população rural. Tal realidade também ocorre no município em estudo. Em escala local, considera-se que tal situação deve-se a definição de Santa Maria como pólo regional, pois esse município centralizou determinadas atividades ligadas a prestação de serviço, tornando-o um pólo de atração militar, educacional e comercial. Além disso, ressalta-se que, os municípios circunvizinhos apresentam-se, ainda, atrelados a estruturas primárias, com o rural predominando sobre o urbano. A constante procura dos serviços prestados em Santa Maria fêz com que a urbanização desse município evoluísse de forma significativa, suplantando as atividades primárias no que se refere a base econômica.

A complexidade das relações estabelecidas entre o rural e o urbano e a estruturação do espaço produtivo santamariense pressupõe o entendimento da concepção de setor urbano e rural. Para tanto, se adotou o critério político-administrativo, que considera como urbana toda sede de município (cidade) e esta também é considerada como área urbanizada. Desta forma, pode-se dizer que

[...] toda área de vila ou de cidade, *legalmente definida* como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana. (IBGE, 1999).

Nessa classificação, o espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, como as áreas produtivas ou improdutivas, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, que muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais. (VEIGA, 2002).

Considerando o contexto regional, através das 496 unidades territoriais que compõe o Rio Grande do Sul, na atualidade salienta-se que a população urbana supera a população rural. O processo de urbanização ocorrido é atribuído à crescente oferta de mão-de-obra e ao longo do processo de desenvolvimento do setor primário, bem como impulsionado pela modernização da agricultura.

Essa estruturação do espaço em nível estadual pode ser observada, também, no espaço rural de Santa Maria, que é representado pelos distritos, onde a

urbanização e suas características não superaram as atividades primárias, que resistem e buscam o desenvolvimento social do campo, mesmo sendo superadas pelas atividades terciárias no que se refere ao município como um todo.

A densidade demográfica constitui um critério importante para permitir a diferenciação entre o urbano e o rural, uma vez que o mesmo é o indicador e reflete as modificações do meio natural. O fato de que este critério de diferenciação entre os espaços urbano e rural leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 3.000 habitantes. Tal fato pode influenciar nas atividades desenvolvidas no município, por isso a relevância para a densidade demográfica.

Santa Maria possui população predominantemente urbana, ou seja, 85% dos habitantes residem no meio urbano, enquanto que, 15% residem no meio rural. Tal fato demonstra a importância das atividades secundárias e terciárias, bem como as relações existentes entre elas e o setor primário, para a organização do seu espaço produtivo. O contrário dessa situação é demonstrado pelos municípios vizinhos, como por exemplo, Agudo, o qual apresenta 68% da população residente na zona rural e apenas 32% na zona urbana. (IBGE, 2007).

Desse modo, pode-se dizer que a distribuição da população entre o espaço rural e o urbano é um indicativo da organização do espaço produtivo de um município, demonstrando a sua vocação para determinadas atividades, o que lhe atribui características peculiares à sua organização, bem como o desenvolvimento do setor primário.

O rural é necessariamente territorial e não setorial como costumam considerar muitos programas governamentais, mesmo que as atividades do setor primário se desenvolvam essencialmente nesta porção do espaço. As relações urbano/rural não mais corresponderiam à “antiquada dicotomia” entre cidade e campo. Assim, deve-se considerar a relação entre espaços mais urbanizados e espaços onde os ecossistemas permanecem *menos artificializados*, ou seja, *espaços rurais*. (VEIGA, 2002).

O Estado gaúcho, mesmo com os setores secundário e terciário desenvolvidos tem na atividade primária a base da sua economia, destacando-se no mercado nacional e internacional pela sua produção agropecuária, baseada nos cultivos de arroz, milho, soja, trigo, fumo, uva, maçã, banana e, na pecuária bovina, na metade sul e na avicultura, na porção centro-norte. Cada um desses produtos

primários constitui-se, atualmente, nas principais cadeias produtivas que compõem o setor primário gaúcho, bem como demonstram a dinâmica estrutural que permeia a relação sociedade-natureza no Rio Grande do Sul. Os arranjos espaciais atuais nada mais são do que o resultado da evolução histórica da sociedade riograndense, na busca de se adequar a competitividade imposta pelo mercado e as inovações tecnológicas. (BEZZI, et al, 2006).

Outra forma de contrapor o rural e o urbano é fornecida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, através da divisão do espaço rural segundo critérios baseados na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dessa forma, considera-se como unidade de base rural, segundo a OCDE (2000, p.55): “[...] toda unidade administrativa ou estatística elementar com densidade inferior a 150 hab./km²”.

Salienta-se que, alguns ajustes foram adotados pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, considerando a mesma como essencialmente urbana, devido ao fato de apresentar um núcleo urbano com densidade demográfica superior a 150 hab/km².

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Rural e, de acordo com VEIGA, (2002, p. 24) as categorias definidas podem ser classificadas como

[...] *essencialmente rurais*: são aquelas em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rurais; *relativamente rurais*: são aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habitam em unidades de base rurais; *essencialmente urbanizadas*: são aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais.

Atualmente, o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e o silêncio. O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo considerando a organização conjunta da agricultura e da indústria. (VEIGA, 2002).

A preocupação em defender a viabilidade econômica do espaço rural é consequência da sua importância no desenvolvimento da economia gaúcha e santamariense. Por isso busca-se superar a concepção de espaço rural como sinônimo de atraso, bem como as atividades primárias, enfatizando o dinamismo encontrado hoje no estado e no município, através da inserção de capital e dinamização do mesmo.

Tal preocupação é resultante de investimentos da indústria do lazer, deslocando a base da economia rural para a comercialização de produtos primários e manufaturados para a oferta de serviços e investimentos do dinheiro público e renda de origem urbana, como o turismo, as agroindústrias, o florestamento e o reflorestamento.

Contudo o desenvolvimento do capitalismo e a modernização da agricultura foram os responsáveis pelo êxodo rural e pela urbanização do campo. O que seria reforçado pela proliferação de atividades não-agrícolas no espaço rural, antes eminentemente urbanas como o turismo, comércio e prestação de serviços. Entretanto, embora tendo o seu significado alterado, o rural permanece por ter uma natureza distinta do urbano.

A literatura internacional atual converge no sentido de definir o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos básicos: a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano. (ABRAMOVAY, 2000).

As diferenças fundamentais identificadas entre estes dois meios sociais se referem à característica de ordem econômica, espacial, social e cultural e, também, pelas diferenças físico-ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza e da densidade populacional.

O capitalismo é, em termos de história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso de transformação da natureza e do social e as transformações nas relações entre cidade e campo constituem um dos fundamentos deste modo de produção. Por isso, a cidade é comumente vista como representação do capitalismo. Predominantemente na cidade ocorre a comercialização da produção primária, ou parte da produção, proporcionando o acesso às indústrias e a população que, não necessita se deslocar ao campo para ter acesso aos produtos oferecidos pelo meio rural. (MARQUES, 2002).

Inicialmente a imagem comum do campo está associada ao passado, à tradição, aos costumes humanos e naturais. Por outro lado, cidade, ao futuro, à modernização e ao desenvolvimento. E entretanto esta realidade é superada pela dependência que a cidade apresenta em relação ao campo, quando se torna consumidora dos seus produtos e matéria-prima, uma vez que o estado gaúcho se constituía no maior produtor de carne bovina e grãos para as principais cidades do

país, assim como Santa Maria na principal cidade, onde sua produção atendia à população local e aos municípios vizinhos. (VEIGA, 2002).

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o espaço natural aparece como um fator primordial, o que tem resultado, muitas vezes, na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, um reaproveitamento deste espaço através de atividades agrícolas, pecuaristas, turísticas, entre outras, visando dinamizar e desenvolver a economia local e regional.

1.1.2 A Estrutura fundiária como fator de organização espacial

A composição e evolução da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul e de Santa Maria estão condicionadas, por tipos específicos de uso, ou em determinados casos, estas estruturas permanecem exercendo sua função especulativa, e estão ligadas ao processo evolutivo de ocupação do Estado gaúcho.

Ao abordar estrutura fundiária é importante ressaltar as distintas formas de ocupação do território gaúcho, bem como a forma de exploração da terra, assim como a finalidade da produção. Entretanto, não se pode esquecer de se destacar a inserção de novos agentes econômicos, que buscam dinamizar a economia local.

A complexidade do espaço rural do Rio Grande do Sul e de Santa Maria, bem como as atividades desenvolvidas, está relacionada, principalmente, à sua estrutura fundiária e as atividades econômicas desenvolvidas. A presença de uma quantidade expressiva de pequenas propriedades, que variam entre um e quatro módulos fiscais e as médias propriedades com área superior a quatro e inferior a quinze módulos fiscais, proporcionaram a diversificação da produção e inserção de novas tecnologias.

No Rio Grande do Sul, assim como em Santa Maria, a distribuição das terras se apresenta de forma peculiar, observando suas particularidades e objetivos. Inicialmente, o estado gaúcho atendeu à economia nacional, com o comércio do charque, produzido em propriedades de extensas dimensões, onde predominava a

pecuária. Paralelamente, a produção gaúcha direciona-se para a agricultura, com a influência da imigração europeia, desenvolvida em propriedades de dimensões menores, inicialmente nos lotes de terras doados aos imigrantes.

Através da estrutura fundiária, pode-se compreender a organização social e produtiva de uma sociedade, uma vez que a organização da terra é um dos fatores determinantes do processo produtivo, via estrutura da propriedade e estrutura do uso. (RODRIGUES, 2006).

Assim, a estrutura fundiária consiste no modo como as propriedades ou imóveis rurais estão socialmente distribuídos. O imóvel rural representa a “área destinada à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, seja pela iniciativa privada ou pública e a propriedade familiar o imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família e que lhe garanta trabalho, subsistência, com área máxima estabelecida por região”.(INCRA, 2007).

Na atualidade é necessário resgatar alguns conceitos para se compreender a disposição e organização das estruturas que engloba a estrutura fundiária. Para determinar o tamanho das propriedades é necessário um parâmetro devido às desigualdades na distribuição social da terra.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária adota o módulo fiscal como unidade de medida das propriedades territoriais, assim, pode-se estabelecer a pequena, média e grande propriedade para as diferentes unidades territoriais. Desta forma, o (INCRA, 2007) classifica-o módulo fiscal como

Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; Conceito de propriedade familiar.

A dimensão das propriedades estabelecida pelo INCRA (2007) especifica que

O Módulo Fiscal serve de parâmetro para classificação da Pequena Propriedade rural de área compreendida entre 1(um) e 4(quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais e Grande Propriedade superior a 15 módulos fiscais. Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até 4 (quatro) módulos fiscais). Toda área menor que o módulo fiscal é considerado minifúndio.

Desta forma, compreende-se a totalidade da organização das terras que formavam as propriedades de Santa Maria, nas quais predominam as pequenas e

médias propriedades, considerando as atividades desenvolvidas no espaço rural atual, bem como o destino da sua produção.

Conforme o IBGE (2007) as definições das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, podem ser distribuídas nas seguintes categorias

Lavouras temporárias- Abrangeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte
Lavouras permanentes- Compreendeu a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas nesta categoria as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes. Pastagens naturais- Constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato. **Matas plantadas-** Compreendeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais. **Terras irrigadas** Compreendeu a área total irrigada nos estabelecimentos agropecuários, quaisquer que tenham sido os métodos empregados (inundação, infiltração, aspersão, ou outro método), excluindo a simples rega manual. (Grifos nossos).

É importante destacar que o Rio Grande do Sul, assim como Santa Maria apresenta uma estrutura fundiária diversificada nas quais as atividades do setor primário constituem a base econômica de Estado gaúcho, são variáveis e estão vinculadas aos legados resultantes de fatores culturais e históricos.

A organização do espaço produtivo no Rio Grande do Sul está atrelada à sua estrutura fundiária, através da inter-relação entre o tamanho da propriedade e o principal produto cultivado. Os fatores históricos de povoamento e colonização definiram as formas de apropriação da terra, via concessão por parte do Governo, que por sua vez, determinou através de doações a estruturação da posse da terra, em grandes e pequenas propriedades.

O resgate das bases legais para a apropriação as terra no Rio Grande do Sul tem sua origem atrelada à doação de estâncias no sudoeste gaúcho, que se tornou a base para a formação dos latifúndios pastoris, que predominaram ao longo da evolução histórica do espaço rural riograndense. A permanência da grande propriedade, até a atualidade, perpassou as questões legais de posse da terra e tornou-se um elemento constitutivo da identidade cultural dessa porção do espaço gaúcho.

A estrutura fundiária tem uma ínfima relação com a cultura e a origem da população. No sul brasileiro houve duas fases distintas de povoamento: litorânea e

interior. Tais ocupações ocorreram tardiamente, pois o sul ficou durante muito tempo, fora dos interesses da Coroa Portuguesa, devido à sua distância do núcleo colonizador concentrado na região Nordeste (Salvador) e Sudeste (Rio de Janeiro).

Laguna, segundo o IBGE (1968), foi o ponto de apoio da ocupação brasileira no Sul, no final do século XVII, pois dela partiram povoações para o litoral rio-grandense e seus habitantes abriram caminhos terrestres para as Missões e outros que completaram as ligações de São Paulo ao Rio Grande do Sul, em incursões pela busca de mão-de-obra para a mineração.

O Forte Jesus Maria José (1737) foi o núcleo embrião urbano que efetivou a posse oficial do Rio Grande do Sul e a defesa do litoral entre Laguna e a Colônia do Sacramento, dando origem a atual cidade de Rio Grande. Nesta área foram cedidas Sesmarias que tiveram a principal atividade econômica ligada ao criatório de gado. (PESAVENTO, 1982).

Estes núcleos citados não garantiram a posse das terras e a coroa portuguesa ordenou a ocupação deste espaço com casais açorianos. Estes vieram com o objetivo de trabalharem na agricultura, entretanto, as terras improdutivas do litoral fizeram com que mudassem para a criação de gado o que determinou inexpressiva colonização da zona litorânea do Sul.

Os precursores do povoamento do interior da região Sul foram os jesuítas com a criação do gado, agricultura. Fundaram a província de Guaíra (1609) no oeste paranaense, depois de catequizarem os índios do local. Após ataques sofridos pelos Bandeirantes, os jesuítas fugiram para o Rio Grande do Sul, onde fundaram as missões que, posteriormente, foram destruídas. Após 50 anos os jesuítas formaram os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai e estabeleceu-se um comércio entre as vacarias fundadas pelos padres, que atingiu posteriormente São Paulo. Neste momento, surge em Minas Gerais, riquezas auríferas proporcionando grandes deslocamentos populacionais para aquele local, gerando deficiência de produtos como animais de carga (tração). (IBGE, 1968).

A procura pelos produtos citados abriu os "caminhos do sul" entre Sorocaba e Viamão. Com isto, teve-se o início do povoamento dos campos meridionais, juntamente com o caminho já aberto ligando Laguna às vacarias. Os pousos ao longo do caminho evoluíram formando povoados e cidades como Cruz Alta.

A produção de couro e depois a indústria do charque foram atividades que surgiram para o melhor aproveitamento dos rebanhos, sendo nítido o seu desempenho.

A porção centro-sul do Estado constitui a base espacial sobre a qual se originou o gaúcho típico, formado pela relação entre as culturas nativa, portuguesa, espanhola e africana, considerados as matrizes culturais do gaúcho. Surgiu, então, o tipo regional característico do Rio Grande do Sul, mediado por códigos culturais específicos atrelados a vida no campo e, principalmente, ao trabalho na grande propriedade pastoril.

Abordar a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul é tocar em um ponto crucial da construção da identidade cultural gaúcha, onde sociedade e natureza estabeleceram, no decorrer do tempo, numa estreita relação de interdependência, ou seja, o gaúcho e a terra, originando formas e funções específicas, vinculadas a agropecuária e as transformações decorrentes da dinâmica imposta por essa relação.

O gaúcho como figura representativa tem sua origem atrelada a grande propriedade rural, mas a partir de 1824, marco temporal da inserção étnica alemã no Estado, a questão cultural e o rural riograndense passaram por significativas transformações no que se refere a posse da terra, a estrutura fundiária e ao espaço produtivo, com ênfase para a agregação de valor a produção, com implantação da agricultura. Materializou-se, então, a pequena propriedade no Rio Grande do Sul e a efetivação da agricultura.

Dessa forma, salienta-se que, os aspectos históricos de inserção étnica no Estado gaúcho associados a legislação específica, que garantiu e incentivou, através de subsídios, tanto para o povoamento, quanto para a colonização, a estruturação da posse da terra em grandes e pequenas propriedades.

Destaca-se que, a compreensão da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul pressupõe o resgate histórico das bases de povoamento e colonização do território gaúcho, juntamente, com elementos essenciais da relação homem-meio, como a cultura. O entendimento da questão fundiária por esse viés permite uma análise mais complexa, pois envolve os aspectos físicos e humanos na organização do espaço produtivo.

Além disso, falar em estrutura fundiária no Rio Grande do Sul é falar em terra, política e cultura. Tal afirmação se concretiza à medida que a dicotomia se

materializou no Estado, entre a pequena propriedade (porção centro-norte), e grande propriedade (porção centro-sul), envolve *terra*, como sinônimo de poder, principalmente, na porção centro-sul e ao apego a mesma. A relação com a política deve-se as bases legais que definiram a posse da terra e, também, as questões atuais, mais polêmicas, envolvendo questões referentes a função social e as pressões estabelecidas entre ruralistas e Movimento dos Sem Terra (MST). Já, a cultura tem sua relação viabilizada pela influência do homem, enquanto ser cultural, na organização do espaço. Além disso, ressalta-se que a relação entre esses três elementos é fundamental para conceber a formação da propriedade da terra em Santa Maria e no Rio Grande do Sul.

1.1.3 O desenvolvimento do setor primário na formação socioespacial de Santa Maria

A preocupação social relacionada ao desenvolvimento econômico encontra-se atrelada à produção, distribuição e consumo dos bens materiais. Desta forma, cada setor econômico dispõe de bens que visam suprir as necessidades da sua sociedade vigente. A ocupação territorial do Estado gaúcho privilegiou as atividades primárias como base econômica, alicerçada na agricultura e na pecuária. Assim, busca-se no setor primário, a base para a compreensão da organização espacial do Rio Grande do Sul, bem como de Santa Maria.

O setor primário pode ser definido como aquele onde as atividades estão relacionadas à utilização dos recursos naturais, representado por atividades extrativas ou manejo destes recursos.

De acordo com Zimmerman (1992, p. 24) pode-se dizer que

The basic sector can also be defined by the group of economic activities that produce raw-materials. This generally involves the natural resources transformation into basic products. Many basic sector products are considered as raw-materials taken to other industries, in order to change into industrialized products. The important business in this sector involves agriculture, fishing, tree planting and all the mining and rocking industries. The industrial industries is a large way, join, wrap up, clean or process the raw-material of the basic product, normally if the raw-material is inappropriate for sale, or hard to transport into far distances. The basic sector is divided in six economic activities: Agriculture, cattle raising, vegetable extraction, hunting, fishing, mining.

O Rio Grande do Sul apresenta características favoráveis ao desenvolvimento do setor primário, uma vez que suas potencialidades físico-naturais, solos férteis, disponibilidade de minérios, desenvolvimento da pecuária contribuem para o destaque das atividades primárias no Estado. Em Santa Maria, o referido setor representa a segunda posição no Produto Interno Bruto (PIB) municipal, contribuindo com a produção agropecuária, bem como a atividade turística.

O setor secundário é o setor da economia que transforma produtos naturais produzidos pelo setor primário em produtos de consumo, ou em máquinas industriais (produtos a serem utilizados por outros estabelecimentos do setor secundário). Geralmente apresenta percentagens bastante relevantes nas cidades com Produto Interno Bruto maior que outras. Pode-se dizer que é necessário que a matéria-prima é transformada em um produto manufaturado. A indústria e a construção civil são, portanto, atividades desse setor, que se estruturam através de grandes investimentos capitalistas.

E, por último, o setor terciário, no contexto da economia, envolve a comercialização de produtos em geral, e a oferta de serviços comerciais, pessoais ou comunitários, a terceiros, como o turismo, por exemplo. Nesse setor há grande ocorrência de problemas, assim como, a hipertrofia e a macrocefalia, que correspondem ao crescimento desordenado, e conseqüente excesso de mão-de-obra. O setor terciário é, geralmente, a principal fonte de renda dos países desenvolvidos.

Desta forma, a organização espacial do Estado gaúcho é profundamente marcada pela relação existente entre a sociedade e o desenvolvimento desigual das técnicas. Estes estágios técnicos distintos imprimem a diversidade das principais características econômicas no espaço gaúcho.

No Rio Grande do Sul, as principais relações se estabelecem através da produção agropecuária, onde destaca-se a pecuária de gado de corte, bem como a agricultura de subsistência, desenvolvida principalmente na porção oeste do estado, onde historicamente iniciou-se o processo de ocupação espacial. (BEZZI, 1985).

O processo histórico de povoamento e colonização do território gaúcho iniciou-se tardiamente frente aos demais estados brasileiros, devido à exploração no nordeste brasileiro da cana-de-açúcar, o qual visava a comercialização do açúcar e assim reverter a significativa lucratividade à metrópole.

O Estado gaúcho permaneceu por décadas distante das explorações agrícolas e minerais por parte da coroa portuguesa, como ocorria nos estados do nordeste, com o plantio da cana-de-açúcar. Posteriormente, a exploração do ouro, em Minas Gerais e em São Paulo com o cultivo do café, fez com que o Rio Grande do Sul adquirisse relevância no cenário nacional.

Nessa linha de raciocínio, Fortes (1981, p. 25), chama atenção dizendo que

[...] a região, vasta e dadivosa, onde demoram as terras riograndenses, esteve, por largos anos, fora das cogitações do Governo português, mais empenhado, que se achava, em encontrar metais preciosos nas regiões conhecidas do Brasil.

Destaca-se que, um fator que influenciou na ocupação e exploração tardia do Rio Grande do Sul, em relação aos demais estados brasileiros refere-se à sua posição geográfica, pois o mesmo encontra-se no extremo sul do país, além da distância do estado em relação à capital do país. Santa Maria, no entanto, localizada na porção centro do estado, foi povoada devido à sua localização privilegiada.

A força econômica dos engenhos de açúcar, estabelecido nos estados do nordeste brasileiro, originou as primeiras incursões pelo interior do Brasil. Essas expedições tinham como objetivo principal a busca por mão-de-obra escrava, utilizada nos engenhos de açúcar. No entanto a mesma, não era suficiente para atender à produção. Tal fato suscitou a necessidade por mão-de-obra nativa, em outros estados nacionais.

Na busca de suprir essa necessidade, surgiram as primeiras incursões ao interior do país, objetivando, principalmente a mão-de-obra indígena. Salienta-se que os índios já estavam sendo utilizados como mão-de-obra em São Paulo, em atividades de subsistência. (RODRIGUES, 2006).

Neste sentido, a forma utilizada para a captura dos indígenas ocorreu através das “Bandeiras”, caracterizadas através de expedições exploratórias, que adentravam em território espanhol. Neste período, final do século XVI, as fronteiras sulinas ainda encontravam-se em disputas entre Portugal e Espanha. (PESAVENTO, 1982).

Com a descoberta de grandes extensões de terras a Coroa Portuguesa e a Espanhola preocuparam-se em tomar posse das novas terras. Tal fato materializa-se no espaço gaúcho, com a vinda e instalação da Companhia de Jesus, onde no século XVII, missionários jesuítas foram enviados pelos colonizadores espanhóis e

portugueses, para ocupar as novas terras e ensinar os indígenas a conviver de acordo com seus costumes. Assim, formaram-se os primeiros povoados no sul do Brasil. (PESAVENTO, 1982).

Foi a partir de 1626, que se instalaram no território rio-grandense os primeiros missionários da Companhia de Jesus, oriundos do território castelhano. Eles procuravam se refugiar dos constantes ataques pela “caça” dos indígenas e destruição dos povoados, instalando-se na zona do “Tape”, limitada pelos rios Uruguai, Ibicui, Jacuí e Taquari. (FORTES, 1981).

Conforme Bezzi (1985, p. 11), é importante destacar que

A partir do século XVII, surgiram as primeiras tentativas de expansão rumo ao sul. Tal fato foi devido ao apresamento dos índios para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras. Nesta época, os bandeirantes paulistas, lançavam-se contra as “reduções indígenas, fixadas pelos missionários da Companhia de Jesus, em território espanhol”.

As constantes incursões dos bandeirantes, principalmente paulistas, na busca de indígenas disciplinados ao trabalho e a convivência social semelhante à dos colonizadores, ensinada pelos missionários jesuítas, constituiu-se em uma importante fonte de mão-de-obra para substituir os escravos africanos que trabalhavam nos engenhos de açúcar.

A presença dos jesuítas no estado gaúcho permitiu e influenciou expressivamente o desenvolvimento do setor primário, através da prática pecuarista. Salienta-se que, o gado bovino foi introduzido pelos missionários jesuítas, originando os primeiros rebanhos de gado gaúcho, os quais posteriormente constituiria a base do desenvolvimento econômico do estado, através da exploração do couro e da carne, para a produção do charque, caracterizando o setor primário como principal fonte econômica do Rio Grande do Sul.

O Estado gaúcho foi uma das últimas unidades territoriais brasileiras a ser povoada. Tal fato caracterizou uma organização espacial singular, no que se refere, principalmente, ao espaço produtivo e ao seu desenvolvimento econômico, baseado inicialmente no fornecimento de gado para a zona de mineração. Este era utilizado como transporte das minas para o litoral, buscando atender às necessidades da Coroa Portuguesa.

Contudo, a busca dos indígenas pelos bandeirantes continuava a acontecer, através de capturas hostis, causando descontentamento e obrigando os jesuítas a

deslocarem-se para à margem esquerda do rio Uruguai. Destaca-se que, a produção agrícola gaúcha era praticada pelos indígenas com o plantio da mandioca e ervamate. Com a vinda dos jesuítas, aprimorou-se a produção, com o plantio de milho e frutas.

Posteriormente, esse expressivo povoado originou os Sete Povos das Missões, representado pelo aldeamento dos índios “catequizados” pelos jesuítas e não capturados pelos bandeirantes. Contudo, ao partirem, devido aos ataques dos colonizadores, abandonaram o gado trazido pelos missionários. Assim, as cabeças de gado foram criadas soltas pelos campos sulinos, ao sul da bacia do Camaquã, originando imensas reservas de gado, conhecidas como “Vacaria do Mar e Vacaria dos Pinhais”. (THOMAS,1976).

Ao reconhecer a importância do território gaúcho, pela exploração do gado, bem como sua posição fronteiriça com o território castelhano e limite com o oceano, a coroa portuguesa intensificou a presença de forças militares, através da instalação de postos de comando e acampamentos bem como, pela doação de grandes lotes de terras, à militares reformados e, um pouco mais tarde, a tropeiros enriquecidos. Essas doações consistiam nas sesmarias, que deveriam ser ocupadas e exploradas com a finalidade de proteção das fronteiras gaúchas. Entretanto, fez-se necessário que postos militares fossem construídos em pontos estratégicos do território riograndense.

Destaca-se a instalação do Forte Jesus, Maria e José, o qual originou a cidade de Rio Grande, bem como o acampamento que resultou na formação da cidade de Rio Pardo, que mais tarde desmembrou-se em outros municípios, entre eles Cachoeira do Sul e, posteriormente, Santa Maria. (BELTRÃO, 1979).

A formação dos acampamentos militares, bem como a conseqüente instalação de quartéis em vários municípios, influenciou para o seu povoamento e desenvolvimento econômico e a vinda de militares contribuiu para a formação de vilas e cidades.

Quanto ao setor econômico, destaca-se que, os primeiros municípios gaúchos têm sua gênese ligada à atividade primária tendo sua base econômica centrada nas estâncias, com o predomínio da prática pecuarista. Paralelamente, locais estratégicos tiveram sua origem estruturada através da influência de acampamentos militares, localizados, principalmente na porção central do Rio Grande do Sul.

A formação da Colônia de Sacramento e dos Sete Povos das Missões culminou em intensas disputas de território entre Espanha e Portugal, devido a expansão econômica e, conseqüente receio das coroas européias, acarretando na expulsão da Companhia de Jesus na América em 1768. (FORTES, 1981).

Um novo ciclo econômico se estabelece na colônia portuguesa, representada pela mineração, que veio para substituir o ciclo açucareiro. A descoberta de ouro nas Minas Gerais repercutiu na interiorização do pólo econômico português. A busca pelo gado, no sul do país, caracterizou-se como uma economia subsidiária, onde ocorre o fornecimento e suporte de gado para o transporte dos minérios extraídos na zona mineradora, localizada atualmente no estado de Minas Gerais.

Devido à importância territorial do Rio Grande do Sul em conseqüência da sua localização fronteiriça com os espanhóis, e exploração do gado pelos castelhanos, a partir do século XVIII, ocorre o primeiro processo de distribuição de terras, através de sesmarias, com a finalidade da efetiva ocupação do território, resultando na posse da terra.

Pesavento (1982, p.15), aponta que

As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca 13000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos Campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande da época.

A principal atividade desenvolvida nessas imensas extensões de terras baseava-se na pecuária extensiva. O gado era criado solto pelo campo, sem maiores cuidados com o rebanho. A mão-de-obra utilizada era a dos peões. A população constituída de índios desertados das reduções ou homens pertencentes a antigos bandos armados. (BEZZI, 1985).

A pecuária desenvolvida pelos jesuítas, bem como, o gado abandonado originou um dos maiores rebanhos do país, tornando-se a base da economia rio-grandense. Foi através da exploração pecuarista, assim como o gado utilizado para transporte, a exploração do couro e do charque gaúcho, que se obtiveram as primeiras atividades econômicas primárias desenvolvidas e lucrativas.

A pecuária gaúcha assume grande importância no cenário econômico nacional, bem como, se torna a principal atividade desenvolvida no Estado, devido

ao fornecimento de gado para o transporte nas Minas Gerais e pelo consumo do charque. (PESAVENTO, 1982).

Nesse sentido, a expansão e o domínio territorial, no Rio Grande do Sul, segundo Bernardes (1997, p. 55) se consolida

Ao encetar-se a segunda metade do século XVIII, inicia-se a propagação das estâncias pelo interior, a começar pela região da Depressão Central, acompanhando o baixo Jacuí. Mas ainda aqui o empuxo principal é dado pelas necessidades militares.

Ressalta-se que, nesse período a porção central do Rio Grande do Sul assumia a função, principal, de passagem dos tropeiros. Estes eram responsáveis pelo transporte do gado das estâncias. Assim, do ponto de vista estratégico-militar, esta porção do território representou o caminho dos militares, uma vez que sua finalidade era chegar à fronteira oeste ou ao litoral gaúcho, caracterizando os principais pontos de escoamento da produção de charque. Destaca-se que, o Rio Grande do Sul por se apresentar, até então, isolado do restante do território nacional disponibilizava espaços significativos a serem ocupados e/ou colonizados.

Nesse sentido, no século XVIII, a coroa portuguesa adotou alternativas para promover a ocupação do território gaúcho, com a finalidade de exploração das terras. Esta foi efetivada através de incentivos oferecidos à imigrantes europeus, facilitados pelo acesso gratuito aos lotes de terras. Estes possuíam uma dimensão inferior à extensão territorial das sesmarias. Atrelado aos lotes, a oferta de subsídios financeiros utilizados para a aquisição de alimentos e, posteriormente, instrumentos para trabalhar nas terras também caracterizaram o povoamento e o desenvolvimento das atividades primárias. (PESAVENTO, 1982).

Salienta-se que, o estado gaúcho tornou-se uma unidade territorial peculiar, frente aos demais estados brasileiros. Essa diferenciação ocorreu segundo Thomas (1976, p. 45): “[...] devido a colonização dirigida e realizada primeira e principalmente em terras públicas sempre sob a iniciativa governamental federal ou estadual e mais tarde da particular, o que diferenciou o Rio Grande do resto do Brasil”.

O processo de colonização desencadeou a evolução de técnicas e novos produtos cultivados no Rio Grande do Sul. Desta forma, Salamoni (1990, p.173) salienta que: “[...] não se pode analisar a evolução do setor agrário sem que se abordem as relações ocorridas desde o início do processo de colonização, até o momento presente”.

Tal fato contribuiu para que a atividade agrícola ganhasse destaque na economia sulina. Novos produtos agrícolas começam a ser introduzidos e cultivados com a finalidade de abastecimento dos imigrantes, pois estes não tinham fácil acesso a produtos agrícolas, devido à distância e à inexistência de produção de alguns gêneros agrícolas como, cereais, feijão e frutas.

A intenção da Coroa Portuguesa com os imigrantes açorianos centrava-se no povoamento da região das missões, com o objetivo de desenvolver uma economia de subsistência, destacando-se a produção do trigo. Estes foram instalados, inicialmente, na localidade denominada Porto dos Casais, onde hoje se situa a cidade de Porto Alegre, porção leste do estado gaúcho, expandindo-se para o interior do estado, chegando até a porção central, no município de Santa Maria, onde atualmente existem registros de sua chegada no distrito de Arroio Grande.

Neste período, o setor primário gaúcho foi o dinamizado pela inserção da cultura do trigo, e este posteriormente, tornou-se o principal produto agrícola a ser cultivado pelos imigrantes açorianos. Através da agricultura familiar, caracterizada pela a mão-de-obra familiar, parte da produção destinava-se à subsistência e a comercialização interna do excedente produzido. Assim, se estabeleceu uma relação comercial, realizada, inicialmente com os municípios vizinhos.

Conforme Thomas, (1976, p.17): “[...] os primeiro imigrantes foram os açorianos, em 1742, que se instalaram na faixa litorânea, estendendo-se ao longo da depressão central”.

Contudo, a imigração açoriana não atingiu os objetivos esperados pela Coroa Portuguesa, pois estes não se adaptaram à forma de trabalho imposta, bem como deixaram de receber grande parte dos incentivos negociados para sua instalação. Desta forma, abandonaram suas terras na região central e retiraram-se para seu local de origem, permanecendo apenas algumas famílias. (THOMAS 1976).

Outro fator preponderante ao abandono da grande parte dos imigrantes açorianos pela atividade agrícola ocorreu devido ao enfraquecimento da produção tritícola, causada pela incidência da ferrugem, que contaminou as lavouras do estado gaúcho, resultando no enfraquecimento dessa produção, desestruturando momentaneamente a produção agrícola. Tal fato norteou os açorianos, que permaneceram no Estado, investindo na pecuária, retomando a força econômica atribuída à comercialização do charque gaúcho. (PESAVENTO 1982).

A dificuldade de adaptação dos imigrantes açorianos no Estado, por não atingir o objetivo de mão-de-obra para a produção agrícola, ocasionou no abandono dessa atividade ou na substituição pela pecuária. Em Santa Maria, grupos açorianos adquiriam cabeças de gado bovino e dedicaram-se à essa prática.

Devido à falta de êxito com a imigração açoriana o Governo procurou solucionar essa situação através do incentivo para a vinda de imigrantes alemães, pois os mesmos buscavam refúgio do período ao qual seu país se encontrava afetado por crises políticas e econômicas. Desta forma, além de ocupação territorial, era necessário diversificar a produção agrícola do país, com a finalidade de abastecer o mercado interno. A organização do espaço primário sulino assume uma nova configuração à partir da doação de lotes para os imigrantes alemães, e às atividades desenvolvidas por esses novos habitantes.

Quanto à influência da colonização europeia no Rio Grande do Sul, Pesavento (1982, p.46) coloca que

No que toca à inserção do Rio Grande do Sul neste processo, é necessário explicitar os interesses do centro cafeicultor com relação a uma província periférica. Há dois momentos fundamentais: o primeiro diz respeito à imigração alemã, iniciada em 1824, e o segundo à imigração italiana, que se desenvolve a partir de 1875.

O fornecimento de subsídios para o centro econômico do país influenciou na política de imigração devido ao desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentos para o consumo interno, não respondendo ao preço do café, principal produto brasileiro exportado e produzido em São Paulo e no norte do Paraná.

Entretanto, a pecuária desenvolvida nas sesmarias, continuou exercendo seu papel como principal atividade econômica desenvolvida no Estado, também nas áreas de colonização. Destaca-se que o município de Santa Maria é oriundo de uma sesmaria, na qual já existia um rebanho significativo de gado, com aproximadamente 120 mil cabeças, quando os primeiros imigrantes açorianos e alemães aqui instalados. (RECHIA, 1976).

A partir do início do século XX, a agricultura atua como uma nova atividade no setor produtivo, renovando e dinamizando a configuração espacial do Rio Grande do Sul.

A chegada dos imigrantes alemães ao Estado gaúcho, em 1824 tinha como meta fortalecer a ocupação e incentivar a produção agrícola. Estes foram instalados

na primeira colônia alemã do Estado, onde hoje localiza-se a cidade de São Leopoldo, no vale do Rio dos Sinos, próximo à terras férteis. O recebimento gratuito de lotes de terras por parte dos novos imigrantes constitui um fator influente no incentivo de novas atividades econômicas relacionadas ao setor primário. Quanto ao tamanho destas propriedades, foram doados lotes de terras medindo aproximadamente 77 ha. (PESAVENTO, 1982).

O excedente da produção gerado pela agricultura alemã foi revertido em capital e este foi sendo acumulado. Parte desse capital retornava à propriedade para sua manutenção o restante era destinado, a outras atividades em forma de investimentos que vieram a desenvolver outro setor significativo na economia gaúcha, o secundário, representado pelas indústrias.

A contribuição dos imigrantes alemães e sua influência na formação sócio-espacial do espaço gaúcho podem ser atribuídas aos conhecimentos e práticas agrícolas aplicadas e, principalmente à produção do milho e fumo, bem como a pecuária suína.

A expansão dos imigrantes alemães pelo interior do Rio Grande do Sul estende-se a porção central, contribuindo para a formação e organização espacial de Santa Maria. Parte dos imigrantes instalou-se na área, onde hoje se situa o município de São Pedro do Sul e Itaara, contribuindo para a caracterização do setor primário do município, através da produção de milho e fumo, bem como no desenvolvimento de uma rede de comércio de produtos coloniais, fabricados a partir da produção das propriedades, a exemplo do leite, dos queijos, dos salames, dos pães, das cucas e dos doces. (BELTRÃO, 1979).

A partir da ocupação de 1848, novas diretrizes das políticas migratórias fizeram com que os lotes tivessem suas dimensões reduzidas para 48 ha, e posteriormente, os mesmos seriam pagos. Tais fatos alteraram o modo de produção, pois as diminuições no tamanho das propriedades e forma de aquisição, passaram a exigir maiores recursos financeiros por parte dos imigrantes. Assim, estes deveriam diversificar sua produção para ter um melhor aproveitamento do seu reduzido espaço territorial.

Essa forma de ocupação proporcionou o desenvolvimento da agricultura de subsistência, pois os colonos cultivavam variados produtos, utilizando a mão-de-obra familiar, devido à demora, por parte do governo em fornecer subsídios.

Os imigrantes europeus (alemães) se instalaram no Rio Grande do Sul (Vale dos Sinos) em 1824 bem como em São Pedro de Alcântara em Santa Catarina . Em 1870 se instalaram na região Sul os imigrantes italianos, principalmente no Rio Grande do Sul fundando Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves e outros. Estes, normalmente se instalaram em áreas com tamanho reduzido, ou seja, que alcançava até 50 hectares. (IBGE, 1968).

Por um período de quarenta anos a partir do momento em que os imigrantes alemães aqui se instalaram, a atividade agrícola constituiu-se na única fonte de renda dos proprietários dos lotes recebidos ou comprados. Entre os principais produtos agrícolas cultivados, pode-se destacar o milho, o feijão, a batata, a mandioca e o fumo. Assim, a diversificação de gêneros alimentícios produzidos pelos colonos desenvolveu um mercado interno lucrativo, através da comercialização dos produtos coloniais, gerando a circulação e acúmulo de capital.

Contudo, ainda havia uma grande extensão de terras a serem efetivamente ocupadas. Desta forma, em 1875, chegaram os primeiros imigrantes italianos no Estado, instalados, inicialmente na porção nordeste do Rio Grande do Sul. (THOMAS, 1976).

Entretanto, a imigração italiana, ocorreu de forma diferenciada, pois os lotes de terras recebidos pelos novos imigrantes eram menos extensas em relação aos lotes doados para os alemães, correspondendo à 30ha, contudo estes também deveriam ser pagos. Destaca-se que, alguns imigrantes alemães instalados em Santa Maria receberam lotes de terras, mas deveriam ser pagos. (THOMAS, 1976).

Neste contexto, é importante resgatar Menegotto; et al (2001, p. 41) quando os autores afirmam que

No que diz respeito aos italianos, que ingressaram a partir de 1875, chegaram à província em uma situação de desvantagem se comparada com à dos alemães, 50 anos antes. As melhores terras já se achavam ocupadas e coube aos italianos receber lotes ainda menores (25ha) na encosta da serra. O lote era vendido a crédito e prometido subsídio para alimentação que seria concedido por um ano e foi cancelado. A única ajuda com que o imigrante italiano contou foi aquela advinda do trabalho remunerado de 15 dias por mês na abertura de estradas.

Os italianos instalaram-se inicialmente na serra gaúcha. Tiveram dificuldades, principalmente, ligadas a topografia da área aliada à potencialidade física das mesmas. Além disso, tiveram que competir com o comércio alemão, o qual encontrava-se em pleno desenvolvimento e fornecia produtos coloniais, semelhante

aos produzidos pelos italianos. Entretanto estas adversidades não impediram os colonos italianos de prosperar, pois estes deveriam buscar outras formas de se fixar e se desenvolver na nova terra.

Na busca de se inserir no mercado através de uma produção singular, a principal alternativa encontrada pelos italianos foi a especialização dos seus produtos, através do cultivo da uva utilizada na produção do vinho. Ressalta-se que as primeiras mudas de videiras foram introduzidas pelos italianos oriundos da região do Vêneto, na Itália. A produção da uva prosperou devido às condições climáticas favoráveis, semelhantes ao local de origem dos imigrantes. Atualmente, a produção de uva no estado, localiza-se na serra gaúcha, nos municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves. No entanto, essa cadeia produtiva expandiu-se mais tarde para outros municípios, como Santana do Livramento e Jaguarí, nos quais essa produção corresponde à 12% da produção nacional. (IBGE, 2004).

A expansão dos imigrantes italianos estendeu-se pelo interior do estado gaúcho. Os últimos imigrantes a chegarem, foram dirigidos à porção central do Rio Grande do Sul, precisamente ao município de Santa Maria, na localidade de Val de Buia, em 1877, onde formaram a Quarta Colônia de Imigração Italiana. (PESAVENTO, 1982).

Atualmente, essa localidade está situada no município de Silveira Martins, que até 1982, compreendia um distrito de Santa Maria. A influência dos imigrantes italianos no setor produtivo do município imprimiu características peculiares nos distritos de Arroio Grande e Palma, devido à estrutura fundiária.

A comercialização dos produtos coloniais visava apenas o mercado interno. Entretanto, o aumento da mão-de-obra utilizada nos cafezais em São Paulo, Minas Gerais e norte do Paraná, impulsionaram o crescimento da agricultura sulina. O aumento do consumo proporcionou maior produção e expansão do comércio para outros estados brasileiros de culturas, como o milho, o fumo e a soja, visando o fornecimento desse mercado consumidor. (BELTRÃO, 1979).

Destaca-se que a prática pecuarista nunca deixou de dinamizar o setor econômico riograndense, mesmo que em determinados períodos cedesse à agricultura, espaços significativos de sua produção. Este fato persiste atualmente, fazendo com que o desenvolvimento da economia gaúcha, esteja alicerçado, principalmente na agricultura, através do cultivo do arroz e da soja.

Salienta-se que, entre os principais produtos cultivados e comercializados pelos imigrantes italianos, destaca-se o milho, o feijão, a mandioca e a uva. Produtos como a soja e o arroz foram introduzidos posteriormente e a lucratividade gerada pelas lavouras de trigo, soja e arroz ocasionam significativas transformações na organização espacial gaúcha.

Assim, agentes transformadores impulsionam o desenvolvimento da economia do estado, visando atender o aumento do consumo pelos produtos agrícolas do Rio Grande do Sul, caracterizando um novo período de mudanças no setor primário.

Portanto, a colonização européia (alemães e italianos) marcou profundamente a organização do espaço primário gaúcho, sendo um fator fundamental na estruturação do setor primário do Rio Grande do Sul e do município de Santa Maria.

1.1.4 As transformações no setor primário do Rio Grande do Sul: a Modernização da Agricultura

A partir do século XX o aumento da produção agrícola no Estado atingiu altos índices na balança comercial. Esse crescimento gerou grandes transformações no espaço agrícola gaúcho. Inicialmente, o setor primário caracterizava-se pela atividade pastoril, baseado na pecuária tradicional, a qual ocupava as grandes propriedades. Por outro lado, a agricultura colonial, desenvolvia-se nas pequenas propriedades. Esta dicotomia norteou a estrutura fundiária gaúcha por um longo período.

Entretanto, através do processo de modernização da agricultura que ocorreu em âmbito nacional, a partir da década de 1950, a produção nacional, baseada no café e cacau sofreu uma queda nos valores, levando o governo federal a estimular outras culturas. (MENEGOTTO et al, 2001).

A expressiva inserção de capital após a Primeira Guerra Mundial nos centros urbanos do país e sua conseqüente expansão industrial direcionou os recursos para o setor secundário, onde o processo de industrialização absorveu expressiva mão-

de-obra do meio rural para as grandes cidades, estreitando, cada vez mais, a relação entre o campo e cidade.

Neste sentido, a modernização da agricultura também foi impulsionada no país através de investimentos internacionais, onde o capital estrangeiro adentrou através do fornecimento de insumos, armazenamento e comercialização de produtos como a soja e o milho, na porção Centro-Sul e norte do estado gaúcho.

Para Menegotto et al (2001, p. 47) pode-se dizer que

A modernização da agricultura consiste na mecanização e na tecnificação da lavoura, com maior integração do produtor na produção de mercado e modificação nas relações sociais de produção. Caracteriza-se fundamentalmente pela transformação capitalista da produção, com tendência à especialização e à monocultura.

Tal fato acarretou, para a economia gaúcha, grandes transformações com a importante tarefa de subsidiar alimentos e capital para o desenvolvimento da economia central do país, que se encontrava em pleno processo de industrialização e expansão urbana. (BEZZI 1985).

Com o avanço e desenvolvimento das técnicas de produção, bem como o aumento na demanda pelos produtos agrícolas do Rio Grande do Sul, a industrialização atinge o meio rural, proporcionando o desenvolvimento de um novo segmento produtivo, reorganizando e reconfigurando o arranjo espacial gaúcho.

Inicialmente, o produtor usava sementes e adubos naturais disponíveis, produzindo para a subsistência e para atender ao mercado interno, utilizando, predominantemente mão-de-obra humana, sem maquinários e insumos. Com a modernização da agricultura, a produção buscou atender à demanda em grande escala e ao mercado externo.

De acordo com Brum (1988, p. 60) a modernização da agricultura pode ser definida como

[...] o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de técnicas e métodos de preparo e cultivo do solo, de tratamentos culturais e de processos de colheitas mais sofisticados. Em outras palavras: modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura.

A modernização da agricultura estabelece uma estreita relação com o setor industrial. A agricultura de subsistência é relacionada com o consumo, ou mais especificamente com o autoconsumo. Também pode ser denominada de agricultura de autoconsumo. Contudo a agricultura moderna atrela-se com a indústria.

Devido ao avanço tecnológico no campo, os agricultores direcionaram-se ao emprego de técnicas mais evoluídas, utilização de máquinas, bem como insumos e sementes. A reorganização do processo produtivo acarretou mudanças na estrutura fundiária do país e do Rio Grande do Sul, resultando na concentração de terras, pois os pequenos e médios proprietários não possuíam recursos suficientes para se adaptarem à modernização.

Como consequência precisaram vender suas propriedades aos grandes produtores ou entregá-las aos bancos nos quais buscaram recursos financeiros para a compra de maquinários e sementes. Também houve mudanças nas relações de produção, pois com a substituição da mão-de-obra humana por máquinas, acentuou-se o êxodo rural, onde as pessoas buscavam empregos nos centros urbanos.

A modernização da agricultura estabelece uma estreita relação com o setor industrial. A agricultura de subsistência é relacionada com o consumo, ou mais especificamente com o autoconsumo. Também pode ser denominada de agricultura de autoconsumo. Contudo a agricultura moderna atrela-se com a indústria.

Nesse sentido, o planalto riograndense intensificou a produção em larga escala de trigo, soja e milho, a partir de 1940. Inicialmente, utilizou-se o método da rotatividade de culturas, alternando a produção de trigo e milho. Posteriormente, ocorre sua substituição pela produção do binômio trigo-soja, devido à demanda da soja pelo mercado externo. (BEZZI, 1985).

Devido à crise na produção tritícola e à demanda pela soja no país o planalto gaúcho, o Estado assume nova configuração à partir de 1970, pela difusão da soja pelo estado bem como em Santa Maria. Atualmente, esse cultivo se constitui no principal produto agrícola do município. (IBGE, 2007).

Schneider (2003, p.145), ressalta que

O primeiro período de transformação estrutural do Rio Grande do Sul promoveu a “euforia” da modernização produtiva, iniciada na década de 1970, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras (em especial no centro-sul), retirando-as do seu atraso tecnológico e inserindo-as em

circuitos propriamente capitalistas – o que permitiu não apenas a constituição de novas estruturas de produção, mas também o desenvolvimento de uma nova racionalidade de gestão agrícola.

Desta forma, a modernização da agricultura buscou melhorias na produção e aumento da produtividade, com auxílio de tecnologias. Este processo atinge diversas áreas produtoras do Estado gaúcho, atribuído um novo rumo à produção.

Pode-se dizer então, que o processo da modernização visava o aumento do capital. Tem-se como conseqüência o aumento da produção para o abastecimento do mercado interno e aumento nas exportações, bem como o fornecimento de mão-de-obra com menor custo. Contudo, o aumento da produção de trigo, soja e milho refletiu na estagnação de culturas de subsistência como a mandioca e o feijão.

A relação entre o centro urbano e o meio rural tornou-se, cada vez mais, próxima através da manutenção das propriedades e seu processo produtivo, com o fornecimento de fertilizantes, defensivos, máquinas e sementes, bem como, a comercialização da produção, com o surgimento de empresas rurais e cooperativas, estruturando, a produção gaúcha.

As transformações no espaço produtivo do Rio Grande do Sul colocaram a produção em novos moldes. Os investimentos neste setor produtivo, também resultaram no estímulo da lavoura empresarial, que de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (1978, p. 88), pode ser entendida como

[...] aquele segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção, isto é, com separação dos meios de produção do trabalhador, visa a contínua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes, etc.) e emprego de força de trabalho permanente e temporária, usando a efetividade desta, combinação terra própria ou arrendada.

A produção consorciada de soja e trigo estende-se pelo interior do Rio Grande do Sul, atingindo áreas destinadas à pecuária, pois o caráter concentrador da modernização da agricultura assemelha-se ao da pecuária. Assim, municípios onde predominava a criação de gado, como o de Santa Maria, adaptaram-se à prática agrícola. Inicialmente, procurou-se introduzir o cultivo do trigo, mas devido às condições climáticas não favoráveis, sua produção não obteve êxito. Como alternativa devido às condições hídricas e topográficas favoráveis, os agricultores optaram pela produção orizícola.

Posteriormente, novos investimentos foram direcionados à produção orizícola, devido às condições favoráveis do Estado, bem como, a produção que foi favorecida pela alta tarifação do arroz estrangeiro e favorecimento da comercialização do arroz nacional. (BESCOW, 1986).

A elevada lucratividade da lavoura empresarial desencadeou um sistema econômico baseado no arrendamento capitalista, onde este explora parte dos meios de produção, pagando uma quantia para usufruir das potencialidades físicas da terra arrendada.

Assim, Bescow (1986, p.117) enfatiza que

O arrendatário capitalista dedicado à rizicultura no Rio Grande do Sul é somente proprietário de parcela dos meios de produção aplicados na exploração agrícola – representados por máquinas e equipamentos, os mais diversos e toda a sorte de insumos industriais como fertilizantes, corretivos e defensivos, entre outros.

Atualmente, o arrendamento de terras constitui-se em importante fonte de renda e produção capitalistas para produtores de arroz e soja no Estado gaúcho. Essas ocupam as terras pelo período compreendido entre o preparo do solo até a colheita e de acordo com o contrato, o aluguel pode ser pago após a colheita ou anteriormente, dependendo do arrendatário.

Neste sentido, o Rio Grande do Sul tem sua economia voltada à demanda do centro econômico do país. Assim, Tambara (1983, p. 32) ressalta-se que: “A pecuária e a agricultura juntando-se à indústria rio-grandense, com um papel idêntico: servir como fornecedora de produtos às áreas mais dinâmicas de São Paulo”.

A partir da década de 1990, introduziram-se novos contornos econômicos no setor primário do Estado, devido, principalmente, a diminuição das políticas agrícolas e dificuldades no fornecimento de recursos no setor agrícola, bem como a concorrência com os produtos internacionais, que desencadearam outras atividades econômicas, desenvolvidas no setor primário.

Desta forma, alternativas, como a fruticultura, o turismo rural e as atividades desenvolvidas nestes setores têm como finalidade dinamizar o setor primário rio-grandense, através do aproveitamento das potencialidades físico-naturais do Estado, buscando diminuir o custo e aumentar a lucratividade nos investimentos.

O desenvolvimento da cadeia produtiva da fruticultura se estendeu pelo Rio Grande do Sul, através da agricultura familiar. No entanto, esta atividade tem maior expressividade, a partir da década de 90, pois o cultivo de frutas tornou-se uma alternativa viável e rentável para os produtores agregarem valor a sua produção.

Atualmente, os municípios nos quais a atividade primária tem como base a pecuária e agricultura, procuram dinamizar seu espaço produtivo através do cultivo de frutas e da agroindústria. Essas atividades apresentam-se como uma alternativa, principalmente, para o pequeno produtor, uma vez que as mesmas não necessitam de grandes investimentos.

Alguns municípios tradicionalmente pecuaristas ou agrícolas, como Santana do Livramento, na fronteira oeste do Estado, tem introduzido a cadeia produtiva da fruticultura através da produção de uva. Santa Maria, na porção central, destaca-se na produção de uva, pêssego e laranja. Desta forma, através da fruticultura buscam expandir seus mercados e proporcionar o desenvolvimento econômico. (IBGE 2004).

Outra forma de dinamizar a produção primária e as atividades que se desenvolvem no campo é o Turismo Rural. Esse se associa às atividades do setor primário, mas não se constitui em atividade ligada a agricultura ou a pecuária. Configura-se como uma atividade que se desenvolve no rural, utilizando-se para tal da sua base espacial e da paisagem, que confere-lhe características peculiares, procurando dinamizar as atividades econômicas atreladas a vida no campo.

O Rio Grande do Sul assume grande importância na economia nacional e internacional, enfrentando grandes desafios. Portanto, a agropecuária gaúcha compete com a Argentina e Uruguai, além da concorrência com a produção de grãos e carne do Centro-Oeste, refletindo um processo desigual de modernização, tornando o estado vulnerável ao processo de melhorias e adaptação, que busca beneficiar grandes empresas internacionais.

1.1.5 Multifuncionalidade e organização do espaço: o turismo rural como alternativa para o desenvolvimento no campo

A busca pelo desenvolvimento socioeconômico no espaço rural evidencia-se, na atualidade, pela inserção de novas atividades, não ligadas diretamente à agropecuária. A diversificação das atividades primárias visam complementar a renda do produtor rural, agregando valor a produção tradicional, centrada na lavoura e na pecuária. De modo geral, constitui-se em atividades como o turismo rural e colonial, a extração de areia, as agroindústrias, as trilhas ecológicas e os pesque e pague, dentre outras atividades que se materializam no espaço rural.

Segundo Aldington (2002, p. 3), o conceito do caráter multifuncional da agricultura e da terra é

[...] derivado do conceito de agricultura e desenvolvimento rural sustentável (ADRS). Este último é resultado das reflexões da FAO, e outras instituições nas décadas de 1970 e 1980 a respeito da evolução da agricultura e sua relação com a segurança alimentar, produtividade e sustentabilidade.

A forma mais tradicional de exploração do espaço rural via atividade agropecuária, dependem de vários fatores, como o mercado, financiamento, disponibilidade de terra para expansão da produção e das potencialidades naturais. A multifuncionalidade vem a suprir essa dependência, como uma alternativa para manter a dinâmica econômica no campo. Dentre as diversas atividades, destaca-se a influência do turismo rural na organização do espaço rural, como uma nova alternativa de desenvolvimento, onde velhas formas agregam novas funções.

Assim, pode-se inferir que o turismo rural engloba diversas modalidades de turismo que não se excluem e que se complementam. O principal critério diferenciador está na distribuição dos rendimentos gerados pelas atividades turísticas, recebidas pela comunidade rural ou pelos agricultores.

Campanhola; Graziano da Silva (1999, p. 25) definem Turismo rural como

[...] o conjunto de atividades de lazer realizadas no meio rural, abrangendo várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta como: turismo rural, ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócio, turismo jovem, turismo social e turismo esportivo. Envolve ainda, atrativos como: parques naturais, "spas" rurais, turismo de saúde, locais de treinamento de executivos, turismo de negócio, centro de convenções rurais, visitas a amigos e parentes, visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas, festivais, rodeios e shows regionais, visitas a paisagens cênicas e ambientes naturais, gastronomia regional, alambiques, atividades pedagógicas, artesanato, colônias de férias, hotéis-fazendas, fazendas hotéis, chácaras de recreio e condomínios como segunda moradia, entre outros. Isto é o turismo no meio rural, ou seja, qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em espaços rurais.

Nessa perspectiva duas características do turismo no meio rural devem ser especialmente consideradas. A primeira é de que o seu desenvolvimento pode se produzir em zonas que disponham de recursos turísticos, o que significa, que a aptidão para o turismo em áreas rurais pode-se estender para amplas regiões do território. Como exemplo, cita-se a potencialidade hídrica dos distritos de Santa Maria, aproveitada pelos balneários da região. A segunda característica fundamental é o seu baixo nível de barreiras à entrada, o que implica que o turismo rural pode atrair postos de trabalho com reduzido volume de investimentos. Entretanto é necessário manter a infra-estrutura física, através dos investimentos da Prefeitura Municipal, como a manutenção de estradas de acesso à estes locais.

Em determinadas situações cada atividade pode ser identificada isoladamente, enquanto que em outras, elas se complementam. Por exemplo: uma propriedade que desenvolve algum tipo de turismo rural, pelas características naturais da área pode ser reconhecida como fator de atratividade, outras atividades como as de cunho ecológico, cultural ou esportivo. É o caso do distrito de Arroio Grande com restaurantes típicos da culinária italiana, bem como a arquitetura das casas e cemitérios.

O turismo no meio rural tem um papel fundamental na gestão do território, dada a sua capacidade de estimular o aproveitamento do potencial de desenvolvimento endógeno de um determinado local. Deve-se implementar a “velha e correta idéia de entender os agricultores também como criadores de paisagem”, uma vez que o desenvolvimento do mundo rural no futuro terá que descansar, muito mais que no presente. Dessa forma, a promoção de atividades produtivas distintas das agrárias deverá ser estimulada. (GRAZIANO,1998).

Nesse sentido, o turismo rural pode ser definido como um produto que supre a necessidade de clientes e colabora para manter as características rurais da região, utilizando os recursos naturais. É considerado produto turístico o somatório do atrativo turístico, dos serviços turísticos, da infra-estrutura básica no local de destino e do conjunto de serviços urbanos de apoio ao turismo. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1999).

Definitivamente é preciso contar com um efeito impulsor de demanda de turismo rural pelo lado da oferta. Daí a importância das políticas no sentido de financiar e fomentar essas novas atividades não-agrícolas ligadas ao lazer nas áreas rurais, conforme vem sendo realizado pelos Programas da EMATER em conjunto

com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, através de financiamentos e aplicação de verbas via projetos enviados pelos sub-prefeitos dos distritos ao poder Legislativo.

O Turismo Rural, não se constitui na principal atividade econômica desenvolvida no setor primário do Município, contudo é uma atividade em crescimento e um novo contorno econômico encontrado por alguns proprietários para diversificar sua renda. Mesmo com entraves financeiros, pode-se considerar o turismo rural como uma atividade econômica e um dos fatores do desenvolvimento rural em Santa Maria- RS.

O importante é conseguir através desta atividade obter efeitos indiretos tais como: melhoria da infra-estrutura nos distritos do Município através do desenvolvimento das pequenas e médias Agroindústrias existentes no meio rural, como conseqüência do crescimento da demanda por artesanato e produtos alimentícios, bem como o desenvolvimento da indústria do lazer, resultando na melhoria indireta do setor agrícola, através da potencialização de produtos de qualidade típicos de cada distrito, como é o caso do mel, queijos, embutidos, entre outros. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA 1999).

Em Santa Maria, o turismo originou-se nas pequenas propriedades, situadas próximas aos rios e córregos, onde os turistas buscam o lazer e conforto principalmente nos meses de verão. Destaca-se que estas propriedades encontravam-se sem infra-estrutura, mas com água abundante e de qualidade. Na medida em que crescia a demanda por esse tipo lazer os proprietários investiram nesta prática comercial, melhorando aos poucos a infra-estrutura das propriedades.

Por suas características geográficas e culturais próprias, alguns distritos do município apresentam potencial para o desenvolvimento do turismo rural, devido à presença de malha hídrica abundante, bem como traços culturais deixados pelos imigrantes italianos, como a arquitetura das casas e produtos gastronômicos, favorecendo o mercado interno, através do desenvolvimento local e valorização dos produtos agrícolas com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura local, tais como: feiras e festas centradas em temas regionais e locais valorizando produtos, trabalhos, tradições, jogos, cantos, gastronomia e religiosidade, entre outros códigos culturais. (BRUM NETO, 2007).

Um dos principais fatores para a implantação do turismo rural é o “diferencial” que a paisagem apresenta, ou seja, o potencial turístico de um determinado local.

Uma das tendências para o turismo rural no Estado gaúcho é a cultura associada aos aspectos históricos, que reportam aos processos de povoamento e colonização, que proporcionam um resgate do passado e a vivência em um âmbito distinto do cotidiano.

Esse resgate representa a valorização do local e dos códigos culturais⁴ de um grupo social, atrelado a sua materialização e as formas oriundas dos aspectos físicos e humanos. A gastronomia, as festividades, a música e o estilo das casas configuram-se, atualmente, como elementos essenciais que caracterizam as potencialidades turísticas que tornam o espaço atrativo.

Pode-se dizer, então que, o rural tem se revestido de novas funções através das velhas formas, onde áreas até então, pouco significativas, do ponto de vista turístico tem experimentado uma revitalização a partir dos seus aspectos distintivos, via cultura. A função do rural, pautada somente na agropecuária, configura-se em uma das atividades que se desenvolvem nesse espaço, pois as novas tendências de “uso” do campo para as atividades não agrícolas é uma tendência atual que visa a dinamização da economia rural e uma forma de agregar renda ao proprietário, seja o pequeno, via exploração das ex-colônias e os aspectos sócio-culturais atrelados a essa, ou o grande, através da exploração das antigas sedes de fazendas, também resgatando a história do povoamento via estâncias e charqueadas.

Salienta-se que, tanto nas colônias como nas fazendas há um resgate do passado e o diferencial está centrado na história e na vivência no campo, como forma de atração turística.

Assim, cada distrito procura encontrar sua forma de turismo rural como novo arranjo econômico aproveitando suas potencialidades naturais agregando, dessa forma, mais retornos econômicos às suas atividades rurais.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apóia ações de divulgação e conscientização sobre as perspectivas do turismo rural, promovendo ações de capacitação dos jovens, preferencialmente dos filhos de produtores. Proporciona através dos financiamentos a melhoria da infra-estrutura nas propriedades agrícolas e no local onde se inserem. Também, o Banco Nacional de

⁴ Os códigos culturais constituem-se na simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens, através do estilo das casas, vestuário típico, arte, gastronomia, música, religiosidade e festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções. (BRUM NETO, 2007).

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem um programa e uma linha de crédito de incentivo ao desenvolvimento do turismo no País que são repassados às instituições financeiras credenciadas pelo banco. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município, parte desta verba é revertida aos distritos para infra-estrutura de balneários e de estradas. (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA- RS).

Com o resultado desta dinâmica tem havido uma diversificação na natureza da produção agrícola e também na implementação de uma série de atividades ligadas ao suprimento de produtos alimentícios que geram renda aos proprietários locais.

Com o incentivo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura de Santa Maria-RS e a EMATER pretende-se conscientizar e treinar os produtores rurais inseridos no Município para desenvolver o turismo rural.

2 CARACTERIZAÇÃO FISIAGRÁFICA E FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL DE SANTA MARIA

Sobre belos vales e desfiladeiros descortina-se a aprazível Santa Maria e, mais ao longe, os imensos campos da Província, cujas ondulações, vistas do alto, quase desaparecem e se transformam em uma planície aparentemente perfeita, em que alternam os pastos e as matas.
Robert Ave-Lallemant, 1858

O presente capítulo refere-se à descrição fisiográfica relacionada ao relevo, ao clima, a hidrografia, o tipo de solo, a vegetação predominante, aspectos necessários à compreensão da dinâmica espacial. Atrelado aos fatores físicos buscou-se o resgate histórico da formação sócioespacial do Município.

2.1 As bases fisiográficas e socioespaciais como fatores de desenvolvimento do setor primário santamariense

O Rio Grande do Sul compreende 496 unidades territoriais, entre as quais Santa Maria encontra-se na porção centro, na Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental Riograndense. O Município situa-se entre as coordenadas geográficas 29°25' e 29°45' de Latitude sul e 49°19' e 53°57' de longitude oeste, compreendendo uma área total de 1.774,00 Km². (IBGE, 2007).(Figura 2).

A área escolhida para o estudo, Santa Maria, corresponde à uma território político administrativo com localização privilegiada em relação aos outros municípios gaúchos, situado no centro do Estado, seu desenvolvimento socioeconômico sempre atrelou-se ao fator da localização.

O Município em análise pertence à Microrregião Geográfica de Santa Maria⁵, constituída por treze unidades político-administrativas: Nova Esperança do Sul, Jaguari, Mata, Toropi, São Pedro do Sul, São Martinho da Serra, São Vicente do Sul, Cacequi, Dilermando de Aguiar, São Sepe e Vila Nova do Sul.

Santa Maria é o município de maior expressão territorial, populacional e econômico na MRG em estudo, considerado um pólo regional, centralizador de serviços educacionais, comerciais e militares. (Figura 1).

⁵ Regionalização proposta pelo IBGE (2007).

O território santamariense limita-se ao norte, com os municípios de São Martinho da Serra, Júlio de Castilhos e Silveira Martins; ao Sul com os municípios de Formigueiro, São Sepé e nordeste de São Gabriel; a leste com Restinga Seca a oeste com Dilermando de Aguiar e São Pedro do Sul. (Figura 1).

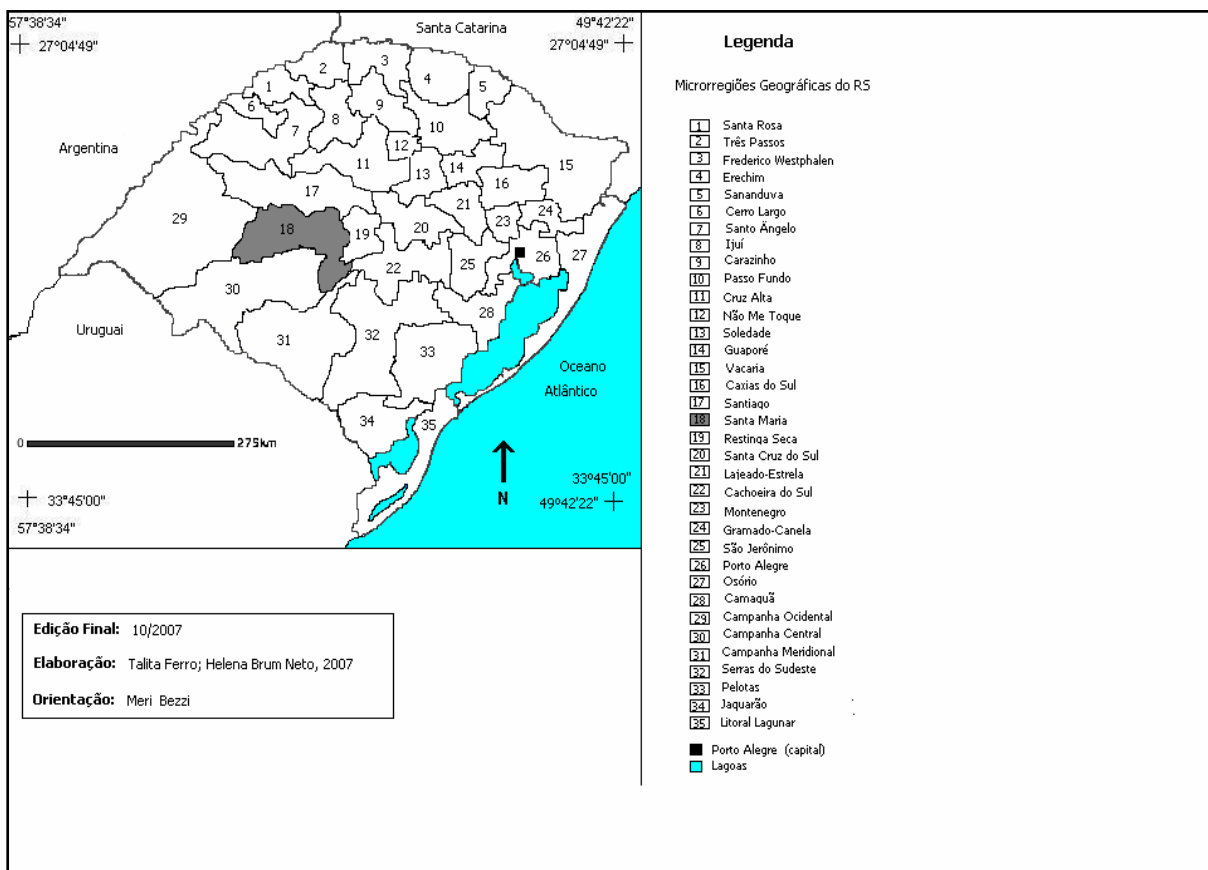


Figura 3: Mapa de localização da Microrregião Geográfica de Santa Maria
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2007.
Org. FERRO, Talita; BRUM NETO, Helena, 2007.

Tais municípios são favorecidos pela sua proximidade político-administrativa com Santa Maria, devido à facilidade de comercialização da produção agropecuária, uma vez que, 70% da produção agrícola santamariense, destina-se ao mercado local e regional, principalmente à população dos municípios vizinhos. (IBGE, 2007).

O escoamento da produção também é beneficiado pela malha rodoviária, uma vez que, Santa Maria é favorecida uma rodovia federal, a BR 392 que liga Santa Maria ao sul do Estado, em direção ao Posto de Rio Grande, a as rodovias estaduais RS 509 em direção à capital gaúcha Porto Alegre e a RS 453 que converge com a BR 290 ligando o município à Uruguaiana ao oeste do Estado e também, à capital Gaúcha.

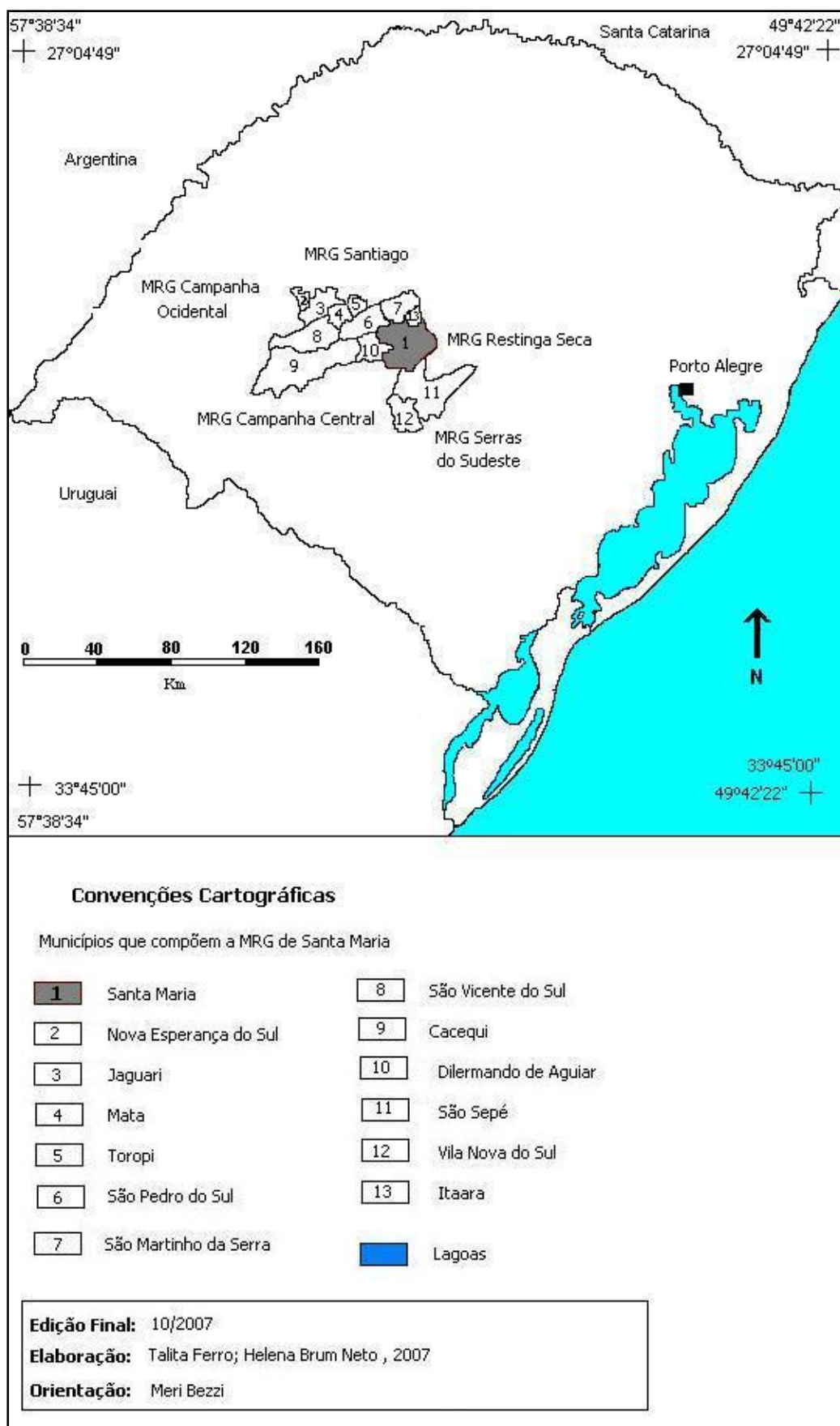


Figura 4: Municípios que compõem a MRG de Santa Maria.
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2007.
 Org. FERRO, Talita; BRUM NETO, Helena, 2007.

A divisão de Santa Maria em distritos é uma forma de regionalização do espaço, buscando através desta um planejamento regional a aplicação de recursos para seu desenvolvimento. De acordo com Bezzi; et al (2006, p. 36-37), o principal objetivo do planejamento regional é “[...] diminuir ou atenuar as desigualdades regionais; é o instrumento de uma política de intervenção e controle; é, ainda, o veículo de legitimação de espaços e reordenador de recursos e oportunidades”.

Assim, os investimentos podem ser distribuídos segundo a necessidade e a potencialidade de cada distrito, buscando o crescimento sócio-econômico do Município. Contudo a sede administrativa, no caso a cidade de Santa Maria não perde o caráter de centro polarizador da produção distrital, onde ocorre a comercialização da produção primária do município.

Desta forma, estes recortes espaciais facilitam o direcionamento dos investimentos financeiros municipal, como a infra-estrutura, pois cada distrito apresenta suas potencialidades, em função da relação sociedade-natureza, uma vez que, apresentam características distintas de povoamento e colonização⁶.

Salienta-se que, as atividades do setor primário, como a produção agropecuária concentra-se, predominantemente nos distritos (90%), e na área urbana (10%)⁷. Ao se analisar a distribuição das atividades municipais deve-se considerar a contribuição das potencialidades físicas para o desenvolvimento da agricultura nos distritos, bem como o aproveitamento racional dessas para o desenvolvimento de tal atividade, uma vez que Santa Maria localiza-se em uma área de transição entre a Depressão Periférica da Bacia do Parana e o Planalto da Bacia do Parana, principalmente, o seu Rebordo, que caracteriza-se por apresentar um relevo com acentuadas declividades.

As bases físico-naturais de Santa Maria revelam distintas paisagens naturais, com áreas planas e também declivosas, onde se desenvolvem as atividades que compõem a economia do município e o seu sítio urbano. Os distritos santamarienses demonstram, especificamente, essa distinção, pois a relação estabelecida entre o

⁶ De acordo com Roche (1965), a colonização refere-se ao processo imigratório Europa-Brasil que inseriu no Rio Grande do Sul um grande contingente populacional destinado às atividades agrícolas, sendo que essa função constituiu-se em um pré-requisito para a inserção de estrangeiros em território riograndense. Já, o povoamento, refere-se à fase de implantação das estâncias e charqueadas via atividade pecuarista.

⁷ Trabalho de campo (2007).

homem e o meio materializa-se no espaço de acordo com as aptidões naturais atreladas as culturais.

Nesta perspectiva, destaca-se a divisão distrital de Santa Maria, disposta em 10 recortes espaciais, ou seja, distritos: 1º) Sede, 2º) São Valentin, 3º) Pains, 4º) Arroio Grande, 5º) Arroio do Só, 6º) Passo do Verde, 7º) Boca do Monte, 9º) Santa Flora e 10º) Santo Antão. (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE SANTA MARIA, 2007). (FIGURA 5).

Os aspectos físicos e humanos que configuraram a organização do espaço santamariense na atualidade apresentam distinções de acordo com a localização distrital, uma vez que, esse município teve fases de inserção populacional distintas, de acordo com a chegada de etnias diversificadas, as quais tiveram suas ações em relação meio natural guiadas por crenças e valores distintos de acordo com a cultura de origem. Essa situação gerou particularidade intrínsecas ao contexto regional, pois Santa Maria situa-se em uma área de transição entre as regiões de povoamento português e espanhol e de colonização italiana e alemã. Como consequência tem-se reflexos na organização dos distritos e na principal atividade econômica desenvolvida nos mesmos, bem como na distribuição populacional, pois as áreas com influência do processo colonizador tendem a uma maior concentração da população, principalmente, em virtude da proximidade das pequenas propriedades e da existência de mão-de-obra familiar. (TABELA 1).

Tabela 1: Extensão territorial e contingente populacional dos distritos de Santa Maria.

Distritos	Área (Km²)	População (hab.)
1. Sede	121	255.528
2. São Valentin	129	483
3. Pains	143	3.375
4. Arroio Grande	147	2.829
5. Arroio do Só	155	1.080
6. Passo do Verde	134	491
7. Boca do Monte	289	3541
8. Palma	88	908
9. Santa Flora	494	1.043
10. Santo Antão	74	615
TOTAL	1.774	269.893

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2007.
Org. FERRO, Talita, 2007

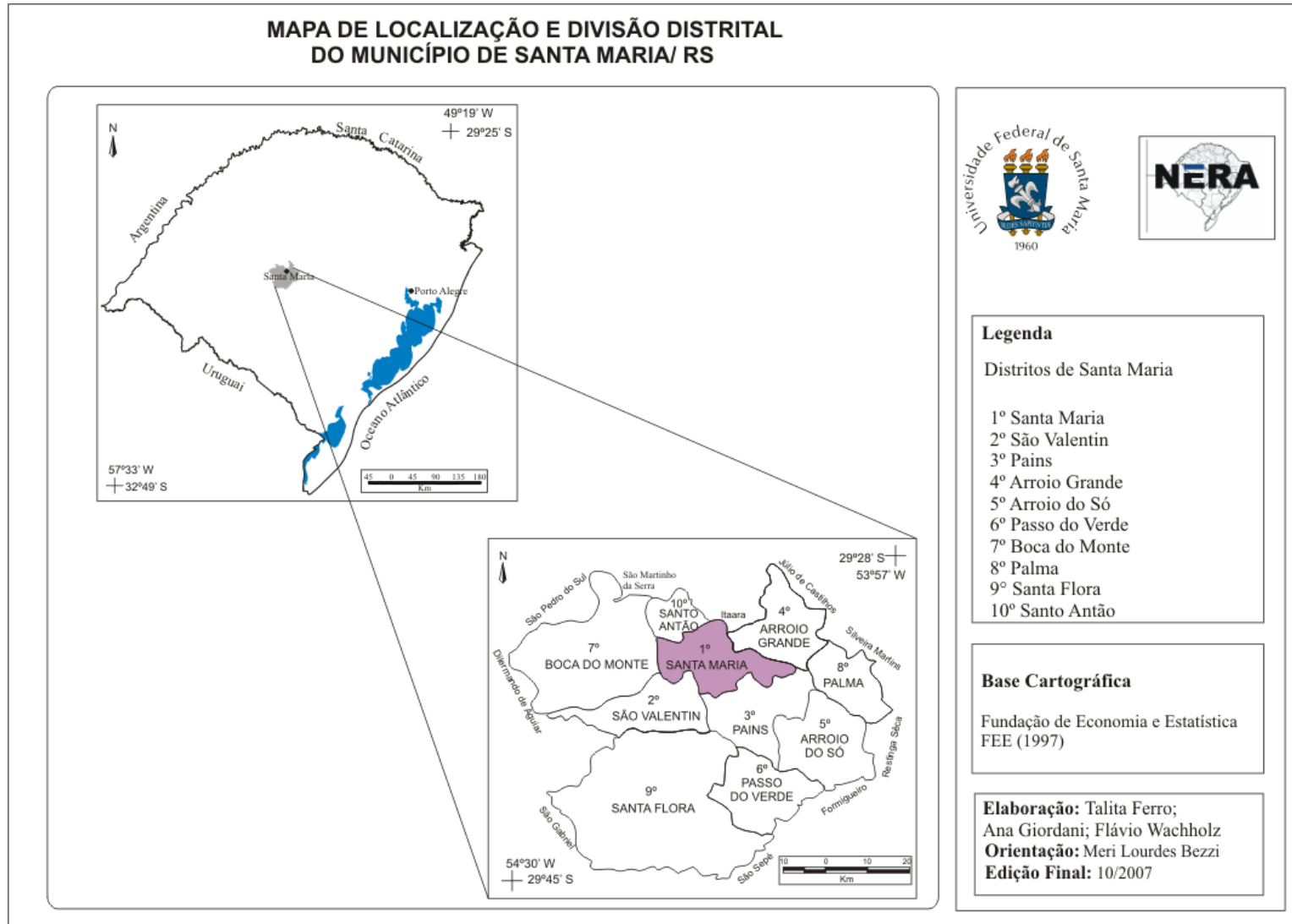


Figura 5: Divisão distrital do município de Santa Maria

A maior parcela da população concentra-se no distrito sede uma vez que esse apresenta a melhor infra-estrutura, bem como uma expressiva rede de atividades terciárias e prestação de serviços, como, lojas, hospitais, escolas, universidades, mercados, feiras, museus, teatros, fábricas, entre outros. (TABELA 1).

As características e potencialidades dos aspectos físicos subsidiam a compreensão organizacional do espaço, uma vez que, são estes aspectos que direcionam as principais atividades econômicas desenvolvidas, principalmente as primárias que estabelecem relação direta com a natureza.

Deste modo, a compartimentação geomorfológica da Depressão Periférica da Bacia do Paraná, onde localiza-se o Município, estende-se latitudinalmente de leste-oeste, onde as altitudes não ultrapassam 400m, com predomínio do relevo de planícies aluviais, formados pelos rios Jacuí, Vacacaí e Santa Maria. A formação geológica de Santa Maria está associada há expressiva incidência da Formação Rosário do Sul, constituída por arenitos vermelhos, siltitos, folhelos e lamitos vermelhos. Ao longo dos cursos d'água predominam aluviões, constituídos de sedimentos depositados em planícies de inundação, cascalhos, areia e argila. (RAMBO, 2000).

A Depressão Periférica da Bacia do Paraná possui sua gênese atrelada à ocorrência de acumulação sedimentar no interior do cráton. Esta bacia é uma área constituída por rochas sedimentares que ocupa uma extensa área, incluindo o território santa-mariense. (RAMBO, 2000).

Essa porção do espaço é caracterizada por ser uma região de terras baixas. O fato dessa área não ter sido recoberta pelo derrame basáltico indica a presença de um tipo de expansão hidrográfica, com um lago anterior resultante da antiga regressão do mar intracontinental. Os patamares inferiores, as coxilhas, as cuevas e os morros testemunhos indicam o recuo do planalto. (VIEIRA, 1984).

Constituída pelo amplo vale do Jacuí e sua vertente norte, a depressão periférica pertence aos terrenos triássicos onde se concentra o arenito Botucatu. A Depressão Periférica da Bacia do Paraná é caracterizada como sendo uma calha, favorecendo a prática da rizicultura nesta porção do espaço. (RAMBO, 2000).

A malha hídrica de Santa Maria é expressiva em cursos d'água, como arroios, córregos e riachos. Contudo destaca-se como principais rios: Vacacaí e Vacacaí

Mirim, ambos afluentes do Rio Jacuí e componentes das sub-bacias da Bacia do Guaíba.

Nesse contexto, segundo Guerra (2003, p.353)

[...] as bacias hidrográficas integram uma visão conjunta do comportamento das condições naturais e das atividades humanas nelas desenvolvidas uma vez que, mudanças significativas em qualquer dessas unidades podem gerar alterações, efeitos e/ou impactos a jusante e nos fluxos energéticos de saída (descarga, cargas sólidas e dissolvidas).

A abundância do recurso hídrico contribui para o desenvolvimento da atividade agrícola relacionada principalmente à cultura do arroz. Paralelamente a atividade turística desenvolveu-se em três balneários do Município: Balneário Passo do Verde, localizado no Distrito Passo do Verde; Balneário Ouro Verde e Balneário Zimmerman, no distrito de Arroio Grande.

Na Depressão Periférica da Bacia do Paraná conforme Rambo (2000, p. 57)

Quanto à agricultura, a Depressão Central, no Vale do Jacuí médio e inferior, é o maior centro arroseiro de estado. As plantações de arroz, cereal básico da alimentação rural, florescem nas úberes terras, nas reentrâncias da serra e nas férteis aluviões das várzeas, como no Município de Santa Maria.

A rede de drenagem atua como um elemento fundamental na evolução e formação do relevo, devido à ação dos rios na constituição e modelagem da paisagem. Em virtude de sua delimitação geográfica, de sua formação geológica e de sua capa vegetal, o panorama de Santa Maria apresenta uma paisagem peculiar caracterizada por um vasto corredor baixo e plano, aberto nas extremidades oeste e leste, emoldurado pelas serras ao sul e ao norte, percorrido pelo Jacuí (Depressão Central) e Vacacaí em Santa Maria. (FIGURA 4).

Também conhecida como Santa Maria “da Boca do Monte” por situar-se em uma região cercada por morros, seu relevo está associado ao final do derramento basáltico, ocorrido no Pleistoceno. Desta forma, pode-se dizer que, tal evento contribuiu para a formação do relevo relativamente plano.

As altitudes variam entre 40 e 500 metros acima do nível do mar, contudo esse desnível não ocorre bruscamente, pois a área do Município acompanha desde o rebordo do planalto até as Serras do Sudeste. A porção norte do Município caracteriza-se por elevações no terreno, ao sul e oeste, uma extensa área plana de campos e várzeas, assim como ao leste.

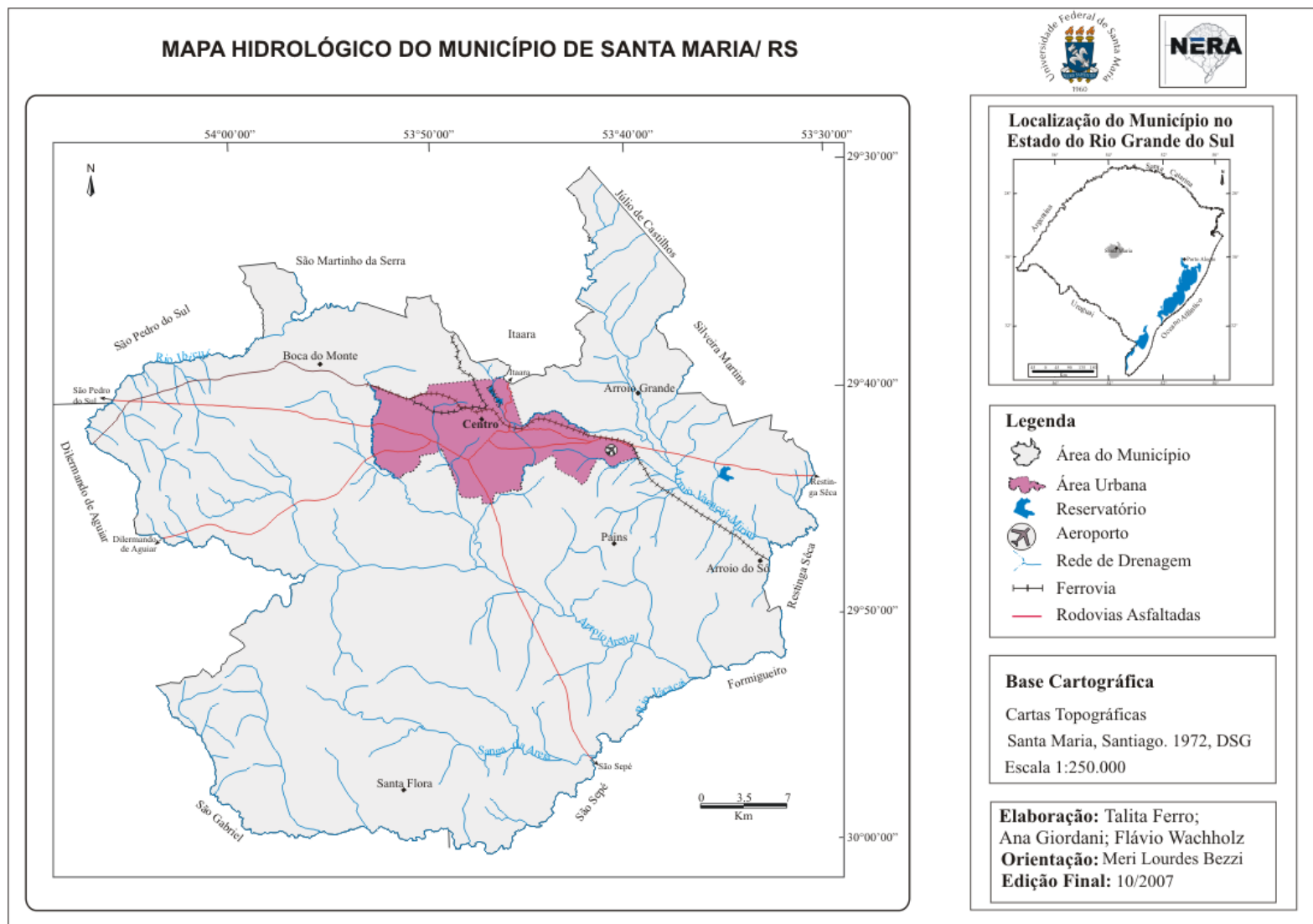


Figura 6: Mapa hidrológico de Santa Maria.

Dessa forma, as suaves ondulações contribuem para o cultivo de produtos agrícolas, bem como a prática pecuarista. Alguns rios e córregos pertencentes à malha hidrológica do Município também são utilizados para o lazer envolvendo infraestrutura representada pelos três balneários de Santa Maria. (FIGURA 5). As variações nos elementos climáticos também constituem fatores relevantes na caracterização física de Santa Maria, uma vez que interferem nas principais atividades desenvolvidas no setor primário do município, como no cultivo de produtos agrícolas, de acordo com a estação e regime de chuvas, assim como no turismo.

Salienta-se a temperatura e o regime pluviométrico, como reguladores e determinantes no clima do estado e de Santa Maria. No Rio Grande do Sul, o clima é controlado, predominantemente pela massa tropical Atlântica (mTa), caracterizada pela sua expressiva umidade trazida do oceano Atlântico, bem como pela massa polar Atlântica, responsável pelas precipitações e chuvas frontais. Desta forma, tanto o Estado quanto o Município são regidos pelo Clima Subtropical Úmido. (NIMER, 1979). A temperatura média anual de Santa Maria é de 21,4° C. Entretanto, as temperaturas elevam-se expressivamente na estação do verão, nos meses de dezembro a fevereiro, estendendo-se à março (28°C a 35°C), bem como na estação do inverno, de junho à agosto, com temperaturas entre 2°C e 16°C. Quanto ao regime pluviométrico, as precipitações variam de 1700mm a 1900mm por ano e contribuem para o abastecimento de rios e córregos existentes. (RAMBO, 2000).

A relação existente entre clima e formação dos solos pode ser percebida quando o mesmo, através dos seus elementos meteorológicos, como por exemplo a temperatura, precipitação e umidade, é um dos mais ativos fatores, influenciando diretamente no intemperismo das rochas, produzindo o material de origem dos solos, na constituição e natureza dos horizontes. (GUERRA, 2003).

O Município é formado por solos com características físicas propícias ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris, principalmente no que se refere a sua profundidade, considerada mediana. Entretanto destaca-se uma área de solos arenosos, onde a principal atividade direciona-se para a extração de areia. Predominam os solos do tipo Gleissolos e Planossolos. (MAPA DE SOLOS DO RIO GRANDE DO SUL, 1985).

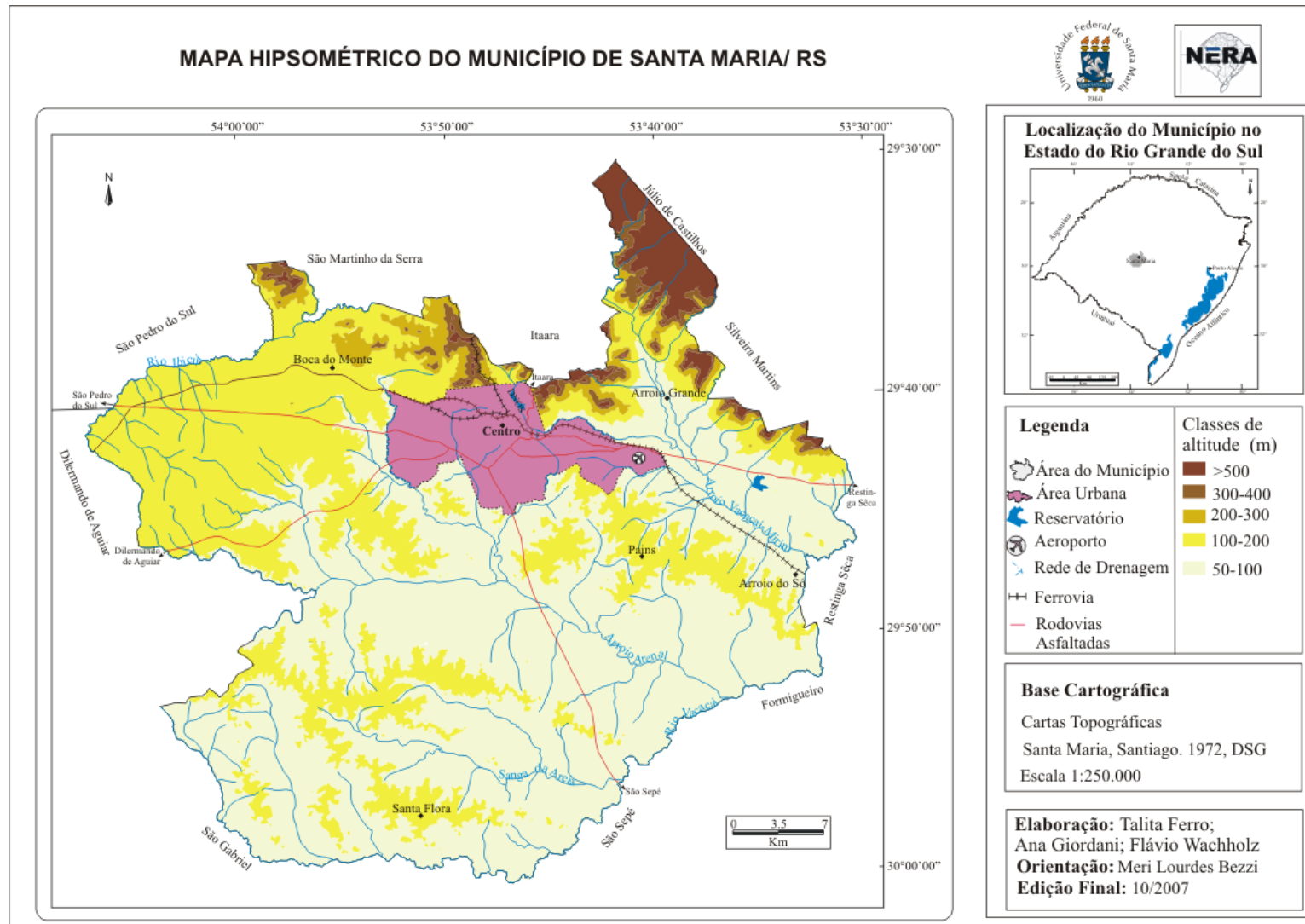


Figura 7: Mapa do relevo de Santa Maria.

A expansão agrícola de Santa Maria está diretamente ligada aos solos que compõem este espaço. Destacam-se os Gleissolos, que constituem solos mal drenados e poucos profundos de cor acinzentado ou preto. Esses solos ocorrem em várzeas de rios e planícies lagunares. São solos aptos para o cultivo de arroz irrigado e se drenados com culturas anuais como milho, soja, feijão e pastagens (STRECK, 2002).

Portanto, Santa Maria possui características naturais peculiares, onde a situação geográfica, os influxos que irradiam, associadas às possibilidades econômicas, políticas, culturais e religiosas que oferece ao homem, influenciam no desenvolvimento do setor primário do Município.

A vegetação predominate constitui-se de campos e matas, contudo, salienta-se que, atualmente, 75% da área total do Município está modificada em decorrência da ocupação sócio-espacial.

2.2 As bases históricas para formação sócio-espacial de Santa Maria

A atual configuração socioespacial de Santa Maria, formada por culturas diversas, em uma cidade de médio porte, considerada um pólo regional, pressupõe uma análise minuciosa dos aspectos socioculturais formadores dessa diversidade, para que se possa obter o entendimento dos arranjos espaciais e da reconstrução econômica, estrutural e funcional do espaço santamariense no decorrer de sua evolução no tempo e no espaço gaúcho.

Na perspectiva da reconstrução histórica sob o “olhar” geográfico deve-se ater a evolução do espaço riograndense paralelamente a perspectiva local que insere Santa Maria como uma de suas atuais unidades territoriais. Pois os acontecimentos em escala regional se refletem no local de forma bastante específica, de modo que, acarretam uma reorganização do espaço objetivando se adequar a realidade proposta, num constante processo evolutivo inerente a relação sociedade-natureza mediada pela inovação tecnológica.

No limiar do tempo e do espaço que originaram a sociedade riograndense deve-se considerar a primeira etnia formadora do gaúcho, o nativo, que segundo Laytano (1984) constituiu-se em uma das etnias fundamentais para a formação dos costumes tipicamente gaúchos.

Desse modo, a presença dos indígenas e de sua cultura contribuiu nas primeiras manifestações culturais e econômicas neste recorte espacial, assim desenvolviam a agricultura, principalmente com o plantio de milho e mandioca, também cultivavam um pequeno rebanho de gado bovino, incentivados pela presença jesuítica.

Além disso, outras contribuições são associadas ao nativo riograndense, como o hábito do chimarrão, do churrasco (carne assada em espeto de madeira), a cavalgada, pois eram exímios cavaleiros e o uso da boleadeira e do chiripá primitivo. (HAESBAERT, 1988).

A presença nativa nas terras sulinas apresentava uma certa regionalização de acordo com os hábitos praticados pelos tribos, que em geral eram nômades, mas respeitavam certa territorialidade, locomovendo-se em porções determinadas do futuro território gaúcho. (THOMAS, 1976). (FIGURA 6).

Relativo a presença nativa na porção central do Estado gaúcho, Beltrão (1979, p. 9) ressalta que

[...] os minuanos habitavam parte do território municipal santa-mariense, na zona da campanha, em especial na Coxilha de Pau Fincado, enquanto a maior soma de habitantes era representada pelos tapes, que viviam na mataria da serra e suas encostas.

Esses grupos de indígenas caracterizavam-se por viver em grupos e se fixarem nos locais que habitavam. O contingente indígena teve um significativo aumento na área correspondente ao município após a Guerra Guaranítica, em 1756, vencidos pelos portugueses e espanhóis, os jesuítas abandonam os Sete Povos, deslocando-se em direção ao sul, para a Coxilha de Caiboaté, bem como à Picada de Boca do Monte e São Martinho, retratando a ocupação inicial da porção norte de Santa Maria. Destaca-se que, a chegada dos militares ocorreu pelo mesmo caminho dos indígenas que seguiam em direção à São Gabriel. (BELTRÃO, 1979).

Alguns grupos indígenas permaneceram na área correspondente ao Município suas práticas agrícolas foram desenvolvidas com a finalidade de

subsistência, ou seja, para o consumo dos aldeados e suas famílias. A produção estava alicerçada em técnicas rudimentares. Praticavam, paralelamente, a atividade da pesca e coleta, favorecidos pela abundante malha hídrica com significativa extensão e volume d'água e pelos solos férteis propícios para as práticas agrícolas.

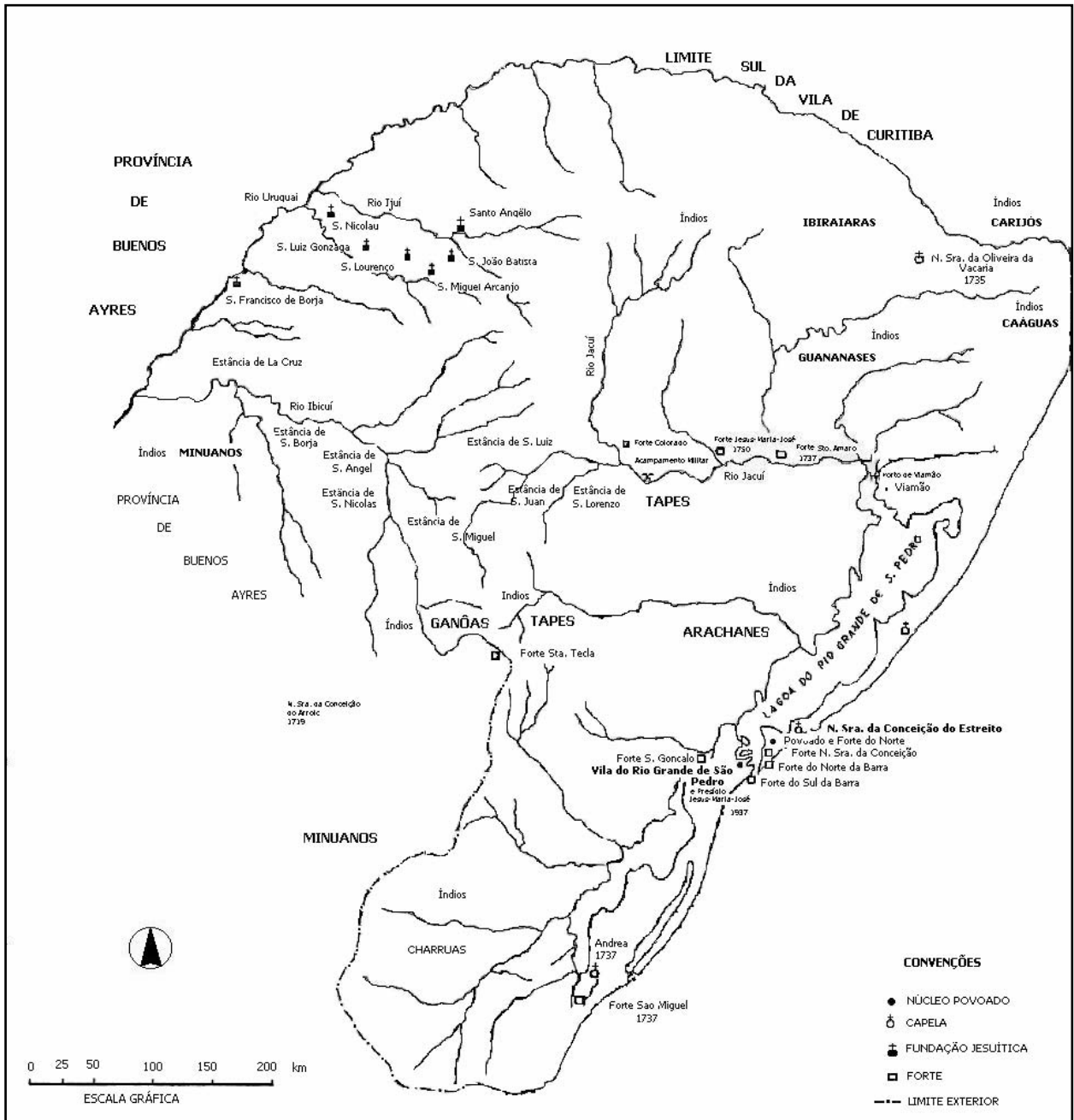


Figura 8: Distribuição dos nativos no Rio Grande do Sul

Fonte: Adaptação de Thomas, 1976.

Org.: BRUM NETO, Helena, 2007.

O desenvolvimento de Santa Maria está atrelado à instalação do primeiro acampamento militar oriundo da Demarcação de Limites na América Meridional, criada pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Foi a partir da segunda metade do século XVIII, que os militares ao instalarem-se, no Rincão de Santa Maria, formaram o primeiro povoado. (PESAVENTO, 1982).

Após a instalação do primeiro núcleo militar, a área correspondente ao município de Santa Maria, foi o local de origem de uma das reduções jesuíticas formadas no Rio Grande do Sul fundada pelo padre Roque Gonzáles. Essa redução denominava-se São Cosme e Damião. E, no segundo momento constituiu outro núcleo organizado, devido ao mesmo contar com representantes da Igreja católica.

A partir de 1787, iniciou-se o processo de doação de terras no Estado Gaúcho, com a finalidade de ocupação e exploração do território. Esse fato ocorreu, devido, principalmente, às intensas disputas entre o Império Português e Espanhol, bem como o interesse por parte da Coroa Portuguesa em proteger as terras de possíveis invasões. (BEBER, 1980).

A primeira referência histórica do local ocupado por Santa Maria e seus arredores reportam-se à doação de uma grande extensão de terras, em forma de sesmaria ao militar Francisco Antônio Henriques de Amorim, vendida, posteriormente ao Padre Ambrósio José de Freitas, onde se desenvolveu uma estância, para a criação de gado bovino. A área correspondia o que é hoje o distrito do Passo do Verde, Santa Flora e São Valentim, Arroio do Só e Boca do Monte, assim como parte dos Municípios de São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Itaara e Silveira Martins, que anos mais tarde se emanciparam de Santa Maria.

Neste sentido, resgata-se Beltrão (1979, p. 20), quando afirma que

O rincão de Santa Maria é concedido em sesmaria, ou 150 quadras, ou 13068 ha, a Francisco Antônio Henriques de Amorim, pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos, situado nos campos da Freguesia de S. Nicolau da Cachoeira do Rio Pardo. Confronta ao norte com a Serra Geral ; ao sul com o Rincão do Coitado, junto ao Arenal, perto de Arroio do Só; a leste com um banhado que nasce na coxilha imediata e deságua no Vacacaí-Mirim; e a oeste, com o arroio de Santa Maria, atual Cadena, Olaria e Taquarixim. Abrangia as áreas da cidade de Santa Maria e Camobi, e as regiões dos Pains, S. Geraldo, Rincão do Coitado, Pau-a-pique, Ambrosinos e Rincão dos poteiros.

Anterior à formação da estância, já existia o acampamento militar, com a finalidade de expulsar os espanhóis presentes nesta porção do território gaúcho, bem como controlar a passagem de tropas e viajantes. Este acampamento estruturou-se com a chegada de novos indígenas oriundos dos arredores de Cachoeira do Sul, enviados pelo Padre Ambrósio com a finalidade de trabalhar como peões na pecuária e na produção agrícola.

Ao chegarem, esses novos habitantes, já se encontraram quatrocentas cabeças de gado, 6 cavalos, 60 éguas, 12 potros, que viviam cuidados por indígenas empregados pelo Padre Ambrósio. (BEBER, 2002).

Posteriormente, a área pertencente à Santa Maria, foi sendo, gradativamente, desmembrada em outras sesmarias, vendidas, principalmente à militares, e estes procuravam se estabelecer e explorar os recursos através da mão-de-obra indígena.

Conforme Beltrão (1979, p. 25), destaca-se que

[...] pode-se verificar como estava povoado o território do município na última década de século XVIII, com grandes estâncias, que em seguida se fragmentaram. Para se ter uma idéia de como estava dividido o município em grandes propriedades, basta que se diga que os dois irmãos Francisco Antônio e Bernardino receberam duas sesmarias em continuação, cada um com três léguas de comprimento, sendo proprietários de uma faixa de terra com uma légua de largura, que ia da serra ao Vacacaí-Grande.

A população do Acampamento de Santa Maria aumenta, significativamente, com a chegada dos primeiros imigrantes açorianos. Foi no período de 1708 que a agricultura colonial teve significativo desenvolvimento na porção central do estado, devido ao conjunto de técnicas utilizadas pelos imigrantes e introdução de novas culturas como o trigo, diferenciando-se da cultura indígena e jesuítica. Desta forma, os produtos cultivados eram consumidos pela população aqui presente. Todavia, o excedente produzido era exportado em pequenas quantidades para municípios vizinhos. (PESAVENTO, 1982).

Neste contexto, o setor primário do município desencadeia um processo de desenvolvimento baseado na comercialização local dos produtos oriundos das propriedades familiares assentados na cultura de diversificados produtos, como o milho, mandioca, feijão.

A pecuária era a principal atividade primária e desenvolvia-se paralelamente à agricultura, procurando atender à demanda de outros municípios. Entretanto, Santa Maria, passou por um período de retração econômica, de 1835 a 1845, ao sofrer os impactos da Revolução Farroupilha. (BELTRÃO, 1979).

A cobrança de impostos, por parte do Governo Imperial, dos produtores de charque do Rio Grande do Sul, no período de dez anos (1835-1845), período da Revolução Farroupilha, teve conseqüências negativas para a comercialização de produtos em todo o estado gaúcho. Devido à finalidade de posto militar, o Município também serviu como referência estratégica para alguns os líderes da Revolução Farroupilha, bem como para a passagem das suas tropas. (RECHIA, 1985).

A dificuldade ao acesso aos produtos, devido ao período da Revolução retomou a necessidade de fornecimento de alimentos para estas pessoas, impulsionando vagarosamente a produção agropecuária de Santa Maria.

Devido ao crescimento e instalação de novos grupos militares vila de Santa Maria, a partir de 1850, recebeu inúmeros profissionais, entre eles marceneiros, ferreiros, comerciantes de tecidos, com a finalidade em atender aos moradores, bem como de estabelecer no Município.

As atividades assentavam-se na venda de alimentos, vestuário, serviços como marcenaria, para a construção de casa e reparos, bem como ferrarias, para atender os eqüinos pertencentes e utilizados pelos militares para suas viagens, contribuindo para o crescimento de outro setor econômico, o terciário. Posteriormente, este se torna no principal setor econômico de Santa Maria.

O crescimento populacional, associado à produção agrícola significativa e um extenso rebanho de gado bovino, foi responsável por um salto qualitativo na organização do espaço de Santa Maria, pois este foi emancipado de Cachoeira do Sul em 16 de dezembro de 1857. (BELÉM, 1989).

Neste contexto, o processo espacial do município foi aos poucos se reestruturando, com chegada dos imigrantes europeus. O município de Santa Maria recebe, após os açorianos, os imigrantes alemães, enviados, após o término da Revolução Farroupilha, com a finalidade de exercer a atividade agrícola, baseada na agricultura familiar. A imigração alemã contribuiu para o desenvolvimento do setor agrícola, estes se instalam na área que hoje corresponde aos municípios de

São Pedro do Sul e Itaara. Entretanto, estes abandonaram aos poucos a atividade agrícola para se dedicar à prestação de serviços, principalmente no setor do vestuário e construção civil.

Além dos alemães, a chegada dos imigrantes italianos, na localidade de Val de Buia, em 1875 fez com que esta unidade territorial se estruturasse através de novos códigos culturais, tendo como base a cultura italiana. Estes vão alicerçar a base econômica do município através de novas culturas como a uva. Assim, reproduzem e retroalimentam a produção primária do município. Tal fato justifica a inserção de áreas como o distrito de Arroio Grande, Boca do Monte e Palma, que herdou, devido à proximidade e localização as atividades agrícolas desenvolvidas por estes imigrantes.

Percebe-se, no primeiro momento, a setorização do município quanto às atividades primárias desenvolvidas, onde a pecuária é praticada nas estâncias pertencentes à militares, localizadas nos distritos de São Martinho da Serra e do Vacacaí, atualmente, Passo do Verde, São Valentim, Santo Antão e Santa Flora. Posteriormente, com o processo de colonização e imigração, a atividade agrícola, tem representatividade e organiza-se nas pequenas propriedades.

A localização privilegiada de Santa Maria, na porção central do estado foi responsável pela instalação da rede ferroviária. Pode-se considerar esse fato um significativo passo para o desenvolvimento econômico do município.

Outros fatores que impulsionaram o crescimento populacional de Santa Maria estão atrelados à introdução do transporte ferroviário no Rio Grande do Sul, no final do século passado, tornando o Município o maior centro ferroviário do Estado Gaúcho, devido à construção da ferrovia. Deste modo, Santa Maria, sedia, em 1912, a 3ª Estação Ferroviária do Estado, trazendo consigo, um expressivo contingente populacional, composto de engenheiros, comerciantes, profissionais ligados à construção e manutenção da ferrovia. Neste sentido, o espaço rural do município cede espaço para a expansão do núcleo urbano. (BELTRÃO, 1979).

Ressalta-se que, o processo de formação e povoamento de Santa Maria, esteve, predominantemente, atrelado às atividades de prestação de serviços.

A instalação da Universidade Federal de Santa Maria em 1960, e da Base Aérea quatro anos mais tarde, contribui para o crescimento populacional do município, e, conseqüentemente, dinamizou alguns distritos do Município,

proporcionando o aumento da comercialização dos produtos agrícolas fornecidos pelos produtores rurais. Destaca-se a produção de arroz, com a implantação de dois Engenhos, o pioneiro Engenho Pilon, e o Engenho Fighera, ambos na década de 50. (BEBER, 1989).

Portanto a ocupação territorial de Santa Maria esteve atrelada à sua localização geográfica, servindo como base militar, após a instalação desses grupos, outras pessoas direcionavam-se com a finalidade de ocupação territorial e comércio. Tal fato, justifica a diversidade do setor terciário, onde os serviços direcionam-se principalmente à saúde e educação.

3 PERFIL DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA MARIA NO CONTEXTO REGIONAL

Santa Maria parece ser uma capital regional ou quase isto, sua posição hierárquica é intermediária entre a fronteira oeste e a capital, Porto Alegre. Um simples exame do mapa da região revela a sua importância em relação às fronteiras do sul do Brasil. A Guarnição Militar e o Centro educativo elevam o contingente da população terciária de Santa Maria, com comércio muito ativo. O crescimento constante da cidade é atestado pelos loteamentos a sua volta e a formação de novos quarteirões periféricos.
Pedro Pinchas Geiger, 1963.

3.1 Organização da terra e as características da produção agropecuária

3.1.1 Estrutura fundiária e o setor primário de Santa Maria

O Rio Grande do Sul configura-se como um Estado que se destaca pela sua produção agrícola e pecuária, desenvolvida em propriedades rurais diversificadas quanto a sua extensão, em virtude da relação sociedade-natureza no momento de apropriação da terra. Desse modo, a estrutura fundiária do Estado se diferencia de acordo com a região, alternando grandes e médias propriedades com médias e pequenas unidades de produção.

Ao se abordar a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul deve-se ter em mente que a mesma reflete as formas de apropriação da terra no Estado e os processos de inserção populacional envolvidas nas propriedades rurais. A permanência das velhas formas não implica, necessariamente, na continuidade das funções tradicionais, pois, no decorrer do processo evolutivo socioeconômico do Estado gaúcho novas dinâmicas têm-se atrelado a estruturas tradicionais, objetivando novas formas de estruturação produtiva.

Tal reorganização ocorre, principalmente, nas grandes e pequenas propriedades rurais. As grandes propriedades têm apresentado novos arranjos produtivos via inserção de dinâmicas que visam alicerçar seu desenvolvimento, com

ênfase para a produção agrícola em detrimento da pecuária. Além disso, outras formas de dinamizar o campo, não ligadas à agropecuária, como as atividades pluriativas constituem-se em uma realidade que proporciona uma reestruturação do espaço para atender as transformações impostas pelo mercado e pelo capital, entendidas como os principais agentes transformadores dos arranjos espaciais.

Por outro lado, as pequenas propriedades também têm se reestruturado mediante a tecnificação da produção, em busca de maiores parâmetros produtivos, para se adequar às exigências do mercado quanto à competitividade. A produção deixou de ser somente para o autoconsumo e passou a ser comercializada, objetivando melhores rendimentos.

Considerando-se a evolução socioespacial do Rio Grande do Sul desde a formação das estâncias e charqueadas até a implantação da colonização, que efetivou a agricultura em solo gaúcho, o estabelecimento da estrutura fundiária estava centrado nas grandes propriedades pecuaristas. Após 1824, marco da inserção alemã no Estado, a pequena propriedade familiar se efetivou e constituiu uma das características essenciais das regiões de colonização, principalmente, na porção centro-norte riograndense. Estabeleceu-se, então, uma dicotomia entre a pequena e a grande propriedade, centrada, também, nas atividades responsáveis pela dinamização do espaço produtivo gaúcho, ou seja, a agricultura e a pecuária, respectivamente.

Neste contexto, pode-se dizer que, a atual configuração produtiva do Estado gaúcho reflete a estrutura fundiária e os fatores históricos de povoamento e colonização, uma vez que, os mesmos materializam-se no espaço, como “marcas” da atividade produtiva do homem, enquanto um ser cultural, que segue certas premissas básicas para organizar-se sociocultural e economicamente.

Tabela 2: Área ocupada pelas propriedades rurais no RS.

Dimensão das Propriedades no RS	Total de propriedades (%)	Área ocupada do RS (%)
Menos de 50 ha	85,71	24,36
50- 500	12,46	33,98
Mais de 500 ha	1,83	41,66
Total	100	100

Fonte: IBGE, 2007.

Org. FERRO, Talita, 2007

Deve-se ressaltar que o limite entre minifúndio e latifúndio varia de acordo com a região e, normalmente, nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, onde os solos são mais frágeis, necessita-se de áreas maiores para obter viabilidade na produção. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2007). (FIGURA 9).

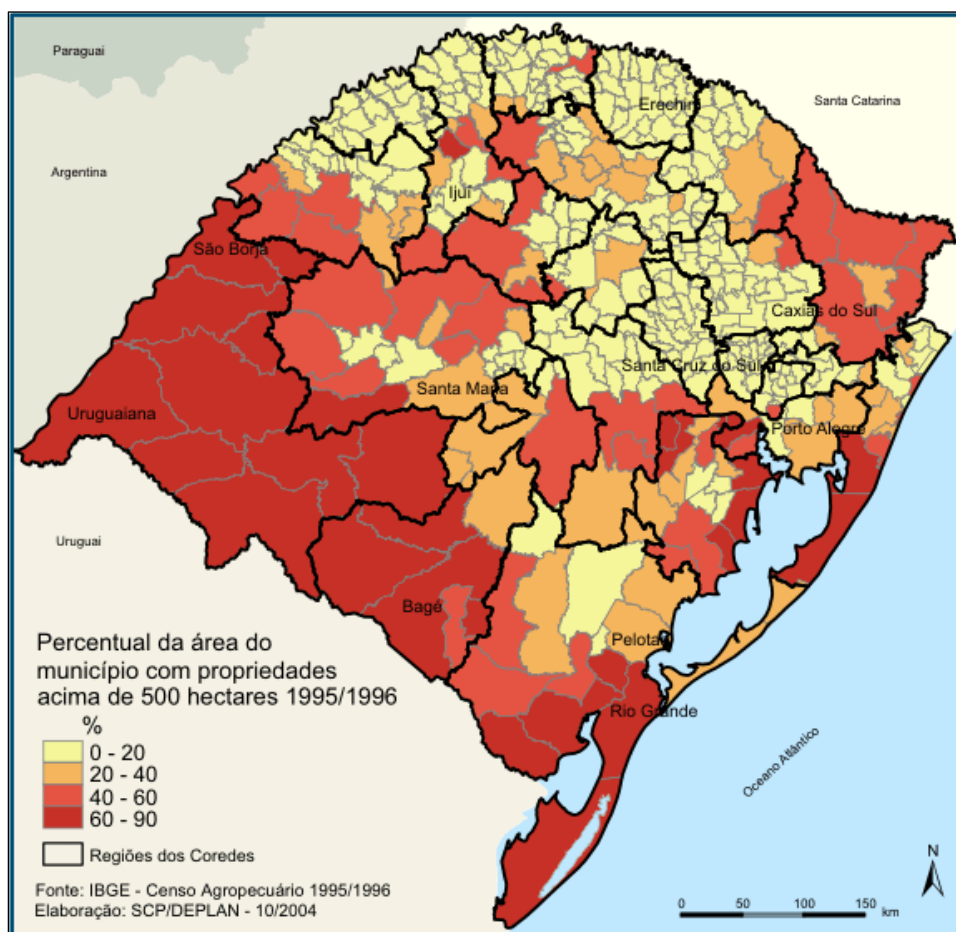


Figura 9: Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul
Fonte: ATLAS SOCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2007.

O contexto fundiário regional expressa estatísticas diferenciadas ao se considerar o número de propriedades rurais e a extensão territorial dos mesmos. Tal situação evidencia que as propriedades superiores à 500 hectares ocupam extensas áreas, correspondendo a aproximadamente metade do território riograndense, porém, em número de propriedade não atinge 2%. Enquanto que, as propriedades inferiores à 500 ha abrangem em torno de um quarto do território gaúcho, mas em número de propriedade constituem 85% do total. (IBGE, 2007). (TABELA 2).

Tendo como base a estrutura fundiária riograndense, insere-se o município de Santa Maria, do qual pôde-se obter uma visão da evolução da posse da terra, pois a organização socioespacial do município demonstra que o seu espaço produtivo se reorganizou mediante alguns critérios norteadores, procurando se adequar à realidade proposta.

A localização geográfica de Santa Maria coloca esse município em uma posição intermediária em relação à estrutura fundiária, que se apresenta diversificada de acordo com o tamanho das propriedades existentes em seus distritos. Para se entender a configuração do espaço produtivo de Santa Maria deve-se relacionar a atual organização do espaço rural aos fatores históricos e culturais, para se obter uma visão completa da diversidade que se materializa na área em estudo.

Desse modo, contrapondo a sua origem, em uma sesmaria, Santa Maria apresenta, atualmente, pouca expressividade no que se refere a concentração da terra, uma vez que predomina a pequena propriedade e o minifúndio. Essa situação demonstra as transformações ocorridas no decorrer do tempo, e que influenciaram na constituição dos imóveis rurais quanto ao seu tamanho e, conseqüentemente, os sucessivos desmembramentos que originaram várias propriedades.

Nesse sentido, pode-se dizer que, o processo de ocupação do território do município influenciou a atual configuração fundiária. Inicialmente, por concessão de terras em forma de sesmaria, contribuindo para a concentração de terras. Entretanto, as sucessivas partilhas das propriedades, por herança ou vendas, agravadas pela redução da produtividade da terra, contribuíram para a formação dos minifúndios e pequenas propriedades⁸. De acordo com o INCRA (2007), Santa Maria tem como parâmetro dos seus imóveis rurais⁹ o módulo fiscal na dimensão de 22 ha. Assim, pode-se estabelecer a dimensão territorial das propriedades do município de acordo com a tabela 2.

⁸ Reveja a matrizes teóricas referentes a conceitualização de pequena propriedade e minifúndio (INCRA), no capítulo 1, item 1.1.5.

⁹ O imóvel rural corresponde a área que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, seja pela iniciativa privada ou pública. (INCRA, 2007).

Tabela 3: Classificação dos Imóveis Rurais

Imóveis rurais de Santa Maria	Tamanho (ha)	Módulo Fiscal
Minifúndio	0 – 21	menor que 1
Pequena Propriedade	22 – 87	1 - 4
Média Propriedade	88 – 329	4 - 15
Grande Propriedade	Acima de 330	acima de 15

Fonte: INCRA, 2007.
Org. FERRO, Talita, 2007

Destaca-se que, o município se constitui, atualmente, de 408 imóveis rurais, distribuídos nos dez distritos, inclusive no distrito sede, onde reside a maior parte da população. Desses imóveis, as pequenas propriedades perfazem 37,5% do total, predominando em número de imóveis rurais. Por conseguinte, têm-se os minifúndios, com 25% do total, seguido pelas médias e grandes propriedades, com 16,6% e 4,79%, respectivamente. (TABELA 4).

Tabela 4: Distribuição dos imóveis rurais de Santa Maria de acordo com a composição fundiária.

Composição Fundiária	Nº. de Imóveis Rurais
Minifúndio	120
Pequena Propriedade	185
Média Propriedade	80
Grande Propriedade	23
Total	408

Fonte: INCRA, 2007.
Org. FERRO, Talita, 2007

As principais atividades do setor primário do Município são caracterizadas pela agricultura comercial e pela pecuária, e destinam o uso das propriedades através da lavoura empresarial, altamente capitalista e desenvolvida principalmente através de arrendamentos. Contudo, ocorre a reaglutinação produtiva, ou seja, as propriedades direcionam sua produção via um único produto, a soja ou o arroz. Desta forma, em algumas propriedades do meio rural de Santa Maria a inserção do capital ocasionou a desvinculação da propriedade quanto ao uso da terra, devido às possibilidades de sua utilização via lavoura comercial. Entretanto, o avanço do capitalismo no campo transforma a estrutura do uso do solo, mantendo a estrutura

da propriedade. Tal situação ocorre nos distritos de Passo do Verde, Santa Flora e São Valentim nos quais se desenvolvia apenas a atividade pecuarista. Na atualidade a inserção da lavoura empresarial diversificou sua estrutura produtiva, bem como a paisagem desses distritos através do cultivo do arroz e da soja.

É importante ressaltar também que o processo de modernização e o capitalismo no meio rural não levaram ao desaparecimento da agricultura de subsistência e demais atividades primárias no Município. Essas formas de produção e utilização do espaço rural têm encontrado formas de articulação com o desenvolvimento local e regional, uma vez que essa realidade materializa-se nos distritos de Arroio Grande, Boca do Monte e Pains

3.1.2 A Agricultura como base produtiva do setor primário de Santa Maria

O desenvolvimento da agricultura em Santa Maria ocorre nos distritos, os quais apresentam particularidades de acordo com a sua localização, fatores históricos de povoamento ou de colonização e com as potencialidades físico-naturais. Tais situações refletem na organização do espaço produtivo e nos principais produtos cultivados. Embora a produção agrícola santamariense esteja centrada em uma matriz produtiva tradicional, outros produtos referentes às lavouras temporárias e permanentes, também, contribuem para a economia local.

Salienta-se que os principais produtos agrícolas são representados pelas lavouras temporárias da soja e do arroz, as quais são expressivas em todos os distritos com exceção do distrito de Santo Antão, o qual que tem sua produção centrada nas lavouras de subsistência do milho e do aipim. Tal fato ocorreu devido a pouca potencialidade física do mesmo, pois este se localiza na porção norte do município e seu relevo não é propício para a agricultura, uma vez que o mesmo apresenta uma topografia com acentuados declives e áreas onde predomina pastagens destinadas à atividade pecuarista. Ressalta-se que esse distrito mantém, desde sua gênese, a atividade original, ou seja, a pecuária. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Também, o distrito Sede tem pouca participação na produção via agricultura, pois a grande concentração populacional e a conseqüente urbanização acarretam limitações quanto a essa atividade, além da topografia irregular, que desfavorecem a agricultura¹⁰. Entretanto, pode-se observar a existência de hortas urbanas como forma da população cultivar os produtos para o próprio consumo. Destaca-se que essa atividade se materializa nos bairros periféricos de Santa Maria, onde as hortas são implantadas, geralmente, nos quintais das casas, uma vez que, a disponibilidade de espaço, mesmo que pequeno, torna-se indispensável para tal atividade. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

No que se refere à matriz produtiva tradicional da economia primária de Santa Maria, tem-se nas lavouras de arroz e soja os principais produtos que compõem a mesma, aliados a pecuária bovina de corte. Tal configuração do espaço produtivo no Município enquadra-se na matriz produtiva regional, que compõem a porção centro-sul do Estado gaúcho, como enfatiza Bezzi et al (2006), quando regionaliza o Rio Grande do Sul em sete regiões geoeconômicas. A região geoeconômica 1, na qual se insere Santa Maria, tem como principais produtos o arroz, soja e a pecuária. Referente à cultura do arroz, pode-se dizer que esta atividade foi implantada na porção centro-sul do Estado gaúcho a partir de 1920 e coexistiu com a atividade pecuarista. Tal fato originou uma nova configuração espacial, através da inserção da lavoura orizícola na tradicional área de pecuária do Rio Grande do Sul. Surge desta forma, uma sociedade dual, ou seja, os pecuaristas versus os agricultores. (FEE, 1978).

O cultivo de arroz no Estado é enfatizado por Bezzi et al (2006), quando diz que a rizicultura surgiu em virtude da presença de mercados favoráveis e de incentivos através de políticas governamentais. Esta atividade econômica, no Rio Grande do Sul, destinou-se, basicamente, ao mercado interno, pois, ao contrário dos demais estados brasileiros, o estado gaúcho inseriu-se no cenário econômico nacional através da produção de alimentos. Neste contexto, esta atividade teve impulso através do crescimento do mercado consumidor de alimentos nos centros urbanos e, pelo desenvolvimento de uma política tarifária sobre as importações do arroz estrangeiro, estabelecendo uma proteção econômica à rizicultura gaúcha. (Figura 10).

¹⁰ Ver mapa hipsométrico, no Capítulo 2, figura 5.

Ao se considerar o cultivo de arroz na porção centro-sul do Estado, onde se situa Santa Maria, considera-se que o município, em análise, segue os parâmetros regionais de produção, ao mesmo tempo em que apresenta algumas particularidades. Dessa forma, pode-se dizer que, em Santa Maria, o cultivo do arroz é praticado por proprietários locais que, via investimentos modificaram a estrutura agrária de uso da terra, substituindo nos distritos de Santa Flora, Passo do Verde e Arroio Grande a pecuária pela agricultura com extensas lavouras capitalistas de arroz e soja. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

A expansão da cultura do arroz impulsionou o uso intensivo da mecanização, da irrigação e dos financiamentos via créditos bancários. Tal fato foi responsável pelo crescimento econômico e social do Município, principalmente dos distritos, onde a infra-estrutura oferece suporte para a produção e comercialização agrícola. Outro fator determinante para implantação desse cultivo constitui-se nas potencialidades físicas, uma vez que o Município apresenta uma malha hídrica abundante associada ao relevo relativamente plano, condições naturais indispensáveis para essa cultura.



Figura 10: Lavoura de Arroz no distrito de Arroio Grande/Santa Maria/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
Org.: FERRO, T., 2007.

A proximidade de Arroio Grande com o bairro Camobi conferiu investimentos ao distrito e ao bairro, pois é através desse bairro que a produção é transportada para a

cidade e outros municípios vizinhos para o seu beneficiamento e comercialização. Entre os quatro principais engenhos que compram e beneficiam a produção de arroz do Município, destacam-se: Arroz Fighera, Pilon e Induber que se localizam em Camobi e o engenho Marzari no distrito de Santa Flora.

A lavoura de arroz dinamizou os distritos através da melhoria da infraestrutura, pois necessitou viabilizar o escoamento da produção, e beneficiar a construção e melhoramento das estradas de acesso às lavouras, edificação de escolas nos núcleos distritais, iluminação pública e estimulou desenvolvimento de pequenos núcleos urbanos.

Os distritos com maior área plantada de arroz são Arroio Grande, Passo do Verde, Boca do Monte e Santa Flora. A produção orizícola estende-se pelos demais distritos, exceto Santo Antão e Sede, os quais apresentam menores áreas plantadas. (QUADRO 1).

Alguns serviços são oferecidos gratuitamente aos distritos pela Prefeitura Municipal. Esses benefícios ocorrem de acordo com um calendário estabelecido pela própria prefeitura como o empréstimo de máquinas agrícolas (tratores e patrôas) utilizadas na terraplanagem e limpeza das propriedades.

DISTRITOS	LAVOURA TEMPORÁRIA					
	Área Plantada (ha)					
	Soja	Arroz	Milho	Aipim	Feijão	Fumo
1. Sede	-	-	10	10	-	-
2. São Valentin	450	100	200	-	-	-
3. Pains	-	400	250	350	-	-
4. Arroio Grande	-	1950	250	150	-	130
5. Arroio do Só	1500	450	300	250	-	-
6. Passo do Verde	840	500	200	150	-	-
7. Boca do Monte	3950	1600	600	600	-	-
8. Palma	1600	600	250	150	-	-
9. Santa Flora	13200	3800	360	100	200	-
10. Santo Antão	-	-	140	150	5	-
TOTAL	21540	9400	2360	1910	205	130

QUADRO 1: Lavoura temporária nos distritos do município de Santa Maria/RS

Fonte: TRABALHO DE CAMPO, 2007.

Org.: FERRO, T., 2007.

-: Inexistência do Produto.

A inserção da cultura orizícola reorganiza o espaço e a produção agrícola do Município através da lavoura empresarial constituída principalmente pelo arrendamento capitalista. Tal fato materializou-se a partir de 1940 nas propriedades localizadas no distrito de Arroio Grande. Posteriormente, expandiu-se pelos distritos de Boca do Monte, Santa Flora e Passo do Verde. Entretanto a lavoura do arroz, por seu caráter empresarial¹¹ e por ser uma cultura temporária, utiliza-se principalmente de mão-de-obra temporária local no plantio e na colheita, através de contrato temporário. Também, caracteriza-se por utilizar-se de mão-de-obra familiar em pequenas propriedades, pois alguns minifundiários e pequenos proprietários utilizam suas terras para o plantio do arroz e soja, comercializando sua produção com os grandes produtores ou entregando-os diretamente aos engenhos. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Distritos	LAVOURA PERMANENTE					
	Área Plantada (ha)					
	Citrus	Videira	Figo	Melancia	Porongo	Eucalipto
1. Sede	-	10	-	-	-	-
2. São Valentin	2	1	-	-	-	300
3. Pains	2	-	-	100	100	-
4. Arroio Grande	12	2	-	-	-	-
5. Arroio do Só	5	-	-	-	150	-
6. Passo do Verde	5	-	-	20	-	-
7. Boca do Monte	5	1	-	-	-	-
8. Palma	-	-	1	-	-	-
9. Santa Flora	1	-	-	-	-	-
10. Santo Antão	3	1	-	-	-	-
TOTAL	35	15	1	120	250	300

QUADRO 2: Lavoura permanente nos distritos do município de Santa Maria/RS

Fonte: TRABALHO DE CAMPO, 2007.

Org.: FERRO, T., 2007.

-: Inexistência do Produto

A produção do arroz é destinada, principalmente, para o consumo da população local e regional. A circulação do produto é beneficiada pela presença de redes de supermercados no Município, as quais estimulam a produção. Além disso,

¹¹ Utilizou-se o conceito de Lavoura Empresarial da FEE. Rever matrizes teóricas.

a proximidade com outras cidades, permite sua comercialização. No entanto, quase sua totalidade é comercializada em Santa Maria.

O Município permanece atualmente com destaque no cultivo do arroz. Essa cultura ocupa o segundo lugar na produção agrícola apresentando uma área plantada, com 9400 hectares. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

De maneira geral, pode-se dizer que as lavouras temporárias desenvolveram-se atendendo ao mercado interno e externo, propiciando divisa ao país e possuindo uma política de incentivos agrícolas que facilitou e acelerou o processo de adoção de técnicas modernas na agricultura gaúcha. Isto se constituiu em um importante motivo que relegou a lavoura permanente a um segundo plano na economia do Estado. (BEZZI et al, 2006).

Referente ao custeio da produção, os proprietários rurais buscam recursos através de sistemas de financiamento em bancos, cuja finalidade é subsidiar a compra de sementes e insumos, bem como maquinaria. Salienta-se que a Prefeitura Municipal viabiliza créditos e subsídios através de financiamentos no Banco Sicredi do município. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

No que se refere à soja, outro produto significativo em Santa Maria, pode-se dizer que, ao assumir o modelo agroexportador essa cultura caracterizou-se, de forma decisiva, a articulação da economia do Rio Grande do Sul com o pólo dinâmico nacional. Esta crescente demanda estimulou o incremento da produção de soja, fazendo com que o Estado cumprisse a função geradora de divisas, no processo global de acumulação e cumprisse a sua função exportadora. (BEZZI et al, 2006).

Paulatinamente, a associação de vários fatores endógenos e exógenos levou a eclosão do fenômeno da soja, que, por um somatório de confluências, relança a economia primária gaúcha em direção ao aprofundamento da lavoura empresarial. Com isto, várias formas de transição aparecem. Não só se acentua a modernização, como se acelera a decadência da agropecuária colonial pela introdução do cultivo maciço da soja em detrimento de outros produtos ou pela expulsão dos seus antigos proprietários via escassez jurídica do fator terra, uma vez que a fronteira agrícola encontra-se praticamente fechada a partir de 1950 no estado gaúcho. Simultaneamente, transformações significativas são feitas na pecuária tradicional, ocorrendo seu estreitamento em curto prazo, principalmente em função dos preços

então vigentes no mercado, levando ao arrendamento das áreas a elas anteriormente dedicadas. (BEZZI et al, 2006).

A inserção da soja no contexto regional faz com que essa cultura assuma importância na composição e estruturação do espaço produtivo gaúcho, originando regiões de influência, principalmente, a porção centro-norte do Estado. (BEZZI et al, 2006). Essa região de influência abarca, também, algumas porções de Santa Maria, materializando-se em todos os distritos, exceto Santo Antônio.

Apesar da lavoura do arroz ser a mais tradicional em Santa Maria, atualmente, a soja assume a primeira posição em área plantada, com 21540 hectares. Sua produção destaca-se pela área plantada nos distritos de Santa Flora, Boca do Monte e Palma. (TRABALHO DE CAMPO, 2007). (Figuras 11 e 12).



Figura 11: Planta de soja em seu estágio inicial de desenvolvimento.

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Org.: FERRO, T., 2007.

Figura 12: Lavoura de Soja no distrito de São Valentin/Santa Maria/RS

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Org.: FERRO, T., 2007.

A inserção da lavoura de soja ocorreu de forma significativa a partir da década de 1960, superando em produtividade a do arroz, bem como os incentivos governamentais e área disponível para o cultivo. Tais fatores foram impulsionados

pelo “milagre brasileiro” que buscava, através da soja a expansão do plantio, pela expressiva lucratividade, incentivado por um modelo econômico exportador, devido aos altos preços do produto no mercado internacional. (BEZZI, 1985).

No Município a cultura da soja fez com que as áreas de plantio de milho, aipim e arroz, bem como as pastagens fossem reduzidas. Sua produção, diferente do arroz, não se destina à população local, pois a cidade não possui nenhuma forma de beneficiamento do grão.

O diferencial da produção de soja consiste no seu destino final, pois toda safra é comercializada com outros municípios, entre eles Júlio de Castilhos e Ijuí, devido à venda dos grãos para as seguintes cooperativas: Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos (COTRIJUC) e Cooperativa Tritícola de Ijuí (COTRIJUÍ). Os produtores de soja utilizam os incentivos governamentais via financiamentos. Assim, são beneficiados com maior números de linhas de crédito em instituições financeiras, com o Sistema de Crédito Rural, oferecido pelo Banco SICREDI. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

As principais alterações decorrentes da sojicultura para o setor primário de Santa Maria referem-se a cedência de áreas antes destinadas ao cultivo de produtos de subsistência, como o feijão, o aipim e o milho, cultivados em propriedades familiares e destinados ao consumo local. Outra conseqüência refere-se à liberação de mão-de-obra do campo para a cidade.

Destaca-se que, embora a soja ocupe o primeiro lugar em área plantada no Município, sua produção também ocorre em larga escala no planalto riograndense. Tal situação justifica, de certa forma, a inserção da soja em Santa Maria, pois esse município constitui-se em uma área de transição entre o sul e o norte do Estado, recebendo influências nas suas cadeias produtivas no que se refere aos principais produtos cultivados. (QUADRO 1)

Nesse contexto, ressalta-se que, o processo de colonização no Rio Grande do Sul e em Santa Maria foi um dos fatores responsáveis pela diversificação na agricultura, aliado as novas dinâmicas produtivas, bem como as exigências do mercado. A agricultura diversificada desenvolve-se, principalmente, nos minifúndios e pequenas propriedades. A policultura tornou-se uma alternativa de renda para os pequenos produtores, uma vez que a produção destina-se ao consumo e somente o excedente é comercializado.

No Município a produção de hortaliças ocorre de forma mais intensiva nos distritos de Arroio Grande, Palma, Arroio do Só, Pains e Sede (hortas urbanas). As principais hortaliças cultivadas são alfaces, couve (folha), couve-flor, pepino, repolho, rúcula, radite e tomate. A comercialização das hortaliças está voltada para a comercialização em feiras locais e para o abastecimento de supermercados do Município. (QUADRO 3).

Distritos	Fruticultura	Hortaliças
1. Sede	Citrus (laranja, bergamota e limão) e uva.	Alface, Tomate e Couve (folha).
2. São Valentin	Citrus (laranja, bergamota e limão) e uva.	-
3. Pains	Melancia.	Alface, Repolho, Beterraba, Cenoura, Tomate, Couve (folha), Couve-Flor, Pepino.
4. Arroio Grande	Citrus (laranja, bergamota e limão) e melancia.	Alface, Repolho, Beterraba, Cenoura, Tomate, Couve (folha), Couve-Flor, Pepino.
5. Arroio do Só	-	-
6. Passo do Verde	Melancia.	-
7. Boca do Monte	Citrus (laranja, bergamota e limão) e uva.	Alface e Repolho.
8. Palma	Figo.	Alface e repolho.
9. Santa Flora	Melancia.	-
10. Santo Antônio	Citrus e Videira.	Alface, repolho e couve (folha).

QUADRO 3: Principais hortaliças e frutíferas produzidas nos distritos de Santa Maria/RS.

Fonte: TRABALHO DE CAMPO, 2007.

Org.: FERRO, T., 2007.

-: Inexistência do produto.

O cultivo de hortaliças constitui-se em uma alternativa de renda para o pequeno produtor rural, uma vez que esta garante a remuneração periódica através da comercialização constante dos produtos obtidos na horta familiar. Além da produção para comercialização, também, são utilizadas para o consumo da família, garantindo produtos in natura de procedência conhecida. (FIGURAS 13 e 14).

O cultivo de hortaliças ocorre na maior parte dos distritos, principalmente aqueles oriundos de processos de colonização, onde o pequeno agricultor tem na horta familiar uma tradição atrelada aos seus costumes típicos, principalmente o

italiano. Nesse sentido, Brum Neto (2007) refere-se a questão da organização do entorno da habitação como uma das características da materialização da cultura no espaço. Como exemplo a autora cita a cultura italiana, que tem como característica a funcionalidade do entorno da casa através da presença da tradicional horta familiar, do pomar e do forno de barro (atualmente tem sido construído com tijolos) para assar pães e cucas.



Figura 13: Cultivo de hortaliças no distrito de Arroio Grande/Santa Maria/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
Org.: FERRO, T., 2007.



Figura 14: Vista parcial da horta familiar.
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
Org.: FERRO, T., 2007.

Percebe-se nessa afirmação, que os hábitos culturais dos imigrantes foram passados através das gerações e disseminou-se, também, para outras culturas, que passaram a cultivá-los no que se refere aos produtos e as técnicas de produção.

A policultura é praticada em pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar e associada à criação de gado leiteiro, suíno e aves. Destaca-se que, a maior parte das pequenas e médias propriedades localiza-se nos distritos de Arroio Grande, Boca do Monte, Santo Antão, Palma, Arroio do Só e distrito sede¹².

¹² Ver mapa de Divisão Distrital, no Capítulo 2, figura 3.

Contudo, a atividade agrícola do município mantém uma coexistência entre a lavoura empresarial e capitalista via agricultura colonial, uma vez que as duas formas de produção representam a totalidade da produção agrícola de Santa Maria. No que se refere a lavoura permanente destaca-se a fruticultura, que surge como uma cadeia produtiva recente e em expansão gradativa, baseada principalmente, nos produtos cítricos, como laranja, bergamota e limão, além da melancia, uva e figo. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Os distritos mais representativos na produção de citrus são representados por Sede, São Valentin, Arroio Grande e Boca do Monte. Além desses, salienta-se a produção de melancia também se destaca nos distritos de Passo do Verde e Pains e de figo em Palma. (QUADRO 2). Assim como as hortaliças o destino da produção frutífera destina-se ao consumo da população local em feiras e supermercados locais. Salienta-se que o município necessita complementar a produção através da compra de frutíferas das Centrais de Abastecimento (CEASA-RS) devido a alta demanda da população do município em análise. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Infere-se que, mantido este crescimento, Santa Maria tem nessa cadeia produtiva perspectivas de crescimento e expansão da produção de frutas, objetivando suprir a demanda e se tornar auto-suficiente quanto à lavoura permanente, uma vez que o Município ainda possui áreas disponíveis para tal expansão.

Destaca-se que as iniciativas de incentivo a fruticultura é resultante da união de forças do poder público com a iniciativa privada, com intuito de dinamizar a Metade Sul do Estado. Desse modo, com menos de uma década de existência, o Comitê de Fruticultura da Metade Sul abrange 92 dos 102 municípios da região. Em 1997, ano em que se iniciou o projeto eram apenas cinco municípios, em 2005 a geração de emprego é de aproximadamente 2000. (ZERO HORA, 2005).

Particularmente, no município em estudo os incentivos destinados a fruticultura baseiam-se em financiamentos via banco SICREDI e PRONAF e auxílio técnico aos produtores prestado pela EMATER e da Secretaria de Desenvolvimento Rural Municipal. Ressalta-se que tais incentivos vêm ao encontro de iniciativas que visam dinamizar e diversificar a produção agrícola e o setor primário de Santa Maria. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

A penetração desta atividade econômica ocorreu, principalmente, devido aos recursos financeiros disponibilizados através do Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTA/RS), que visa incentivar o desenvolvimento da fruticultura no Estado, diversificando a produção econômica. Tem-se como uma das metas do PROFRUTA reverter o processo de importação de frutas, principalmente cítricos e a recuperação produtiva, através de novos pólos com destaque para a Metade Sul do Rio Grande do Sul. (BEZZI et al, 2006).

Salienta-se que, em 1996 o Brasil importava cerca de US\$ 300.000/ano em frutas de clima temperado, exatamente as ideais para serem plantadas no sul do Estado, pois esta porção do Rio Grande do Sul dispõe de um fotoperíodo adequado, principalmente no verão, onde cada dia chega a ter até 14 horas de insolação. Assim, a luminosidade torna-se fator essencial e garante a qualidade da produção de frutas. (ZERO HORA, 2005 apud BEZZI et al, 2006).

Ressalta-se que, a fruticultura é desenvolvida, principalmente nos minifúndios e nas pequenas unidades produtivas, representando uma possibilidade e/ou alternativa para o seu desenvolvimento econômico. Coexiste com as grandes e médias propriedades, que tem na pecuária extensiva e na agricultura empresarial sua matriz produtiva, assentada nas lavouras de arroz e de soja. Nessas, no máximo, a fruticultura se associa a estas cadeias produtivas mais tradicionais.

Além disso, destaca-se que esta atividade gera renda e estimula emprego no campo, diversificando as perspectivas para os trabalhadores rurais, na medida em que origina novas frentes de trabalho, além das já existentes. Tenta amenizar um dos problemas sociais expressivos do Município que é a oferta de emprego e, conseqüentemente reduz a exclusão social, pois aumenta a oferta de empregos temporários em épocas de colheita.

Assim como ocorre em Santa Maria, em nível regional no que abrange a porção sul do Estado, a quantidade produzida nessa ainda não atinge o volume para exportação. Desse modo, grande parte da produção tem como destino o consumo interno, privilegiando a indústria conserveira, supermercados e feiras coloniais locais, e em alguns casos têm como destino municípios vizinhos, como São Martinho

da Serra, Júlio de Castilhos, Silveira Martins e São Sepé. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Neste contexto, a fruticultura já se constitui como uma realidade para o município em análise proporcionando novas frentes de trabalho e geração de renda para o produtor rural, distinta daquela oriunda da matriz tradicional do arroz, da soja e da pecuária.

Além das matrizes produtivas tradicionais, salientam-se outras formas de inserção do capital como agente dinamizador do espaço, ou seja, como importantes atores econômicos que estão sendo, gradativamente, inseridos nos municípios que compõem a porção sul do Rio Grande do Sul, dentre os quais se destaca a fruticultura e o florestamento.

Nesse sentido, o florestamento, se configura como outra atividade que visa dinamizar a economia no setor primário, uma vez que se constitui em uma estratégia econômica que vem se consolidando através do plantio de pinus e eucaliptos¹³. O plantio está sendo financiado por grandes grupos ligados a produção de celulose, como o Grupo Votorantin-Celulose e Papel (nacional) e a Stora-Enso, indústria sueco-finlandesa de papel.

A escolha do Rio Grande do Sul para estes novos empreendimentos se justifica pelas favoráveis condições florestais e pela produção gaúcha permitir o corte de eucalipto em sete anos, enquanto em alguns países do hemisfério norte, é feita em setenta anos. (ZERO HORA, 2005)

Além disso, destaca-se que através de estudos realizados pela empresa Stora-Enso na América Latina, o Rio Grande do Sul apresentou as condições competitivas ideais como: área disponível, qualidade do solo, logística, disponibilidade de mão-de-obra e boas possibilidades para o plantio de eucalipto ou pinus, que originam, respectivamente, à celulose de fibra curta e longa.

¹³ As informações relativas ao florestamento neste recorte espacial gaúcho estão baseadas em notícias de jornais de circulação estadual, por tratar-se de um investimento recente no Rio Grande do Sul. No entanto, buscou-se também informações junto as subprefeituras dos distritos e dados do IBGE e FEE.

Os investimentos destes grupos ocorrem a partir da aquisição de áreas, das grandes propriedades. Pode-se inferir que, tal situação contribuirá para o rompimento das bases tradicionais de uso da terra, assentadas no monopólio latifundiário em mãos de grandes proprietários.

Assim, as extensas dimensões de terras no Estado gaúcho estão sob o domínio de grandes grupos empresariais. Entretanto, no distrito de São Valentin as novas estratégias econômicas coexistiam com a pecuária extensiva realizada nas grandes propriedades os quais são utilizados para o plantio do arroz e da soja, ou da fruticultura nas pequenas propriedades.

A iniciativa florestal já despertou a reação da comunidade ambientalista, que adverte para os riscos ambientais que a plantação monocultora de pinus e eucaliptos podem trazer para a região. A advertência assenta-se no fato de que a plantação de espécies exóticas e de grande porte pode ser responsável por prejuízos ambientais às reservas hídricas, ao solo, ao clima e a fauna e flora.

Mesmo diante da discussão sobre a viabilidade ambiental do florestamento nessa área do Estado gaúcho, a tendência é de aumentar as campanhas de incentivo a plantação de pinus e eucaliptos. Um dos objetos da empresa, Stora Enso, consiste em incentivar os proprietários locais a estabelecerem suas próprias plantações dos produtos florestais, como oportunidade para o uso alternativo de suas terras. Tal situação atesta para o desenvolvimento de mais um tipo de produção primária atrelada aos interesses de grandes empresas no Rio Grande do Sul, pois tais empresas para garantir a compra desses produtos exigirão o cumprimento de pré-requisitos relacionados à forma de produção e ao tipo de produto final desejado, além de fixarem no mercado o preço pago aos produtores.

Particularmente, o distrito de São Valentim, em Santa Maria, apresenta áreas destinadas ao plantio de eucalipto, visando a produção de celulose em estágio avançado de crescimento silvícola. (Figura 15).



Figura 15: Plantação de eucalipto no distrito de São Valentim/Santa Maria/RS
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
Org.: FERRO, T., 2007

Destaca-se que a área destinada a essa produção abrange aproximadamente 300 ha, em tradicionais áreas de pecuária extensiva. (TRABALHO DE CAMPO, 2007). Desse modo, infere-se que, o florestamento está se inserindo no município em estudo através das grandes e médias propriedades, ocasionando uma redução espacial das áreas destinadas a pecuária nesse distrito.

Pode-se destacar também que essas novas cadeias produtivas vão, no decorrer do tempo, ocasionar transformações significativas no espaço rural do Estado e, particularmente, de Santa Maria.

3.1.3 A pecuária no município de Santa Maria

O desenvolvimento da pecuária no município de Santa Maria seguiu os parâmetros estabelecidos pelo contexto regional em que se inseriu essa atividade no Rio Grande do Sul, principalmente, na sua porção centro-sul, onde o gado de corte

configurou-se, por longo período de tempo, como produto centralizador da economia riograndense.

A pecuária bovina constituiu-se na primeira atividade econômica a ser desenvolvida no município em análise e, no decorrer do tempo, com evolução do espaço urbano cedeu áreas para o desenvolvimento do distrito Sede e para a inserção de outras atividades econômicas, como a agricultura.

Atualmente, os maiores rebanhos bovinos localizam-se nos distritos de Santa Flora, Boca do Monte, Passo do Verde e São Valentim, com ênfase para a pecuária de corte, em regime de criação extensivo. Enquanto que, a pecuária de leite desenvolve-se nos distritos de Arroio Grande, Pains e Sede (no bairro Camobi). (QUADRO 4). (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Embora a criação de bovinos de corte prevaleça como principal produto da pecuária santamariense, outras criação também se fazem presentes no município em análise, como os suínos, ovinos e as aves.

Os suínos têm sua maior representatividade nos distritos de Santa Flora e São Valentim, de acordo com o tamanho do rebanho, em número de cabeças. (QUADRO 4). A criação de suínos não requer grandes extensões de terra para se efetivar bastando apenas interesse e investimento para esta atividade criatória, uma vez que seu manejo não requer muita mão-de-obra e o retorno financeiro é relativamente rápido se comparado à criação de bovinos.

Além disso, a suinocultura representa uma alternativa para o desenvolvimento da economia proveniente do meio rural, através da diversificação da produção pecuária, pois a mesma não necessita ceder grandes extensões de terra para esta atividade, pois os melhores resultados (para corte) são obtidos via confinamento. Desse modo, é perfeitamente possível conciliar a criação de suínos com a de bovinos e as lavouras temporárias, já tradicionais em Santa Maria.

Distritos	Pecuária (nº. de cabeças)			
	Bovina	Suína	Ovina	Aves
1. Sede	180	100	200	600
2. São Valentin	9300	1400	-	18000
3. Pains	8700	1200	-	8800
4. Arroio Grande	4100	900	3000	9500
5. Arroio do Só	8700	250	-	3200
6. Passo do Verde	9600	-	-	3300
7. Boca do Monte	21500	-	700	-
8. Palma	2100	-	-	-
9. Santa Flora	44000	1600	1500	12000
10. Santo Antônio	5000	-	-	-
TOTAL	113180	5450	8000*	55400

QUADRO 4: Pecuária nos distritos de Santa Maria-RS.

Fonte: TRABALHO DE CAMPO, 2007.

Org.: FERRO, T., 2007.

-: Inexistência do Produto

No que se refere a criação de ovinos, pode-se dizer que o Estado gaúcho, por ser fronteira de países grandes produtores de lã, concentrou o maior contingente ovino brasileiro, formado principalmente pelas raças de produção mista carne-lã. A região Nordeste apresentava o segundo grande agrupamento de ovinos, porém com propósito diferente: uma pecuária de corte de subsistência e alicerçada em raças nacionais e animais mestiços. (MORAIS, 2007).

O autor destaca ainda que, com a crise da produção laneira, na década de 1990, houve uma ascensão da ovinocultura de corte, com a importação de raças voltadas para a produção de carne. A alteração veio também pelo fato de que o efetivo ovino riograndense estava diminuindo, ao passo que crescia em outros estados. Desse modo, no sul do Brasil, apesar da grande diminuição do efetivo ovino, parece haver a tendência de estabilização das raças lanadas de corte e o trabalho de melhoramento, embora tímido está em andamento.

De acordo com a contextualização regional da criação ovina riograndense, o município de Santa Maria tem a criação de ovinos voltada para corte, com destaque para os distritos de Arroio Grande e Santa Flora. (QUADRO 4). A criação de rebanhos ovinos no município em análise não se apresenta com elevados níveis de

desenvolvimento genético, pois as cabanhas especializadas requerem alto investimento de capital. Dessa forma, essa criação desenvolve-se em instalações mais simples, denominadas de apriscos, que são abrigos comuns para o rebanho, em geral, ocupando uma área menor e sem divisórias (currais). (TRABALHO DE CAMPO).

Pode-se dizer que, a ovinocultura é uma atividade que apresenta potencialidade de desenvolvimento no município em questão, pois assim como a suinocultura, requer uma área relativamente pequena, pois os melhores resultados ocorrem no confinamento. Portanto, é necessário que haja políticas de incentivo a essa criação como forma de dinamizar a pecuária no município de Santa Maria.

Outra atividade referente a pecuária é a avicultura, que foi efetivada no Rio Grande do Sul, de modo geral, com o processo colonizador e se expandiu para demais porções do Estado, popularizando o consumo da carne de frango. Ressalta-se que a avicultura constitui-se em uma das principais atividades econômicas primárias, pois alia rápido retorno financeiro a possibilidade de desenvolver esta criação em pequenas áreas, viabilizando este empreendimento, principalmente, nas pequenas propriedades rurais.

Embora a grande produção avícola riograndense esteja centrada no centro-norte, as demais porções do espaço produtivo gaúcho também desenvolvem criações de aves como forma de incrementar a economia local e abastecer o mercado local. Tal afirmativa se concretiza no município de Santa Maria, através das criações avícolas nos distritos, dentre os quais destacam-se São Valentim, Santa Flora e Arroio Grande, com os maiores contingentes de aves. (QUADRO 4).

Salienta-se que, os aviários configuram uma paisagem bastante peculiar, em geral obedecendo à orientação leste-oeste, a fim de acompanhar a trajetória do sol com o propósito de protegê-los da insolação direta. Ressalta-se que é economicamente rentável, pois o retorno financeiro é rápido, em média três meses para se obter o peso ideal (frango peito duplo), numa pequena área. (BEZZI et al, 2006).

De modo geral, há um maior aproveitamento da produção, não só com a carne do frango, de ovos, mas também via outros produtos oriundos dessa atividade, como a utilização da cama (geralmente de casca de arroz ou maravalha), que após o uso, destina-se a fabricação de adubo para as lavouras ou hortas,

sendo, muitas vezes comercializadas e, gerando renda para o produtor. (BEZZI et al, 2006).

A atividade criatória de aves no município de Santa Maria é voltada para corte e abastece o mercado interno, tornando a carne de frango atrativa devido ao preço acessível se comparada aos demais tipos de criações, principalmente, de gado bovino. (FIGURA 16).

FIGURA 16: Criação extensiva de gado no distritos de Arroio Grande/ Santa Maria/RS.



FIGURA 17: Rebanho Bovinos em Santa Maria/RS

Além dos rebanhos mais tradicionais da pecuária, se faz presente no município de Santa Maria a criação de chinchilas, nos distritos Sede e Passo do Verde, sendo que a produção destina-se a exportação. Salienta-se que, tal atividade tem como principal produto a pele para fabricação de vestuário e acessórios. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

A diversificação da pecuária tem, também, na criação de cavalos crioulos outras forma de desenvolver a economia local, uma vez que, este tipo de atividade

requer altos investimentos de capital e tecnologia, visando manter os padrões exigidos pelos criadores de cavalo crioulo. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Ressalta-se que, tanto a criação de chinchilas quanto a de cavalos crioulos não recebem incentivos governamentais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, pois configuram-se como iniciativas isoladas e particulares de implementação dessas atividades no município. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Considerando a pecuária no município em análise, pode-se dizer que, têm nos bovinos, aves, suínos e ovinos os principais rebanhos em ordem de importância, de acordo com o número total de cabeças. No entanto, o desenvolvimento da pecuária em Santa Maria pode ser expandido mediante o melhoramento genético e investimentos em infra-estrutura, a fim de que se especialize as criações e possa se obter a excelência em termos produtivos.

3.2 A reestruturação das atividades produtivas do setor primário de Santa Maria

A união dos elementos naturais e históricos constitui-se em um fator determinante na organização espacial, resultante do arranjo socioeconômico representado pelas potencialidades físicas atreladas aos aspectos culturais. Tais potencialidades, por sua vez, proporcionam outras formas de exploração do rural, não necessariamente ligadas à atividade agropecuária, como o turismo rural.

O turismo rural configura-se, na atualidade, como uma proposta efetiva para se alavancar o desenvolvimento da economia no campo, pois é uma atividade diferenciada da agropecuária que não depende, necessariamente, da influência dos fatores climáticos e seus eventos extremos como secas e inundações. A atividade turística no campo valoriza todos os aspectos que caracterizam “a vida no campo” e que o tornam atrativo, justamente, por este fato constituir-se em um diferencial em relação ao cotidiano das cidades.

Nesse sentido, o setor primário de Santa Maria tem na atividade turística uma forma de exploração dos recursos naturais, visando o bem estar e o lazer no campo. Dentre essas atividades destacam-se os balneários e as rotas turísticas e gastronômicas, além de trilhas ecológicas e pousadas.

De acordo com a potencialidade para desenvolver o turismo rural em Santa Maria, tem-se os distritos de: *Arroio Grande*¹⁴, com a rota gastronômica (restaurantes e agroindústrias), paisagens compostas por vales e montanhas, as casas típicas italianas, pesque-pague, os balneários e as festividades religiosas; *Passo do Verde* tem-se o balneário com o mesmo nome, o qual apresenta infraestrutura para camping e residência¹⁵; *Boca do Monte* apresenta agroindústrias, pesque-pague, parque de equitação e a reserva florestal que abrange a Estação Experimental da Boca do Monte; *Pains* com sedes campestres de Centro de Tradições Gaúchas, assim como o distrito de *São Valentim*, que realiza a tradicional festa dos Carreiros; *Santo Antão* realiza a festa e romaria do santo padroeiro Santo Antão. (FIGURAS 18, 19, 20 e 21).

Assim, a atividade turística contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural santamariense através da circulação de renda em virtude dessa atividade, além de proporcionar alternativas de lazer para a população local, principalmente devido à sua proximidade ao distrito sede. O Turismo Rural constitui-se em uma forma de refúgio e lazer, uma vez a população predominante de Santa Maria é urbana. Tal fato contribui para a busca de atividades diferentes das oferecidas no espaço urbano.

¹⁴ A rota gastronômica em Arroio Grande destaca-se através da Cantina Pozzobon e o Café Colonial, além das agroindústrias Santo Antônio e Cechin. Os balneários Zimmerman e Ouro Verde, ambos de propriedade particular são responsáveis por explorar as potencialidades naturais. No que se refere as festividades destacam-se as festas da Igreja de São Marcos e Capela Santa Inês.

¹⁵ Destaca-se que, o mesmo possui infra-estrutura privilegiada devido à acessibilidade pela localização às margens da BR 392.



Figura 18: Paisagem rural típica do distrito Santo Antônio/Santa Maria/RS
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
Org.: FERRO, T., 2007

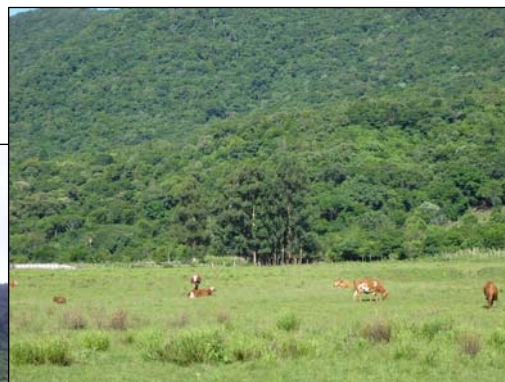


Figura 19: A paisagem rural de Arroio Grande/Santa Maria/RS
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
Org.: FERRO, T., 2007

Devido à suas potencialidades e acessibilidade, o Município tem no Turismo uma proposta de desenvolvimento local e regional a ser considerada pelo poder público no que se refere aos investimentos em infra-estrutura e divulgação dos principais pontos turísticos, com ênfase para o rural.

Outra atividade que se desenvolve no espaço rural santamariense é a extração de areia. Atividade caracterizada como de extração mineral, é de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico, ao mesmo tempo em que se torna responsável por impactos ambientais. De acordo com Lelles et al (2005), estes impactos se tornam mais visíveis com a dinamização do processo de industrialização e o crescimento das cidades, que aceleram os conflitos entre a necessidade de buscar matérias-primas e a conservação do meio ambiente.



Figura 20: Pesque-pague em Arroio Grande/Santa Maria/RS
 Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
 Org.: FERRO, T., 2007



Figura 21: Estação Experimental (FEPAGRO).
 Boca do Monte/Santa Maria/RS
 Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
 Org.: FERRO, T., 2007

Entretanto, destaca-se que, a extração de areia é fundamental para a construção civil, ocasionando divergências entre o discurso dos ambientalistas e as necessidades antrópicas, no que se refere a obtenção de matéria-prima com vistas ao desenvolvimento e a preservação dos recursos naturais.

Destaca-se que, em Santa Maria tal situação evidencia-se mediante o crescimento urbano, com a conseqüente expansão do setor de construção civil, que se reflete no aumento do número de imóveis construídos e reformados, o que acarreta uma demanda de matérias para construção, principalmente de areia. De acordo com o Segundo o Sumário Mineral/2001, publicado pelo DNPM (2002), a mineração da areia em leitos de rios é responsável por 90% da produção brasileira. Desse modo, infere-se que, a questão da extração de areia se torna conflitante à medida que é uma atividade necessária para alicerçar o desenvolvimento urbano e sua constante expansão.

Desta forma, Lelles et al (2005) afirma que essa atividade possui um fator limitante centrado na distancia do mercado consumidor, uma vez que, as mineradoras procuram áreas mais próximas dos centros consumidores, para onde

se destina essa matéria-prima, potencializando as situações de conflito entre a mineração e o uso do espaço urbano.

Tal afirmativa se concretiza em Santa Maria, pois a atividade extrativa de areia ocorre no distrito do Passo do Verde, na localidade do Arenal, onde as dragas extraem a matéria-prima diretamente do leito do rio Santa Maria. A proximidade entre o Arenal e o distrito Sede favorecem essa atividade devido à acessibilidade entre ambos, diminuindo os custos com transporte. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Desta forma, a extração de areia pressupõe algumas fases, que se iniciam com obtenção do licenciamento para explorar as substâncias minerais expedido pela administração local após o seu registro no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), além da licença ambiental. As operações dessa atividade, iniciam-se com a retirada do material mineral, a estocagem, a drenagem e o peneiramento, essenciais para melhorar a qualidade da areia.

Por conseguinte, a extração de areia no município de Santa Maria constitui-se em uma atividade importante para alavancar o desenvolvimento local, uma vez que favorece a economia local. Embora impactante, essa atividade apresenta alguns pontos positivos, como a geração de emprego ligado diretamente à atividade extrativa e a garantia de fornecimento de matéria-prima para o desenvolvimento do setor de construção civil.

Juntamente com o turismo e a extração de areia, a olaria é outra atividade que se desenvolve em Santa Maria, contribuindo para diversificar a economia do município e o seu setor produtivo.

De acordo com Ripoli Filho (1997), a denominação indústria cerâmica vermelha aplica-se a indústria de blocos, tijolos, telhas, tubos, ladrilhos, elementos vazados, dentre outros. As matérias-primas são constituídas por argilas plásticas, cujos componentes principais são os argilominerais (silicatos hidratados de alumínio), matéria orgânica, óxidos e hidróxidos de ferro e de alumínio. São retiradas, geralmente, de margens de rios, lagos ou de várzeas.

Distintamente da atividade extrativa de areia, que apenas extrai e realiza um peneiramento da sua matéria-prima, a atividade oleira requer um beneficiamento da produção através da sua industrialização. Para tanto se utiliza de processos manuais e mecânicos da obtenção da matéria-prima até o produto final. Dentre os principais produtos obtidos com essa atividade em Santa Maria têm-se as telhas e tijolos.

Pode-se dizer que, em Santa Maria as indústrias de materiais de cerâmica vermelha, constituem um setor importante sob o ponto de vista socioeconômico. A maioria das habitações da região é construída com tijolos e telhas, material este suprido, em grande parte, por olarias de pequeno porte funcionando com estrutura semi-artesanal. (RIPOLI FILHO, 1997).

A Indústria de Cerâmicas Kipper e Indústria Patronato constituem-se nas maiores oleiras do município, localizadas nos bairros de Camobi e Patronato, respectivamente. Além dessas, existem outras indústrias menores centradas na fabricação artesanal de cerâmicas, com mão-de-obra, geralmente, familiar. (TRABALHO DE CAMPO).

A fabricação de cerâmicas, com ênfase para as telhas e tijolos, assim como a extração de areia beneficia o setor de construção civil, principalmente, pela demanda desses materiais para se realizar as obras de casas e prédios residenciais e comerciais.

A diversificação das atividades econômicas no município de Santa Maria abrange, também, a fabricação de carvão vegetal. Constitui-se em uma alternativa de renda e de geração de emprego no setor primário, particularmente, no distrito de Arroio Grande, na localidade de Três Barras, onde está instalada a carvoaria Três Barrense. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

A madeira, matéria-prima da carvoaria é extraída de propriedade particular e beneficiada na mesma, onde se localiza a indústria carvoeira. Destaca-se que, o produto final destina-se para o abastecimento do mercado local, com ênfase para Santa Maria e seu entorno. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade de atividades desenvolvidas no meio rural é uma estratégia de sobrevivência, pois minimiza riscos e gera a segurança alimentar da população mundial.

Markus Brose, 2000.

Abordar o rural, na atualidade, pressupõe-se que é muito mais do que enfatizar apenas a agricultura e a pecuária. A expansão das atividades humanas tem relacionado cada vez mais a cidade e o campo, de modo que, pelo viés oposto ao êxodo rural, percebe-se uma busca pela vida no campo. Desse modo, várias atividades se inserem no espaço rural mas, não necessariamente, estão atreladas a sua matriz produtiva tradicional.

O que se pode denominar de um “novo rural” configura-se, na verdade, como a reorganização do espaço primário diante de novas dinâmicas produtivas e da valorização desse espaço. A consequência primordial dessa reestruturação deve ser entendida como *transformação*, onde velhas formas desempenham novas funções, que diante as dinâmicas pressionadas pelo mercado necessitam se modificar objetivando alicerçar o desenvolvimento local/regional. Tal situação não significa a negação das formas tradicionais de produção, mas da coexistência entre a matriz tradicional e as novas atividades, em um processo de reestruturação do setor primário.

Nesse sentido, essa pesquisa buscou analisar e subsidiar o setor primário de Santa Maria na perspectiva do rural, com vistas à reestruturação das atividades produtivas. Através da base conceitual, atrelada aos dados obtidos no trabalho de campo, em fontes secundárias e as ligadas ao conhecimento empírico, pode-se tecer algumas considerações referentes a essa temática, principalmente, considerando-se a relação urbano-rural.

Para entender a atual organização produtiva santamariense procurou-se, inicialmente, apreender o seu processo de formação como uma das unidades territoriais do Rio Grande do Sul. Com esses subsídios identificou-se a inserção das atividades rurais do Município e sua posterior reestruturação espacial.

Tendo sua gênese em uma sesmaria, Santa Maria teve, na pecuária, sua primeira atividade econômica, desenvolvida em regime de criação extensiva, a

exemplo das demais unidades territoriais do Estado gaúcho. No entanto, distintamente de outros municípios que compõem a porção centro-sul do Estado, onde a pecuária ainda é tradicional, Santa Maria teve uma configuração socioeconômica diferenciada no decorrer de sua evolução histórica. Tal situação deve-se a implantação de um acampamento militar, em torno do qual, se originou uma vila, que se caracterizou pela prosperidade das atividades urbanas, principalmente do comércio.

Pode-se dizer que, esse fato constituiu-se na principal singularidade que proporcionou, ao Município, o desenvolvimento populacional e a expansão gradativa das atividades urbanas. Destaca-se, ainda que, a instalação da ferrovia, também, contribuiu significativamente para a expansão urbana, pois, configurou-se como um atrativo populacional, devido a oferta de emprego ligada diretamente a Rede Ferroviária e a prestação de serviço para a população local e seu entorno. Além disso, teve-se também, a fundação da Universidade Federal de Santa Maria, e a instalação da Base Aérea, as quais contribuíram para o crescimento do setor urbano em Santa Maria.

Desta forma, o Município assume uma característica espacial urbana em detrimento da rural. Pode-se dizer que, o seu espaço rural reduziu-se mediante a expansão do urbano e das emancipações político-administrativa dos distritos e de outros municípios para os quais Santa Maria cedeu área. É importante salientar que o espaço urbano “pressionou” o rural fazendo com que o mesmo se reorganizasse através da reestruturação das atividades produtivas no campo. Assim o espaço produtivo passa a ser dividido entre a pecuária e a agricultura. Paralelamente, novas atividades econômicas foram dinamizadas como a extração mineral e o turismo rural, contribuindo para o desenvolvimento do mercado local/regional.

Nesse contexto, pode-se dizer que a pecuária em Santa Maria não se extinguiu, mas cedeu espaços significativos para a agricultura, principalmente, naqueles distritos cuja população formou-se em virtude do processo colonizador europeu, ou seja, através dos imigrantes oriundos, principalmente da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul e da ex-colônia de Santo Ângelo (atual Agudo). Ressalta-se que, essa influência cultural se faz presente na atualidade, e se materializa, em alguns distritos nos quais a sua marca cultural é visível e apresenta-se como uma singularidade espacial significativa na paisagem.

Pode-se dizer, que, a evolução histórica do espaço e da sociedade santamariense em virtude da centralização das atividades urbanas, transformou a dinâmica organizacional do Município, tornando-o um pólo regional militar, educacional e comercial. Entretanto, o espaço rural se estruturou mediante transformações necessárias para atender a dinâmica urbana que caracteriza o Município.

Verificou-se também que, o espaço rural de Santa Maria tornou-se uma fonte de abastecimento da população local, fornecendo produtos como o arroz e a soja, além da pecuária bovina. Porém, sua produção não é suficiente para abastecer todo esse contingente populacional e o comércio local, o que tornou viável a expansão da agropecuária. Com o aumento de área para as lavouras e incremento das atividades ligadas à pecuária, como pastagens plantadas, confinamento dos bovinos, entre outros, buscou-se melhorar a qualidade do produto ofertado uma vez que a pecuária compete com a agricultura no que diz respeito a área de produção.

A diversidade produtiva, liga-se também ao cultivo de hortaliças e da fruticultura. Ambas abastecem, com seus produtos, o mercado local e tem apresentado crescimento, através da implantação de pomares, hortas comunitárias, hortas caseiras ou mesmo aquelas hortas e pomares voltados à comercialização para as grandes redes de supermercados, como a Estância da Figueira¹⁶, no distrito de Pains, que abastece a rede de supermercados Dois Irmãos. Destaca-se, também, as lavouras de feijão, de milho e aipim como lavouras de auto-consumo, que abastecem as famílias produtoras, vendendo apenas o excedente.

A estruturação da matriz tradicional da produção rural de Santa Maria está centrada, no arroz, soja e pecuária bovina de corte. As produções paralelas dos cultivos de subsistência constituem-se em alternativas para o produtor agregar valor à sua produção, não se constituindo em culturas expressivas no Município.

Salienta-se que, a produção primária de Santa Maria está alicerçada por outras atividades produtivas, que tem se constituído em uma característica essencial do espaço rural santamariense. Entre essas se destaca o turismo rural, via balneários e aquele proporcionado pelos códigos culturais ligados a cultura italiana como a arquitetura das casas e a gastronomia. Também os pesque-pague dotam a

¹⁶ Os proprietários da rede de Supermercado Dois Irmão adquiriu uma área no distrito de Pains, onde cultiva frutas e hortaliças que estão voltadas ao abastecimento da própria rede de Supermercado localizado em Santa Maria.

paisagem rural de formas e funções específicas, distintas, da matriz produtiva tradicional.

Enfatiza-se também, outras atividades que se fazem presentes no setor primário de Santa Maria, tornando-o diversificado quanto aos produtos obtidos, via atividade oleira, extração de areia, produção de carvão vegetal e plantação de eucaliptos. Essa última marca a inserção de Santa Maria como município produtor de matéria-prima para a produção de celulose, se inserindo no contexto regional da atividade florestal, patrocinada por grandes empresas nacionais e internacionais.

Neste contexto, o setor primário ocupa a segunda posição no Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Maria, onde as atividades desenvolvidas se mantêm espacialmente, sem perder área significativa para outros setores.

Considera-se que, o setor secundário ocupa a terceira posição no PIB do município. A presença de indústrias no espaço rural se deve a necessidade do beneficiamento da matéria-prima, como a indústria artesanal de cuias, no distrito de Arroio do Só e os engenhos de arroz localizados nos distritos de Arroio Grande, Santa Flora e Passo do Verde. Enfatiza-se, também, a presença das fábricas de facas Coqueiro e Ipê, no distrito de Arroio Grande. Essas recebem a matéria-prima de outros municípios e visam o mercado interno. A mão-de-obra empregada nessas indústrias contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos distritos nos quais estão instaladas, uma vez que utiliza a mão-de-obra local.

No que se refere ao setor terciário, tem-se a principal contribuição para o PIB do Município devido ao seu perfil delineado pelo centro ferroviário, atual contingente militar e estudantil, pólo regional de saúde e prestação de serviços. Tal fato deve-se a sua posição geográfica privilegiada, no centro do Estado, desempenhando uma função de ligação entre os vários municípios do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Rio Grande e Uruguaiana, devido à presença dos principais portos gaúchos.

No processo de organização/reorganização do espaço rural de Santa Maria, vários fatores destacam-se, mas o principal agente dinamizador é “o capital”. O mesmo é o responsável pelas mudanças e transformações em estruturas seculares já arraigadas, ligadas principalmente à agropecuária, mas que no desenvolvimento sócio-espacial não resistem às pressões do mercado, em constante busca pela expansão da suas atividades e satisfação das necessidades sociais.

Aliando o referencial teórico à prática exercida nas incursões a campo, puderam-se realizar algumas conjecturas a respeito do setor primário de Santa

Maria, considerando questões pertinentes a organização e a estruturação do seu espaço produtivo. Tais reflexões, configuram-se, também, como perspectivas para o setor primário de Santa Maria a partir de uma visão geográfica.

A questão organizacional do Município em análise centra-se no urbano e no rural, mas não como espaços produtivos que se opõem, ao contrário, complementam-se. Dessa forma, ao se analisar o rural, aborda-se, também, o urbano, devido aos níveis de relacionamento estabelecidos entre os mesmos. Além disso, algumas atividades como a indústria e a prestação de serviços se desenvolvem no rural santamariense.

A análise do perfil das atividades agropecuárias demonstrou que o desenvolvimento do capitalismo no Município provocou uma substancial transformação de sua estrutura produtiva, no sentido de uma crescente reestruturação do setor primário.

Considerando o setor primário santamariense como o segundo setor em importância econômica para o município, pode-se afirmar que sua expressividade materializa-se no fornecimento de matérias-primas e no abastecimento da população local. Além disso, destacam-se as atividades que se desenvolvem no rural, mas que não estão atreladas a matriz produtiva tradicional, tornando-o diversificado.

Analisando-se a urbanização de Santa Maria, infere-se que o rural, além de espaço produtivo, tornou-se um espaço de lazer para a população, ou seja, um “refúgio” próximo a natureza, que proporciona opções viáveis de desenvolvimento da atividade turística, como alternativa de dinamizar a economia local.

Como aportes para o desenvolvimento local e regional, Santa Maria pode direcionar-se para a estruturação das atividades no espaço rural, seja ampliando e especializando a produção tradicional, ligada à agropecuária, ou investir nas atividades diversificadas, principalmente, no turismo rural.

Nesta perspectiva, salienta-se a localização geográfica de Santa Maria, no centro do Estado, como um dos atrativos para alavancar o turismo, a exemplo dos padrões em que se encontra a Serra Gaúcha, na medida em que o Município, torna-se “próximo” as distintas porções do espaço gaúcho. Sabe-se que este é um processo gradual e que exige infra-estrutura e fomento financeiro da administração pública e privada.

Ressalta-se, também, o fato de que o Município é um pólo regional que agrega serviços, assim pode-se explorar mais enfaticamente a condição de ser um centro urbano de médio porte, com possibilidade de oferecer infra-estrutura de apoio para os municípios no seu entorno, os quais possuem potencial para exploração da atividade turística, com ênfase para a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, cuja relação cultural materializou inúmeros códigos no espaço, tornando-o distinto dos demais e originando paisagens culturais repletas de significados. Também, os municípios que se localizam a noroeste de Santa Maria inserem-se nessa perspectiva turística, uma vez que os fatores de povoamento, configuraram inúmeras paisagens campeiras remetendo a vida nas estâncias, como um resgate ao passado.

O rural de Santa Maria configura-se mediante a matriz tradicional, mas apresenta um potencial para a atividade pluriativa, como alternativa para desenvolver-se economicamente em nível local e regional, uma vez que, esse Município agrega outras unidades territoriais.

A complexidade da organização do espaço rural e suas relações com o urbano implicam em reordenamento econômico e territorial, refletindo a relação sociedade-natureza e as imposições do capital. O rural não é apenas uma classificação em que se insere o campo e o seu produto final, a produção agropecuária, esse tornou-se um espaço significativo, mediante a procura e a valorização da terra para diversos fins.

Tendo o espaço geográfico como seu objeto de estudo, a Geografia, procura resgatar a amplitude das concepções e da distribuição dos fenômenos sobre o mesmo, relacionando-o de acordo com a sua funcionalidade. Pode-se dizer que o espaço rural tornou-se amplo, mediante as relações e as perspectivas que apresenta diante das novas dinâmicas produtivas, que viabilizam constantes reorganizações e, pressupõem a necessidade de análises periódica para atualizar o embasamento teórico e metodológico da Geografia Rural nos distintos recortes territoriais.

As análises realizadas no decorrer do trabalho foram uma tentativa de demonstrar como a sociedade capitalista se apropria, transforma e reorganiza o espaço impregnando-se e impregnando-o de contradições. Estas não devem representar um obstáculo ao desenvolvimento do capital, mas juntamente com ele, constituem uma unidade necessária à lógica capitalista e, conseqüentemente à

análise espacial. O capital cria e recria, organiza e reorganiza, novas formas fazendo das unidades territoriais “palcos” para as respostas capitalistas devido à singularidade dos distintos recortes espaciais.

REFERÊNCIAS

ABROMAVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ATLAS Sócio Econômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=349>>. Acesso em: 24 de abril de 2006.

BEBER, C. C. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. Santa Maria: Palloti, 1998.

BELÉM, J. **História do município de Santa Maria**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1989.

BELTRÃO, R. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1958.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997.

BESCOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BEZZI, M. L. **São Borja – Transformações no campo agrário: o processo de despeculiarização**. 1985. 222 f. Dissertação (Mestrado em Org. do Espaço) – Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”/UNESP, Rio Claro, 1985.

_____. et al. **RS: Uma proposta de regionalização considerando os aspectos geoeconômicos**. Relatório técnico. (PROADE 2-FAPERGS). Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

BRUM NETO, H. **Regiões Culturais: A Construção de Identidades Culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. 2007. 320 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BRUM, J. A. **Modernização da Agricultura**. Trigo e Soja. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO da SILVA, J. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1999, Piracicaba. **Anais Eletrônicos...** Piracicaba: Fealq, 1999. Disponível em: <http://www.fealq.org.br/cbtr/>. Acesso em: 22 jan. 2007.

CARRION JÚNIOR, F. M. **RS: Política econômica e alternativas**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1981. (Coleção Documenta, 7)

CÉSAR, G. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J. H ; GONZAGA, S. (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 07-27.

_____. Raízes históricas do Rio Grande do Sul. In: PRADO, A. et al (org). **Rio Grande do Sul terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964. p. 13-25

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-48. 1995.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e Cultura**, n. 5, p. 01-03, 1996.

DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Orgs) **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. (Série Documenta, 2).

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2000.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE (org). **Políticas públicas e agriculturas no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM. **Extração de areia**. Disponível em <http://www.dnpm.gov.br/>. Acesso em: 17 de out, 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

FERRO, T. L. M.; BEZZI, M. L. A Atividades primárias e sua influência na organização espacial do município de Santa Maria. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4, "JORNADA ORLANDO VALVERDE" CAMPESINATO EM MOVIMENTO, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: 2007. 1 CD-ROM.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

Fruticultura muda a paisagem da Metade Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 out. 2004. Disponível em: <<http://www.zerohora.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2005.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL.
Municípios. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br/municipios>>. Acesso em: 05 out. 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul- 1960**. Porto Alegre: FEE, 1960.

_____. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul- 1970**. Porto Alegre: FEE, 1970.

_____. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.) . **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HAESBAERT, R. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades @**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

_____. **Malha digital**. 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/geociencias>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura Fundiária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estruturafundiaria>>. Acesso em: 24 de outubro de 2006.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. Tradução: C. Iperoig, São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAYTANO, G. S. Algumas reflexões sobre território e subjetividade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 2, v. 28, p. 211-223, jul/dez. 2002.

LA SALVIA, F.; MARODIN, E. F. Evolução Municipal: uma análise geográfica. **Boletim geográfico do RS**, Porto Alegre, v. 12, n. 8, ago. 2003.

LELLES, L. C. et al. Perfil ambiental qualitativo da extração de areia em cursos d'água. Viçosa, **Árvore**, v. 29, n. 3, p. 439-444, 2005.

MALLMANN, M. Quarta Colônia de imigração italiana (alemã, portuguesa, africana). **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 30-31 ago. 2003. Caderno especial, p. 15-19.

MAGNOLI; D.; MENEGOTTO; R.; OLIVEIRA, G.;. **Cenário Gaúcho: Representações históricas e Geográficas**. São Paulo: Moderna, 2001.

MARCHIORI, J. N.; NOAL, V. A. F. **Santa Maria: Relatos e impressões de viagem**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do conceito agrário. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002., João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002. 1 CD-ROM.

_____. O Conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, n. 19, p. 95-112, jul/dez 2002.

MAPA de solos do estado o Rio Grande do Sul, 1985. 1 mapa, color., Escala 1:1.800.000.

MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e Sociedade**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 61-99, 1981.

MAGNÓLI, D.; OLIVEIRA, G.; MENEGOTTO, R. **Cenário Gaúcho**: representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/ESTATISTICAS/CREDITO_RURAL_NO_BRASIL/4.1.D_0.XLS. Acesso em: 05 de jul. 2006.

MORAIS, O. O melhor genético dos Ovinos no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. **Artigos**. Disponível em: < <http://www.ovinocultura.com.br/artigos>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

MOREIRA, I. A diversidade espacial. In: **O espaço rio-grandense**. São Paulo: Ática, 2003. p. 68-78.

NIMMER, E. **Climatologia do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

OLIVEIRA, A. R. de. Os reflexos da sociabilidade em bairros rurais e a formação de capital social. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: TRADIÇÃO X TECNOLOGIA- AS NOVAS TERRITORIALIDADES DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO, 27, 2004, Gramado. **Anais...**Gramado, 2004. 1 CD-ROM.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Artigos**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/index.asp>. Acesso em 25 de jul de 2005.

PAIVA, R. M; SCHATTAN. S; FREITAS, C. F. T. **Setor Agrícola do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, São Paulo: Ed. da USP, 1977.

PAVIANI, A. Dinâmica regional e os desafios para a regionalização. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 22, n. 43-44, p. 368-374, 1992.

PRADO, A. **Rio Grande do Sul**. Terra e Povo: Porto Alegre: Globo, 1964.

PEBAYLE, R. A rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, v. 16, n. 14, p. 04-11, jan/dez 1971.

PESAVENTO, S. J. **História de Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PIRES, M. C.; FERNANDES, O. G. G.; BERTAZZO, C. J. Notas sobre a modernização da agricultura, agrotóxicos e dependência tecnológica no Brasil. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: TRADIÇÃO X TECNOLOGIA- AS NOVAS TERRITORIALIDADES DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO, 2004, Gramado. **Anais...** Gramado: 2004. 1 CD-ROM.

QUEVEDO, J.; TAMANQUIVES, J. C. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. 3. ed. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2000.

RECHIA, A. **Santa Maria: cidade-sol, coração-gaúcho**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1985.

RIPOLI FILHO, F. A Utilização do Rejeito Industrial Cerâmico - Chamote - como Fator de Qualidade na Fabricação de Elementos cerâmicos: um Estudo Experimental, São Paulo, **Cerâmica**, v. 43, n. 281-282, p. 132-138, 1997.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 11-251.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. L. **O Latifúndio no Rio Grande do Sul: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na Microrregião Geográfica da Campanha Central**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

RÜCKERT, A. A. O arrendamento capitalista da terra. In: _____. **Metamorfose do Território: agricultura de trigo/soja no planalto Médio rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 133-179.

SANTOS, M. S. **A natureza do espaço-técnica e tempo-razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SALAMONI, G. Evolução do setor agrário no Rio Grande do Sul 1975-1980. **Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, v. 4, p. 23-31, dez, 1990.

_____. **Produção familiar:** possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável- o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS. 2000. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2004.

SECRETARÍA DEL ÁREA DE LIBRE COMERCIO DE LAS AMÉRICAS. **Artigos.** Disponível em: www.comitê de representantes governamentais sobre a participação da sociedade civil.com.br>. Acesso em 24 de julho de 2007.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

_____. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande Sul, UFRGS, 1999b.

STRECK, E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

SOJA, E.W. "Regions in context: spatiality, periodicity, and the historical Geography of the regional question". **Environment and Planning D: Society and Space**, Great Britain, v. 3, p. 175-190, 1985.

TAMBARA, E. **RS: modernização e crise na agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Coleção Documenta, 16).

THOMAS, C. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, v. 21, n. 19. p. 17-27, jan/dez. 1976.

VEIGA, J. I. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editores Associados, 2002.

_____. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 2, v. 56, p. 26-29, jun 2004.

_____. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2, Anais...Brasília, 2005. p. 9-22.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. In: **Estudos de Geografia Agrária do Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 123-230.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul: espacialidades / temporalidade na organização**. Porto Alegre: Saga/ DC Luzatto, 1993.

WERLANG, W. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

ZIMMERMAN, A. W. Developing a Set of Sustainability. 2002. 390 f. Tese de Doutorado (Planejamento Comunitário e Regional)- Oregon University: Oregon, 2002.

ANEXO A

**Questionário direcionado à Secretária de Desenvolvimento Rural,
Subprefeituras dos distritos e EMATER.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO
TRABALHO DE CAMPO REFERENTE À DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Entrevista aos informantes qualificados: _____

I. Dados referentes à propriedade e à mão-de-obra.

A) PROPRIEDADE:

1. Qual a área das propriedades no distrito _____ ?

2. Quem explora a propriedade?

2.1. Proprietário

()lavoura

()pecuária

()fruticultura

()hortaliças

()outros: _____

2.2. Arrendatário

()lavoura

()pecuária

()fruticultura

()hortaliças

()outros: _____

B) MÃO-DE-OBRA

3. Que tipo de mão-de-obra utilizam?

3.1 familiar ()

3.2 assalariada temporária (); em que época? _____

3.3 assalariada permanente () _____

4. A mão-de-obra familiar costuma trabalhar para fora? _____

II. Dados referentes à produção

A) Agricultura:

5. Qual a média em hectares das propriedades ligadas a agricultura? _____

6. Em que tipo de propriedade se desenvolve?

() própria

() arrendada

7. Quais os principais produtos da agricultura do distrito?

PRODUTO	ÁREA MÉDIA PLANTADA (HÁ)	ANO DE INSTALAÇÃO

7.1. A produção destina-se à:

() subsistência () abastecimento interno () abastecimento externo

7.2. Qual o principal mercado para comercialização da produção?

8. Qual a situação atual da agricultura no distrito?

B) Pecuária:

9. Qual a média em hectares das propriedades ligadas a pecuária_____?

10. Em que tipo de propriedade se desenvolve?

() própria

() arrendada

11. Quais os principais rebanhos do distrito?

Rebanho	<i>Número de cabeças</i>

11.1 A produção destina-se à:

() subsistência () abastecimento interno () abastecimento externo

11.2 Qual o principal mercado para comercialização do rebanho?

11.3. A atividade pecuarista se desenvolve em moldes intensivos ou extensivos? Por quê?

12. Qual a situação atual da pecuária no distrito?

C) Fruticultura:

13. Qual a média em hectares das propriedades ligadas a fruticultura?_____

14. Em que tipo de propriedade se desenvolve?

- () própria
() arrendada

15. Quais os principais produtos da fruticultura do distrito?

FRUTAS	ÁREA MÉDIA PLANTADA (HA)	ANO DE INSTALAÇÃO

15.1 A produção destina-se à:

- () subsistência () abastecimento interno () abastecimento externo

15.2. Qual o principal mercado para a comercialização da produção de frutas?

16. Qual a situação atual e perspectivas para a fruticultura no distrito?

D) Hortaliças:

17. Qual a média de propriedade ligadas à produção de hortaliças? _____

17.1. Em que tipo de propriedade se desenvolve?

- () própria
() arrendada

18. Quais as principais hortaliças do distrito?

HORTALIÇAS	ÁREA MÉDIA PLANTADA (HÁ)	ANO DE INSTALAÇÃO

19. A produção destina-se à:

() subsistência () abastecimento interno () abastecimento externo

20. Qual o principal mercado para comercialização da produção?

21. Qual a situação atual da produção de hortaliças no município.

III. Dados referentes à assistência técnica e aos financiamentos

Financiamento:

22. Fazem financiamentos? _____

22.1 Se faz:

22.2 Para que fins? _____

22.3 Em que bancos? _____

23. Para qual produção é destinado o financiamento? _____

24. Que tipo de incentivos o governo tem dado para a produção?

25. O setor primário tem sido vítima de problemas como

() seca

() epidemias

() falta de amparo governamental

() outros: _____

IV. Dados referentes à estrutura fundiária

A). Pequena propriedade (____ ha):

26. Quem explora?

() proprietário

() arrendatário

27. O que se explora na pequena propriedade?

B) Média propriedade (____ ha):

28. Quem explora?

() proprietário

() arrendatário

29. O que se explora na média propriedade?

B) Grande propriedade (____ ha):

30. Quem explora?

proprietário

arrendatário

31. O que se explora na grande propriedade?

32. Apresenta produção combinada da pecuária-agricultura e mais recentemente com a fruticultura ou produção de hortaliças?

sim. Por Quê?

Não

33.1 Se ocorre a combinação esta se faz através do arrendamento?

Sim

Não

V. INFORMAÇÕES ADICIONAIS.

34. Existem outras atividades desenvolvidas no distrito, que não estejam ligadas à agricultura e pecuária? Quais?

35. Qual o principal destino da produção?